

## A CONSTRUÇÃO DA NORMA-PADRÃO DA LÍNGUA CATALÃ: UMA ANÁLISE DOS SEUS PERCALÇOS E ÊXITOS<sup>1</sup>

Miguel Afonso Linhares (PUC\_Minas)  
[afonsolinhares@hotmail.com](mailto:afonsolinhares@hotmail.com)

Són les llengües semblants a les aigües del mar, perquè, com estes, estan subjectes al moviment dels vents que les combaten. Així, les llengües estan exposades a la mutació, segons la varietat de les nacions que s'entreenen dins dels reines i províncies en les quals se parlen. Per això, a la manera que l'Autor de la naturalesa donà precepte a les aigües perquè no traspassessen sos prefigids límits, encara que de vârios modos contrastades, han procurat també ingeniosos los hòmens cenyir les llengües ab assentats preceptes i regles i mantenir-les i millorar-les, per medi d'elles, dins los límits de sa pàtria.

(Josep Ullastre, Gramàtica catalana, 1753)

### 1. Introdução

O catalão é uma língua românica, falada hoje por quase dez milhões de pessoas em territórios de quatro estados europeus (Andorra, Espanha, França e Itália), com um patrimônio literário que em nada deixa a desejar, nem em quantidade nem em qualidade, por exemplo, à literatura portuguesa, e que poucos brasileiros conhecem, como prova o fato de que ainda não há nenhum leitorado desta língua em nossas universidades.

Ligado à língua e à cultura catalãs há alguns anos, inclusive como membro de uma comunidade catalã do exterior, o Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio<sup>2</sup>, com sede em São Paulo, escolhe-mos analisar a padronização da língua catalã em uma perspectiva histórica, não só com o intuito de ensinar o conhecimento da história desta língua aos romanistas brasileiros e aficionados, mas também por considerar que tal história apresenta particularidades que podem alargar a compre-

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste trabalho foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Filologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em outubro de 2011, sob a orientação do Prof. Dr. José Pereira da Silva.

<sup>2</sup> Para mais informações, *vide* <http://www.ramonlull.net>

ensão da própria história da língua portuguesa, nomeadamente da construção da norma-padrão da nossa língua.

De fato, surpreende que uma língua irmã que não possuía sequer a condição de oficial tenha tido a sua ortografia estabelecida apenas dois anos após a reforma ortográfica que o governo da recém-instaurada República Portuguesa promoveu em 1911, e, mais ainda, que catalães e valencianos se tenham posto de acordo sobre a ortografia em 1932, enquanto portugueses e brasileiros demoraram um século, considerando que o governo português adotou o Acordo Ortográfico de 1990 e começou a implementá-lo em setembro de 2011.

Este trabalho tem, pois, o objetivo de descrever e explicar a construção da norma-padrão da língua catalã em uma perspectiva histórica. Para tanto, revisam-se, no primeiro capítulo, conceitos fundamentais, como norma-padrão e padronização, e estuda-se também que dimensões tem a padronização de uma língua, por que critérios se constrói e que fenômenos sociais lhe estão ligados. Esse capítulo encerra-se com uma tipologia do fenômeno da individualização de uma língua e outra da padronização.

A seguir, no segundo capítulo, faz-se um percurso pela história da língua catalã. Gostaríamos de ter elaborado um percurso mais breve, mas dois elementos impingiram-nos a aprofundá-lo ao nível que atingimos. Primeiro, a nossa concepção metodológica de fazer história da língua (Cf. NADAL, 1995, p. 39-75); de fato, o leitor encontra nessa seção menções relativas a fatos políticos, o que reflete o nosso desejo de traçar um resumo sócio-histórico, isto é, um apanhado da história da língua em que se evidencia como a história política interfere na história linguística, o que se avém especialmente com o objeto deste trabalho, dado que padronizar uma língua é, em última instância, politizá-la. Segundo, consideramos que a profundidade que alcançamos é necessária à compreensão de um brasileiro que não se tenha dedicado a estudar a história da Catalunha e da Espanha.

Enfim, no terceiro capítulo combinam-se os conteúdos do primeiro e do segundo em uma análise da norma-padrão do catalão, pela qual se constata a sua notável coerência, tanto diacrônica como sincrônica, perfeita modernização de uma língua que expressara uma cultura pujante na Idade Média, mas teve os laços com este passado afrouxados durante a Idade Moderna, fruto do trabalho genial de um filólogo que era engenheiro químico de formação: Pompeu Fabra. Esta religação com o passado

sociolinguisticamente normal é, precisamente, o fato diferencial da construção da norma-padrão da língua catalã. Na verdade, este trabalho deriva de um projeto de pesquisa cujo objetivo era contrastar as elaborações das normas-padrão do catalão e do galego a partir da hipótese de que o conhecimento difuso do patrimônio literário medieval e a atitude de enlaçar a língua atual com ele foram decisivos para a legitimação do padrão catalão e para o conflito normativo galego entre “autonomistas”, defensores de um padrão que continua a escrita a partir do padrão castelhano, “reintegracionistas”, que almejam uma aproximação ao padrão português, e “lusistas”, que propugnam a adoção do padrão português (Cf. Sánchez, 2010). Tivemos de nos cingir ao catalão por limitação de espaço e tempo.

Por último, nas considerações finais retomamos os momentos decisivos da análise sócio-histórica que levamos a cabo e pomos alguns problemas que a comunidade catalanófono ainda tem de enfrentar para acabar a padronização da língua catalã, dos quais o principal é, a nosso juízo, aquele que, precisamente, perturba a normalidade sociolinguística: a diglossia. O sucesso da padronização de uma língua não depende senão de o conjunto dos usuários normalizar a proposta de normatização.

Como o público deste trabalho são romanistas e aficionados à românica, dos quais se supõe que são capazes de ler nas línguas românicas mais conhecidas, preferimos não traduzir as citações em catalão e em castelhano, o que aumentaria sobremaneira o volume do trabalho. De todo modo, com o fim de facilitar a leitura destas citações, tomamos a liberdade de atualizar a sua ortografia e pontuação, e, além disto, oferecemos, em apêndice, um quadro em que se traça a correspondência entre a ortografia do catalão e a fonética do dialeto central.

## 2. *Conceitos fundamentais*

### 2.1. Padrão

Em 1.º de janeiro de 2009 começou a cumprir-se o Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008, que promulgou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990. Com a presteza que é própria das comunicações nos nossos dias, já na véspera o jornal *Folha de S. Paulo*, um dos mais lidos do país, noticiou o fato na sua versão virtual com a seguinte manchete: “Veja o que muda na língua portuguesa com a reforma ortográfica”. No dia seguinte uma das várias notícias que foram veiculadas nessa mesma versão intitula-se “Ins-

tituições de ensino têm até 2012 para se adaptar às novas regras da língua portuguesa”.

De certo, o leitor que entenda a língua como a entendia Saussure (2006 [1916], p. 23)<sup>1</sup>, isto é, como um sistema de signos, sabe que não houve nenhuma mudança na língua portuguesa após o dia 1.º de janeiro de 2009. De fato, os fonemas que compõem as palavras *ideia*, *voo* e *cinquenta*, exemplos da mudança na primeira notícia citada (*idéia*, *vôo* e *cinqüenta* pelo Formulário Ortográfico de 1943), permanecem os mesmos. Portanto, mudou apenas a escrita oficial dessas e de outras palavras, isto é, a sua ortografia.

No entanto, a metáfora dos jornalistas, que representa a percepção do usuário não iniciado em linguística, nos é útil por poder ser o ponto de partida de uma reflexão sobre o poder simbólico da norma-padrão, de modo geral, e da ortografia, de modo específico. A língua, que é uma abstração, é reificada pela concretude do padrão, no âmbito da fonética-fonologia e da morfossintaxe pela gramática normativa e no âmbito do léxico pelo dicionário normativo.

No seu esforço de revisão das ideias de Saussure, Coseriu (1979, p. 45-55) demonstra que a língua é mais do que um sistema de signos: é isto, mas também é tradição, cultura, história. Quando se fala da língua portuguesa, da língua espanhola ou da língua catalã, faz-se referência a objetos ideais, que conjugam vários sistemas linguísticos no tempo e no espaço e são reconhecidos como tais pelos seus usuários por amor de uma coesão estrutural e histórica. Como diz esse grande linguista, a língua é um “advérbio substantivado”: falar português é reproduzir um conjunto de modos de expressão verbal que são identificados como língua portuguesa pela comunidade que se vale deles.

Posto que a língua é uma das abstrações que conformam a identidade de uma comunidade, entende-se que uma mudança em um dos modos de expressão verbal, que é a escrita oficial, seja encarada como uma mudança na própria língua, ainda que seja inteiramente exterior ao sistema funcional.

---

<sup>1</sup> Coseriu (1973, p. 45-47) observa que do *Curso de Linguística Geral* se depreendem três conceitos de língua: acervo linguístico, instituição social e sistema funcional, sendo que Saussure se inclina pelo terceiro.

De fato, como Castellanos (2000, p. 60) observa, a ortografia é o aspecto da padronização de uma língua que possui mais carga simbólica, já que as letras ou sinais e a convenção do seu uso são o primeiro elemento pelo qual se identifica uma língua pela visão. O autor explica e exemplifica:

La grafia té, doncs, una *funció simbòlica* important i es troba sovint en el centre de la polèmica entorn de l'estandardització, ja que és l'aspecte més fàcilment detectable. Els espanyolistes, per exemple, han fet de la defensa de la lletra "ñ" un veritable símbol nacionalista.

Mas o que é a padronização de uma língua? Antes de tudo, é preciso esclarecer o termo.

Chamamos padronização ao processo que também em português pode ter o nome de standardização, que é o termo próprio em outras línguas românicas: em castelhano *estandarización*, em catalão *estandardització*, em francês *standardisation*, em italiano *standardizzazione*. Todos foram formados sobre o termo inglês *standardization*, que, à sua vez, deriva da palavra *standard*, cujo significado mais comum se exprime em português pela palavra *padrão*, cuja primeira acepção no *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009) é “base de comparação consagrada como modelo por consenso geral ou por determinado órgão oficial” e cujo étimo é o latim *patronus*, donde, por via culta, *patrono*. A origem da palavra inglesa está, segundo o *Online Etymology Dictionary*<sup>1</sup>, no francês antigo *estandard*, hoje *étendard*, donde também o português *estandarte*. Segundo a seção de etimologia do *Trésor de la langue française informatisé*<sup>2</sup>, a palavra francesa viria do frâncico *\*standhard*, que significaria “estável, fixo”, por ter sido uma bandeira que se fincava na terra. Enfim, dado que há na língua portuguesa um termo próprio, preferimos *padrão* e *padronização* a *estândar* e *standardização*.

Feito este esclarecimento, entende-se, seguindo Castellanos (2000, p. 26) que a padronização de uma língua é o processo pelo qual esta língua é dotada dos elementos que são precisos para satisfazer a todas as necessidades comunicativas da sua comunidade. Isto é especialmente relevante nos dias de hoje, quando o fenômeno chamado globalização tem tornado cada vez mais raro o isolamento. Mesmo povos que habitam regiões remotas, como o ianomâmi, na fronteira entre as bacias

---

<sup>1</sup> Disponível em <[www.etymonline.com](http://www.etymonline.com)>. Consulta em julho de 2011.

<sup>2</sup> Disponível em <[www.cnrtl.fr/etymologie](http://www.cnrtl.fr/etymologie)>. Consulta em julho de 2011.

dos rios Amazonas e Orinoco e, por conseguinte, entre o Brasil e a Venezuela, precisam travar contato com agentes dos estados onde vivem e, por isto, conhecer a sua língua oficial. Neste sentido, aqueles que escreveram e aprovaram a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos em 1996 em Barcelona, dentre os quais se acha a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entenderam que a padronização não é apenas um fenômeno comum a sociedades que usam amplamente a escrita, mas um direito de todas as comunidades linguísticas: “Todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas” (artigo 9.º).

A norma-padrão, ou simplesmente o padrão, é, pois, o produto deste processo. Consiste em uma variedade da língua que é usada pelos escritores, pelo governo e pela mídia, está descrita e prescrita nas gramáticas e nos dicionários normativos e é ensinada e aprendida na escola. Pode-se, pois, dizer que a norma-padrão está, metaforicamente, acima das demais variedades da língua. Nadal (1999, p. 29), tratando do surgimento da língua catalã, conclui:

Va ser, com ja he dit, a través de la necessitat d'una llengua SCRIPTA – perquè, per la seva neutralitat, era el nivell on podia donar-se la màxima cohesió – com es va iniciar aquest canvi. Per això es pot arribar a afirmar que el català, o qualsevol altra llengua romànica, no ha existit del tot – no ha estat “percebut” plenament com una llengua – fins que no ha completat el procés d'elaboració d'una *escriptura pròpia*, és a dir, fins que no se l'ha dotada d'una codificació.

Percebe-se que a elaboração do padrão reflete na própria individuação da língua em face de outras. De fato, se nos séculos XV e XVI a elaboração de uma escrita própria, como diz Nadal, foi fundamental para a independência de certas línguas românicas, como o português, o espanhol, o francês e o italiano, em relação ao latim, hoje continua a sê-lo para a independência de outras línguas românicas em relação a estas primeiras, como o catalão, o occitano ou o sardo.

Enfim, cabe não confundir a norma-padrão com o conceito de norma formulado por Coseriu (1973, p. 90-113). De fato, na literatura (SÁNCHEZ, 2010, p. 12), acham-se, às vezes, distinguidas aquela como norma explícita e esta como norma implícita.

Após perceber a insuficiência da oposição saussuriana entre língua e fala, na qual o que é funcional e social é posto na língua e o que não é funcional e é individual é posto na fala, quando há fatos que são ao

mesmo tempo sociais e não funcionais, como a variação que é reproduzida por uma comunidade, Coseriu formulou que entre o sistema funcional abstrato e a sua realização pelo falar concreto há um nível intermediário de abstração, ao qual dá o nome de norma. Esta norma compartilha com o sistema a natureza social, já que se trata dos usos que uma comunidade julga normais, e compartilha com a fala os fatos que não correspondem aos elementos funcionais do sistema.

Assim, qualquer usuário de uma língua tem, em primeiro lugar, de obedecer a um conjunto de regras consistente em elementos cujos valores se constituem por oposição entre si. Em segundo lugar, este conjunto é fixado coletivamente, de modo que embora o descumprimento a esse nível não resulte aberrante aos membros da comunidade, não escapa de parecer estranho. Por exemplo, não há nada no sistema da língua portuguesa que impeça que o contrário de *feliz* seja *desfeliz* e o de *contente* seja *incontente*, dado que os prefixos {des-} e {in-} têm o mesmo valor de contrariedade. A fixação destes elementos, {des-} em *descontente* e {in-} em *infeliz*, está no plano da norma. Portanto, o sistema oferece possibilidades e a norma impõe obrigações, cujo equilíbrio se consubstancia na fala, na qual o indivíduo exerce a sua liberdade de criação.

Dado que todas as línguas naturais têm a mesma natureza e também porque não se concebe uma língua em que cada um pode usar as possibilidades do sistema a seu bel-prazer, é razoável afirmar que todas as línguas possuem essa norma implícita, que os seus usuários têm de conhecer para o seu falar ser considerado normal pelo resto da comunidade. Quando uma criança produz uma forma como *sabo* demonstra que já tem domínio do sistema: conjuga o verbo *saber* como seria esperável. Quando um adulto corrige esta criança dizendo-lhe que não se diz *sabo*, mas *sei*, impõe-lhe a norma.

No entanto, como se pode ter depreendido do que já se disse, nem todas as línguas possuem uma norma explícita, ou padrão.

## 2.2. Padronização

Como se definiu, na seção anterior, o padrão como o resultado da padronização da língua, conseqüentemente também se definiu o que é ela: o processo pelo qual uma comunidade dota a sua língua de todos os elementos necessários ao seu uso pleno. Assim, nesta seção estudar-se-á como se dá a padronização de uma língua.

A padronização de uma língua começa pela extensão do seu uso à escrita. Ainda que seja possível uma comunidade que não usa a escrita conferir mais prestígio a um dialeto da sua língua para a comunicação entre usuários de dialetos diferentes e usos rituais, considera-se que a padronização é um processo mais complexo, que envolve o acúmulo de material linguístico e uma reflexão sobre ele, o que dificilmente se levaria a cabo sem o suporte da escrita.

O uso da língua na escrita costuma andar junto com o seu cultivo literário por este mesmo suporte. O cultivo literário comporta a escolha de variantes gráficas, fonéticas, morfossintáticas e léxicas que se torna o embrião da padronização. Trata-se da chamada língua literária, cujas formas são fixadas graças ao prestígio de certas obras escritas nela, que são imitadas por escritores de gerações posteriores, a despeito das suas próprias variantes, até a sua renovação por uma vanguarda.

O conjunto das obras escritas nesta língua literária costuma ser precisamente o material sobre o qual se leva a cabo o estudo ao qual Castellanos (2000, p. 25) chama codificação, consistente no estabelecimento de uma ortografia e na fixação de uma morfossintaxe e um léxico padrão. Auroux (2009, p. 67), que chama gramatização a este processo, explica:

A constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um *corpus*), os exemplos testemunham sempre certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las, ver mais adiante), como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras.

Quando a codificação ganha a aceitação e a legitimação da comunidade, sendo usada por ela de modo normal e geral, a padronização da língua atinge o seu último estágio, ao qual Castellanos (2000, p. 26) chama completação, que consiste na modernização do léxico (por exemplo, para nomear os descobrimentos recentes da pesquisa científica) e na elaboração estilística, que é o desenvolvimento de umas normas sintáticas apropriadas a cada gênero textual que a comunidade usa.

Além disto, nas sociedades ocidentais, e hoje um pouco por toda parte, já que a globalização tem ocidentalizado mais ou menos o mundo inteiro, a padronização surge de uma situação de conflito linguístico. Isto porque já havia ou há uma língua que é usada na escrita e em outros âmbitos formais. De fato, Auroux (2009, p. 24) observa que:



Mesmo que seja evidente que toda escrita supõe normas, notadamente estilísticas, ela não parece produzir espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem, até mesmo um saber codificado dos processos de linguagem a partir de suas técnicas próprias. [...] Mas o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita.

De fato, observando processos de padronização antigos e recentes, comparamos todos estes estágios.

Assim, a padronização do português, que hoje se acha plenamente completada, começou pelo uso escrito da língua, desde fins do século XII<sup>1</sup>, em uma situação de conflito linguístico, já que era usada em um estado de diglossia no qual o latim era a língua dominante, própria dos usos mais formais, enquanto o português, ao tempo singelamente “romance” ou “romança”, se restringia aos usos mais informais.

Mais ou menos ao mesmo tempo, mais ou menos depois, apareceu o uso literário escrito na forma da poesia (que também era música) dos trovadores, não só galegos e portugueses, mas também leoneses e castelhanos. Quando, no século XVI, os humanistas procuraram “dignificar” a língua vulgar, dotando-a do mesmo aparelho, a gramática<sup>2</sup>, que tinha a “verdadeira” língua, o latim, o português já contava mais de três séculos de literatura, pela qual já se tinham escolhido variantes gráficas, fonéticas, morfossintáticas e léxicas para formar a língua literária. Desde então, o padrão foi ganhando acabamento por outras obras e a comunidade lusofalante foi acompanhando outras comunidades linguísticas ocidentais na tendência de substituir inteiramente o uso do latim pelo da língua vernácula, até alcançar o estado hodierno de normatização e normalização<sup>3</sup> plenas.

Igualmente, a língua que é objeto deste trabalho, o catalão, apresenta uma história semelhante. A diferença é que a conjuntura política

---

<sup>1</sup> Como expõe Martins (2007), não há consenso sobre qual é o documento remanescente mais antigo em português, devido precisamente à situação sociolinguística, refletida na documentação primeva pelo titubeio dos escritores entre o latim e o romance. Porém, independentemente de qual seja o primeiro documento, pode-se apontar a época na qual esses documentos foram escritos.

<sup>2</sup> Referimo-nos à *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão Lopes, publicada em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540.

<sup>3</sup> “Na terminologia linguística hispânica circulam desde o ano 1977 (Vallverdú) os termos *normalización* e *normalización*. O primeiro refere-se à ‘extensão social da língua’ e o segundo à ‘escolha e formulação da norma’” (SANTAMARINA, 1995, p. 53).

dos territórios onde é falada truncou o seu processo, lançando-o em outra diglossia, sob a dominação do castelhano. Mais adiante, detalhar-se-á a sua história.

Portanto, como diz Castellanos (2000, p. 25), a padronização de uma língua não é o fenômeno de laboratório, mas um fato social que implica toda a comunidade. Neste sentido, um processo de padronização não pode ser considerado acabado até passar pelo crivo de um uso efetivo pela comunidade e ser aceito e legitimado pelo conjunto dela.

Auroux (2009, p. 71) vai mais longe e considera a codificação uma verdadeira revolução tecnológica, tão decisiva na configuração do mundo como o conhecemos quanto outras:

Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não instrumentalizadas”, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar *linguicídio*, seja ele voluntário ou não.

A seguir tratar-se-á dos aspectos que compõem a codificação e a completação.

### 2.2.1. Grafização

Com este termo Castellanos (2000) designa o estabelecimento de uma ortografia, isto é, uma escrita padrão. É o primeiro estágio e, a nosso juízo, o mais importante da codificação, pela razão que se apontou no início deste capítulo: leva uma forte carga simbólica.

A grafização de uma língua tem uma função simbólica primeiramente em face de outras línguas. Por exemplo, dentro da família românica, na qual o uso do alfabeto latino é geral, dígrafos, diacríticos e certas regras ortográficas caracterizam, de entrada, umas línguas e outras. O uso de <lh> e <nh>, do til sobre <a> e <o>, de <m> para representar a nasalidade em fim de palavra singulariza o português das línguas irmãs. O uso de <nh>, <ñ> e <gn> em *banho*, *baño* ou *bagno* identifica a palavra como portuguesa, castelhana ou italiana.

Depois, a grafização desempenha esta função em face da variação dialetal da língua. Por um lado, a ortografia deve tolerar uma variação de realizações fonéticas, de modo que a comunidade possa, malgrado a sua compleição plural, identificar-se como tal. Por outro lado, deve diferir

das demais variedades da língua de modo que seja coesa. Por exemplo, em português a palavra /teRsa/ pode ser dita [teRs], [teRs], [tɛxs], [tɛhs] ou [tes], mas o fato de se escrever unicamente *terça* favorece a percepção de que se trata, efetivamente, de uma palavra só. Além disto, seguindo a fonologia contemporânea, o uso de um diacrítico, a cedilha, seria dispensável, pelo que se poderia escrever *tersa* sem prejuízo de nenhum dialeto. Todavia, perder-se-ia a coesão com *terceiro*, a não ser que se abolisse o uso de <c> antes de <e> e <i>, o que leva a outra função simbólica da grafização.

De fato, a grafização também enlaça o presente com o passado. A diferença entre *paço* e *passo* é hoje artificial na generalidade dos dialetos da língua portuguesa<sup>1</sup>, mas este artifício coere o português moderno com o antigo, no qual se distinguia, sim, *paaço*, fonemicamente /paatso/, com uma africada alveolar, e *passo*, com uma fricativa apicoalveolar, e também com o latim: *paço* de *palatium* e *passo* de *passus*.

Enfim, a grafização contribui grandemente com a transformação da língua em língua histórica, no sentido coseriano.

Contudo, nem sempre há um equilíbrio entre estes aspectos da grafização. Em uma comunidade, pode-se sobre-estimar um aspecto em detrimento dos outros. Por exemplo, as comunidades anglófona e francófona têm sobreposto a etimologia à fonologia, de modo que as ortografias do inglês e do francês apresentam um grau alto de coesão com o passado, mas igualmente distam da realidade contemporânea. Ao contrário, a comunidade bascófona preferiu trocar a tradição gráfica fundada sobre as ortografias das línguas românicas vizinhas (castelhano, gascão e francês) por outra nova em que se busca a equivalência de um grafema para um fonema.

### 2.2.2. Seleção morfossintática

A seleção morfossintática é o estabelecimento de uma morfossintaxe padrão. Tem uma natureza levemente diferente da grafização, pois, enquanto esta pode permitir uma considerável diversidade dentro de uma unidade, a seleção morfossintática é menos permeável à variação, de mo-

---

<sup>1</sup> Salvo naqueles que Cintra (1974) classificou como transmontanos-alto-minhotos, nos quais *paço* soa com uma fricativa alveolar surda, como nas demais variantes do português, e *passo* soa com uma fricativa apicoalveolar.

do que o processo de padronização neste âmbito costuma restringir-se à escolha das variantes mais usadas na língua literária, às vezes mesmo em detrimento das variantes majoritárias contemporâneas. Por exemplo, quando uma oração começa com um verbo no futuro do presente ou no do pretérito e a este verbo liga-se um pronome clítico, na norma-padrão do português, exige-se, na esteira da tradição literária, que o clítico seja posto entre o que foi originalmente o infinitivo e um verbo auxiliar (*amar-te-ei*, *amar-te-ia*), ainda que na sincronia atual seja uma variante francamente arcaizante.

Assim, se se disse que a grafização é o aspecto mais importante da padronização pela sua carga simbólica, a seleção morfossintática é o aspecto mais difícil, já que não é fácil abstrair alomorfes como alofones. Por isto mesmo é o aspecto pelo qual se pode avaliar melhor a natureza do padrão: se é mais ou menos tolerante à variação, como se estudará adiante.

### 2.2.3. Seleção e modernização do léxico

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a seleção do léxico e a sua modernização não são a mesma coisa. Com estes termos Castellanos (2000, p. 69) define, respectivamente, o estabelecimento de um léxico padrão e o crescimento do léxico para exprimir as inovações em todos os campos da vida (estética, religião, filosofia, ciência, tecnologia etc.). Por exemplo, o processo pelo qual se estabeleceu que a variante padrão é *claro*, e não *craro*, configura a seleção do léxico na padronização do português; por outro lado, o processo pelo qual surgiram, da raiz desta palavra, diferentes verbos, como *aclarar*, *clarear*, *declarar* e *esclarecer*, cada um apto a certa necessidade expressiva, configura a modernização do léxico. Cabe lembrar que a seleção faz parte do processo de codificação, enquanto a modernização faz parte da completção.

Pode-se dizer que a seleção e a modernização do léxico agem como um contrapeso à intolerância maior contra a variação na seleção morfossintática, dado que o léxico é a dimensão da língua que permanece aberta enquanto a língua for usada. Todos os dialetos podem contribuir com ambos os processos, assim como todas as línguas também podem fornecer palavras para nomear objetos novos em certa comunidade. Não obstante, como as línguas são códigos que fazem parte de um conjunto de elementos que forma uma identidade coletiva, a presença de uma quantidade considerável de palavras, cuja origem estrangeira é perceptí-

vel, pode gerar uma reação negativa em algumas classes da comunidade, que rechaçam este movimento, julgando-o uma invasão estrangeira que desfigura a identidade própria.

Assim, em algumas comunidades linguísticas têm-se valorado os elementos lexicais próprios sobre os alheios, ainda que estes tenham origens consideradas ilustres, como o grego e o latim, no Ocidente. É a escolha que se fez, por exemplo, nas padronizações do alemão e do islandês, nas quais mesmo a morfologia de helenismos e latinismos foi traduzida. Em outras comunidades, optou-se, ao contrário, tanto pela exploração da composição com elementos próprios como pelo acolhimento de elementos estrangeiros, como é o caso do inglês.

Na família românica, o que sobressai na seleção e na modernização do léxico é o influxo cíclico do latim literário, o que fundamenta a ideia de que tem sido um adstrato permanente das línguas românicas (BASSETTO, 2005, p. 171-176). Em geral, sempre que as comunidades linguísticas românicas necessitaram exprimir conceitos abstratos, recorreram ao léxico latino. Um exemplo bastante repetido disto é a série portuguesa de palavras *mácula* – *mágoa* – *malha* e *mancha*, todas derivadas do latim *macula*, em que *mácula*, cultismo puro, é mais abstrato que *mágoa*, semicultismo, que é mais abstrato que *malha* e *mancha*, formas herdadas do latim vulgar. O influxo do latim literário no léxico românico é de tal monta que se chegou a criar latinismos que nunca existiram de fato, como *civilização*, cujo modelo latino, *\*ciuilizatio*, nunca existiu enquanto palavra da língua latina.

Na verdade, o influxo latino sobre o léxico românico não passa de um reflexo da diglossia à qual as línguas românicas estavam sujeitas. A importação do léxico da língua dominante é um fenômeno que continua a acontecer, como se estudará mais detidamente com a língua que é objeto deste trabalho, e ele é, geralmente, o primeiro passo na infiltração de interferências em outros âmbitos, como a fonologia e a morfossintaxe.

#### 2.2.4. *Elaboração estilística*

Na seção anterior se disse que, quando a padronização se dá em um estado de diglossia, a língua dominante pode desempenhar um influxo considerável sobre o léxico da língua que está sendo padronizada. A elaboração estilística é o aspecto da padronização no qual a sujeição a outra língua é mais duradoura. De fato, a padronização de uma língua ter

passado pela elaboração estilística implica em esta língua ter alcançado a normalização plena, isto é, ela é usada pela sua comunidade em todo e qualquer contexto, sem a obrigação de ter que usar outra língua.

Já se disse que a elaboração estilística consiste no desenvolvimento de normas sintáticas próprias que passam a caracterizar uns gêneros textuais e outros. Para tanto, é preciso que os trabalhadores que lidam com a língua padrão, como escritores, jornalistas, professores, pesquisadores, a usem efetivamente, de modo que deste uso surjam estilos próprios, não necessariamente formais.

Como exemplo deste processo, basta lembrar que os humanistas e renascentistas, que começaram a codificar as línguas românicas, empregaram um estilo latinizante (PAIVA, 2008, p. 155). A extensão do uso foi forjando uma estilística de cada língua independente da latina.

### 2.3. Critérios de padronização

Como se expôs nas seções anteriores, os processos de padronização de línguas, tanto os antigos como os recentes, apresentam vários aspectos comuns, de tal modo que além dos estágios que se expuseram, é possível formular também critérios de padronização, que estão presentes mais ou menos por toda parte.

Na página 87 e seguintes da sua obra citada, Castellanos reproduz a formulação de critérios de padronização de Lamuela (1995). Da codificação, os critérios são estes:

a) diassistematicidade;	b) coerência estrutural;
c) historicidade;	d) funcionalidade;
e) regularidade;	f) autonomia;
g) regularidade evolutiva;	h) analogia com outras línguas.

O critério da *diassistematicidade* apresenta duas faces: por um lado, escolhe-se a forma que contemple de modo mais amplo o diassistema; por outro lado, a padronização, mesmo quando é composicional (tipologia que será estudada adiante), costuma basear-se sobre certo dialeto, em geral o mais prestigioso, isto é, o do centro de poder político, econômico e/ou cultural do território. Por exemplo, a área graviletal da padronização do português foi Lisboa, onde esteve a sede régia desde o reinado de Dom Dinis (PAIVA, 2008, p. 148).

A *historicidade* consiste na escolha das variantes mais usadas na tradição literária, como é o caso, já mencionado, do uso da mesóclise no português padrão, e a regularidade, em evitar a alofonia e a alomorfia. A regularidade evolutiva é o mesmo princípio, mas no plano diacrônico; ou seja, trata-se de escolher as variantes que apresentam uma mudança regular, sem interferência analógica. Ambas as regularidades são, contudo, contrapesadas pelos critérios da historicidade e da funcionalidade, explicitados abaixo.

A *coerência estrutural* trata de vigiar as consequências de certas escolhas, o que é especialmente importante na ortografia. Por exemplo, acentuar graficamente com o fim de assinalar a sílaba tônica palavras oxítonas que acabam com vogal implica em não acentuar palavras paroxítonas com a mesma condição, como acontece nas regras de acentuação gráfica do castelhano.

O critério da *funcionalidade* depende de outros quatro subcritérios: difusão, inteligibilidade, simplicidade e aceitabilidade. O primeiro consiste em escolher as variantes mais difundidas; o segundo, em escolher aquelas que o usuário possa facilmente decodificar; o terceiro, em escolher aquelas que sejam mais fáceis de aprender; o quarto, em evitar variantes que possam ser socialmente incômodas. Este critério é, no entanto, fortemente contrapesado pela historicidade. Por exemplo, o uso do pronome tônico de terceira pessoa na função de objeto direto (como em *eu vi ele* por *eu o vi*) é geral no português brasileiro não padrão (CASTILHO, 2010, p. 208), mas não conta ainda com bastante tradição literária para se tornar padrão.

O critério da *autonomia* pode contrapesar o da funcionalidade, especialmente em estados de diglossia. Em um estado de diglossia, a variante mais funcional (difundida, inteligível, simples e aceitável) pode ser uma interferência da língua dominante. Adotando, porém, o critério da autonomia, escolhe-se a variante mais genuína (subcritério da genuinidade) e mais específica (subcritério da especificidade), isto é, aquela mais particular da língua. O critério da autonomia é, portanto, útil para se forjar um padrão bastante distante do padrão da língua dominante, sobretudo quando esta lhe é próxima geneticamente. Curiosamente, este critério foi quase rechaçado na codificação das línguas românicas nos séculos XV e XVI, já que ao tempo se julgava mais prestigioso latinizar o romance (SPINA, 2008, p. 282), fenômeno ao qual Castellanos (2000, p.

76) chama emulação<sup>1</sup>. Assim, o rotacismo de /l/ após consoante, genuíno do português, passou a ser encarado como um vulgarismo em palavras como *craro*, *fror* ou *pranta*, que ficaram estabelecidas como *claro*, *flor* e *planta*.

Enfim, o critério da *analogia com outras línguas* trata de escolher variantes que sejam solidárias com outras padronizações, nomeadamente as línguas de padronização acabada da mesma família, de modo que se mantenha, de certo modo, uma tradição “familiar”. Por exemplo, dentro da família das línguas românicas há uma rejeição quase geral do grafema <k> para representar o fonema oclusivo velar surdo, tendo-se preferido <c> antes de <a>, <o> e <u> e <qu> ou <ch> antes de <e> e <i>. Uma padronização nova de uma língua minorizada, como o sardo, que adotasse o grafema <k> romperia, pois, esta tradição “familiar”.

Acima destes critérios, Castellanos (2000, p. 92), ainda seguindo Lamuela, aponta que há duas condições sociais da padronização. A primeira é a coerência com os precedentes imediatos de uso de formas referenciais; ou seja, é recomendável que o processo de padronização que se esteja levando a cabo se apresente como uma continuação de tentativas anteriores. A segunda é a coerência histórica com as escolhas iniciais; isto é, cumpre evitar fazer mudanças frequentes demais no padrão. Ambas as condições visam, como se terá percebido, a legitimação do padrão, dado que, como já se disse, a implantação social é a condição última do êxito da padronização de uma língua.

Enfim, espera-se que esta exposição sobre os critérios de padronização tenha feito o leitor perceber também que codificar uma língua é diferente de descrevê-la cientificamente. A pesquisa linguística de natureza descritiva trata igualmente todas as variantes da língua, enquanto a padronização visa estabelecer uma variante apropriada a certos usos, nomeadamente os mais cultos. Esta diferença tem uma implicação salientável: nem sempre a solução dada a um problema descritivo é a mais adequada à padronização. Por exemplo, a uma descrição científica, uma escrita fonética convém mais que uma ortografia, mas, em uma padronização, uma escrita tendentemente histórica e fonológica é preferível.

---

<sup>1</sup> Não obstante, cumpre esclarecer que a emulação é a imitação de outro padrão mais prestigioso sem ameaçar a normalidade sociolinguística. No século XVI o latim não era uma ameaça de substituição às línguas românicas, como não o foi o francês para a padronização do romeno no século XIX, que é outro exemplo de emulação.



## 2.4. Individação

Como já se disse, a padronização de línguas tem acontecido no Ocidente em situações de conflito linguístico: uma comunidade luta para normalizar o uso da sua língua, isto é, usá-la em qualquer campo. Neste sentido, a padronização de uma língua também é um movimento pelo reconhecimento de que se trata de uma língua por si. O problema é que, na realidade objetiva, tudo o que se tem são sistemas linguísticos, cujas fronteiras, as isoglossas, podem se sobrepor às outras, como acontece entre o francês e o holandês ou o alemão, ou podem estar estreita ou largamente difusas, como entre o francês e o occitano, de um lado, e entre o holandês e o alemão, de outro. Neste caso, diz-se que há um *continuum* linguístico ou geoletal. Uma padronização individua, precisamente, um membro deste *continuum*. A norma-padrão passa, então, a funcionar como a referência ou o “teto” de certo conjunto de membros do *continuum*.

Desde os anos setenta, a teorização mais estendida sobre a individuação tem sido a de Kloss (1978), que distingue línguas por distância (*Abstandschprachen*) e línguas por elaboração (*Ausbausprachen*). Uma língua por distância individua-se por amor da sua especificidade estrutural, não reduzível a um mesmo padrão com outra língua por distância. Assim, por exemplo, ainda que o castelhano e o português sejam geneticamente muito próximos, a distância estrutural que há entre eles não permite reduzi-los a um só padrão, mesmo que complexo. O castelhano e o português são, malgrado as semelhanças, línguas por distância. No entanto, pode dar-se o fato de sistemas linguísticos que poderiam ficar sob o “teto” de um mesmo padrão desenvolverem padrões independentes. O galego e o português, por exemplo, poderiam estar reunidos sob o mesmo padrão, mas possuem padrões diferentes. Deste modo, dentro do *continuum* geoletal galaico-português, o galego e o português são línguas por elaboração.

Embora o modelo de Kloss seja prático do ponto de vista classificatório, falta-lhe a virtude de esclarecer, de modo mais completo, como se dá a individuação. Neste sentido, Castellanos (2000, p. 45-48) propõe um modelo dialético em que a individuação depende de forças sociais centrípetas e centrífugas.

Assim, por um lado, há a força da atração geoletal, que é centrípetas. Por ela, o sistema linguístico que está sendo padronizado passa a atrair outros sistemas linguísticos do *continuum*, cujos falantes começam a

usá-lo como a variante apropriada a âmbitos em que até então se usava outra língua.

Por outro lado, porém, a atração geoletal é relativizada por uma força centrífuga, que é a distância estrutural dos membros do *continuum* em face dos padrões concorrentes, o que, por sua vez, é relativizado por fatores de coesão e identificação geoétnica, que, como está enunciado em si, não são estritamente linguísticos. Os fatores de coesão e identificação geoétnica são: a existência de um centro de referência, de uma consciência coletiva e a influência política e ideológica dominante. Como aponta Nadal (1992, p. 25):

Hi ha d'haver alguna cosa més que la simple pertinença a una mateixa comunitat política o la tinença compartida d'una mateixa llengua literària perquè es consolidi exitosament la idea que es pertany a una comunitat que parla una mateixa llengua. Sembla evident que aquesta idea comença a fer-se real, és a dir, la integració lingüística comença realment a produir-se en el moment en què comença a ésser imaginat un territori integrat lingüísticament. Crec que allò que condiona la idea de llengua és, precisament, la socialització d'algun dels sistemes lingüístics i l'existència d'unes forces integradores que la fan possible.

Como já se disse, um padrão, mesmo que composicional, costuma ter uma base em certo dialeto, a chamada área graviletal, e este dialeto costuma ser o da região que concentra o poder político, econômico e/ou cultural; em geral a capital do ente que administra a maior parte do território pelo qual se estende o *continuum* geoletal. A existência deste centro não é importante apenas para fornecer um autocentrismo ao padrão, mas também, como sugere o próprio termo *graviletal*, para coerir o *continuum* em torno do padrão que emana dele.

Não obstante, também é preciso haver uma construção coletiva de uma consciência da coesão, na qual influi fortemente a ideologia dominante com os seus instrumentos próprios: a administração pública, a escolarização e a mídia. Essa ideologia pode ser favorável ou não à coesão, e pode gerar, inclusive, o sentimento de auto-ódio, isto é, o repúdio da própria língua a favor de outra.

Essas forças disputantes consubstanciam-se em dois fenômenos sociolinguísticos: certo sistema linguístico adquire novos usos e a área geoletal se estende.

Pelo primeiro, certo sistema linguístico passa a concorrer com outro já estabelecido e, à medida que lhe toma âmbitos de uso, ganha um novo valor simbólico e referencial, como aconteceu, por exemplo, ao

português em face do latim no começo da sua história, quando deixou de estar restrito à fala, até ser usado em todo um leque de contextos.

Pelo segundo, um conjunto de sistemas linguísticos passa a identificar-se com este outro que vai ganhando novos usos e novos valores, de modo que os seus usuários o vão assumindo como uma nova variante “teto”, que os coere em uma comunidade mais ampla.

O português padrão, por exemplo, cobriu todos os sistemas linguísticos usados no reino de Portugal e, depois, nas suas colônias. Note-se que neste território ele ganhou um valor simbólico e referencial e se tornou o “teto” não só de dialetos do seu *continuum*, mas de um membro de um *continuum* congêneres, o mirandês, pertencente ao *continuum* geolletal asturo-leonês; de línguas em parte derivadas de membros do seu *continuum*, que são os vários crioulos de matriz portuguesa; de línguas sem nenhuma relação genética com ele, que são as línguas aborígenes do Brasil e das antigas colônias africanas e asiáticas<sup>1</sup>, muitas das quais permanecem em um estado de dialetalismo<sup>2</sup>, que pode acarretar uma contração estilística, isto é, a comunidade deixa de desenvolver os recursos expressivos que são vedados à sua língua.

Por outro lado, ficaram fora do seu “teto” os dialetos galegos, pertencentes ao seu *continuum*. Cabe lembrar que os fatores de coesão e identificação geotécnica não são estritamente linguísticos. A integração da Galiza a um estado espanhol erguido de forma centrípeta sobre a expressão castelhana e a própria construção identitária galega à margem da lusofonia foram fatores políticos e sociais que se sobrepuseram aos linguísticos (LINHARES, 2009).

A seguir, expor-se-á uma tipologia da individuação, continuando a seguir Castellanos (2000).

---

<sup>1</sup> Sob as condições sociopolíticas favoráveis, cada um destes sistemas linguísticos sob o “teto” do português padrão poderia gerar um processo de padronização novo, como de fato tem acontecido ao mirandês, reconhecido oficialmente pelo estado português desde 1998, mais precisamente pela Lei n.º 7, promulgada em 15 de janeiro de 1999.

<sup>2</sup> Não se confunda o estado de dialetalismo com ser um dialeto. No passado considerou-se dialeto qualquer sistema linguístico que não possuísse uma norma-padrão ou, pior, que não tivesse o estatuto de língua oficial. Dizer que uma língua se acha em estado de dialetalismo implica tão somente em constatar que – socialmente – ela está sujeita à norma-padrão de outra língua como se se tratasse de mais uma variante dela.

#### 2.4.1. *Individação múltipla*

Quando em um *continuum* geoletal poderia ter surgido uma só língua padrão, mas vários membros alcançaram a completude da padronização, houve, então, uma individação múltipla. Segundo Haugen (*apud* CASTELLANOS, 2000, p. 28), é o que aconteceu ao dinamarquês, ao norueguês e ao sueco, cuja proximidade estrutural permite enformá-los em um *continuum* geoletal escandinavo. Na família das línguas românicas, este tipo de individação poderá ocorrer no *continuum* geoletal galo-italico, no qual poderia desenvolver-se um único padrão, contudo a tendência histórica é os padrões incipientes (genovês, milanês, piemontês etc.) desenvolverem-se independentemente.

#### 2.4.2. *Individação complexa*

Dá-se individação complexa quando uma comunidade elabora e usa duas ou mais normas-padrão para a mesma língua. Por exemplo, o norueguês é resultado da individação múltipla do *continuum* geoletal escandinavo, mas a própria comunidade que o individuou desenvolveu duas normas-padrão: o *bokmål* (literalmente “língua livresca”), cuja base é outro padrão, o dinamarquês<sup>1</sup>, e o *nynorsk* (literalmente “norueguês novo”), cuja base são os dialetos noruegueses. Todos os cidadãos noruegueses têm o dever de conhecer ambas as normas-padrão, embora o uso do *bokmål* seja majoritário.

É comum, em processos de padronização de línguas, surgirem propostas diferentes que dividem mais ou menos a comunidade, como acontece ainda na padronização do galego. A própria padronização do francês encontrou uma voz dissidente em Louis Meigret (1510-1558), que se opôs à tendência demasiado etimológica da ortografia francesa (CERQUEGLINI, 1999, p. 39-60). No entanto, é raro duas ou mais propostas alcançarem o estágio da padronização realizada, isto é, da legitimação pela comunidade. O caso norueguês é, pois, excepcional.

---

<sup>1</sup> A Dinamarca e a Noruega permaneceram unidas de 1536 a 1814, estando a sede régia em Copenhague.

### 2.4.3. *Individuação irregular*

Quando, em um *continuum* geoletal, uma parte dos membros se integra sob uma norma-padrão, mas outra parte permanece em diglossia ou ingressa em outra, ocorre uma individuação irregular. Novamente, fatores políticos e sociais interferem fortemente no processo. Por exemplo, no *continuum* geoletal baixo-alemão os Países Baixos foram, desde a sua anexação ao Ducado de Borgonha, em fins do século XV, afastando-se da órbita do Sacro Império Romano-Germânico até a independência plena das Províncias Unidas pela Paz de Vestfália de 1648, e daí até a formação dos atuais estados holandês e belga. O resto do território permaneceu constituindo o Sacro Império Romano-Germânico até a formação do atual estado alemão. Somente nos Países Baixos houve uma individuação que gerou uma língua padronizada, o holandês ou neerlandês, enquanto o território restante passou a integrar o “teto” do alemão padrão, que é, originalmente, resultado da individuação do *continuum* geoletal alto-alemão.

### 2.4.4. *Individuação destorcida*

A individuação destorcida é resultado de uma individuação irregular. Neste caso, a parte do *continuum* que ficou fora da primeira individuação e padronização sofre estes processos, porém sob a influência da língua dominante, isto é, uma individuação cujo centro de referência está fora do próprio *continuum*, ou, em uma palavra, é uma individuação aliocentrada.

Assim, no *continuum* geoletal galaico-português uma parte dos membros, aquela própria do território do estado português, coeriu-se na forma de uma língua histórica, o português, e sob o teto de uma norma-padrão própria, portanto autocentrada, o português padrão. Outra parte, a própria do território da Galiza e áreas vizinhas ao leste, ficou fora, e tampouco desenvolveu uma norma-padrão própria. Do século XVI até meados do século XIX esteve sob o “teto” do castelhano padrão. Desde então, a sua comunidade foi desenvolvendo uma norma-padrão própria, mas ao invés de se dirigir à reintegração com o *continuum* geoletal, afastou-se dele ao aceitar a influência da língua dominante: a base da norma-padrão da língua galega é a norma-padrão da língua castelhana.

#### 2.4.5. *Individuação obstruída*

Como se disse na seção acima dedicada à individuação, qualquer sistema linguístico pode ser individuado e padronizado sob as condições políticas e sociais favoráveis. Não obstante, os fatores sociopolíticos podem ser consideravelmente instáveis, de modo que um processo de individuação e padronização iniciado pode topar com condições extremamente desfavoráveis, que obstruem, então, o processo. Por exemplo, a recuperação do cultivo literário do occitano na segunda metade do século XIX pelo movimento do *Felibritge*, que chegou a engendrar um Prêmio Nobel de Literatura, Frederic Mistral, em 1904, foi não só coetânea da *Renaixença* catalã e do *Rexurdimento* galego, como também foi uma vanguarda deles. Além disto, conta com uma proposta sólida de codificação, a *Gramatica occitana segon los parlars lengadocians* (1931-1934), de Loís Alibèrt, e também uma instituição científica desde 1945, o Institut d'Estudis Occitans. Contudo, apesar de todos estes elementos, as condições sociopolíticas do estado francês nunca foram favoráveis à padronização de outra língua diferente da única oficial: o francês. Malgrado o esforço, a individuação e a padronização estão, pois, obstruídas.

A individuação obstruída denuncia, perceba-se, um processo de substituição linguística avançado.

#### 2.4.6. *Individuação simples*

É a individuação que ocorre quando a realidade linguística é politizada (padronizar uma língua é, em última análise, politizá-la, quer no sentido etimológico quer no corriqueiro) sem qualquer tipo de distorção, ou seja, um *continuum* geoletal individua-se e gera uma norma-padrão que coere os membros do *continuum* como uma espécie de teto e que é usada efetivamente e plenamente pela comunidade.

Línguas ocidentais com um aparelho histórico e cultural forte, como o inglês, o francês, o alemão, o espanhol, foram padronizadas a partir de individuações simples, assim como línguas de acervo mais modesto, como o húngaro ou o polonês.

### 2.5. **Tipos de padrão**

Embora o estudo da individuação esclareça bastante como se dá a padronização, não alcança a constituição do padrão. De fato, dois pa-

dões podem ter sido elaborados a partir do mesmo tipo de individuação, mas podem ser de tipos diferentes. Esta seção visa, continuando a seguir Castellanos (2000), expor uma tipologia dos padrões.

### 2.5.1. Padrão unitarista

Um padrão unitarista, ou unidialetal, baseia-se em um só membro do *continuum* geoletal, embora possa receber aportes de outros dialetos na seleção e na modernização do léxico. Por exemplo, o francês padrão é, fundamentalmente, a padronização do dialeto franciano, isto é, da região da Ilha de França, onde fica Paris, que se foi impondo sobre o uso dos demais dialetos, que, inclusive, possuíam mais cultivo literário (Chrétien de Troyes (c. 1135-c. 1185) escreveu em champanhês, Jean Bodel (1165-1210) em picardo, a *Matéria de Bretanha* foi escrita sobretudo em normando), junto com a autoridade real sobre os senhores feudais. Também o italiano padrão tem a mesma natureza: é, fundamentalmente, a padronização do dialeto toscano, mais precisamente o da cidade de Florença, que não possuía a força de ser a língua do rei, como o franciano, já que a Itália estava esfacelada em vários estados, mas contava com o prestígio de três escritores coroados que escreveram nele: Dante Alighieri (1265-1321), Francesco Petrarca (1304-1374) e Giovanni Boccaccio (1313-1375).

As línguas de padrão unitarista também são, em geral, monocêntricas, isto é, o padrão não se divide em subpadrões mais ajeitados a certas variações da língua.

### 2.5.2. Padrão composicional

Ao contrário, do padrão unitarista, o padrão composicional, ou pluridialetal, baseia-se em mais de um membro do *continuum* geoletal. Como já se disse, neste caso costuma haver um dialeto que serve de base, geralmente o da região onde está sediado o poder político, econômico e/ou cultural – a área graviletal –, ao qual se somam elementos não só lexicais, mas também fonéticos e morfossintáticos, de outros dialetos. O exemplo clássico deste tipo de padrão é a coine<sup>1</sup> grega, cuja área graviletal foi a Ática, onde fica Atenas, a cujo dialeto se jungiram outros, sobre-

---

<sup>1</sup> Palavra que significa, precisamente, "comum": , feminino de .

tudo o jônico. Não obstante, é claro que o grau de composição depende da distância estrutural que existe entre os membros do *continuum*.

As línguas de padrão composicional costumam ser, também ao contrário das de padrão unitarista, pluricêntricas. O português, por exemplo, nunca apresentou uma variação dialetal que demandasse um padrão mais composicional do que o atual, no entanto a comunidade lusófona brasileira normalizou certas particularidades das suas variantes, sobretudo na chamada norma culta falada, que permitem caracterizar a norma-padrão da língua portuguesa como pluricêntrica, com dois subpadrões: um europeu (usado também nas antigas colônias portuguesas africanas e asiáticas) e um brasileiro. O mesmo se pode dizer do inglês, cujo padrão se subdivide em *British English* (“inglês britânico”) e *American English* (“inglês americano”). Aliás, a difusão da mídia audiovisual tem condicionado cada vez mais o pluricentrismo, por adequação a normas implícitas diferentes já efetivas.

## 2.6. Extinção de um padrão

Uma obra do homem sujeita a forças tão relativas e instáveis não poderia aspirar à perenidade. É natural às línguas variar e mudar, e isto impõe às comunidades linguísticas saberem temperar o apego à tradição, que é, em geral, característico da norma-padrão, e a necessidade da inovação. Na seção dedicada aos critérios da padronização enunciou-se que um deles é evitar mudanças demasiado frequentes no padrão sob a pena de pôr em risco a sua legitimação. Não obstante, a ausência de mudança pode, ainda que em longuíssimo prazo, acarretar consequências bem mais graves.

Segundo Castellanos (2000, p. 78-80), um padrão pode desaparecer por dois fenômenos: a obsolescência por substituição e a obsolescência por distanciamento.

A obsolescência por substituição está ligada, como já se expôs, à individuação obstruída, em que uma comunidade produz propostas de codificação bastante aceitáveis, porém a conjuntura sociopolítica não favorece a padronização da língua, mas a sua substituição pela língua dominante, como é o caso, já mencionado, do occitano.

A obsolescência por distanciamento ocorre no sentido da exposição do primeiro parágrafo desta seção: não convém fazer alterações frequentes na norma-padrão, dado que o seu êxito depende, entre outras coi-



sas, de um mínimo de estabilidade. Porém, cristalizá-lo é igualmente nocivo, pois as demais variantes continuarão irremediavelmente a variar e mudar, de modo que com o passar do tempo haverá uma distância estrutural cada vez maior entre a norma-padrão e as demais normas, até se tornarem sistemas linguísticos individuáveis como línguas diferentes, gerando uma diglossia.

A comunidade pode, então, assumir três posturas: mantém a diglossia fazendo pequenas concessões ao vernáculo na codificação e adequando o padrão às necessidades comunicativas contemporâneas pela completação; desfaz a diglossia sem provocar uma individuação nova, isto é, elabora um padrão novo mais próximo estruturalmente do vernáculo, mas a entidade da língua permanece a mesma; faz surgir uma individuação nova, ou individuações novas, e o conseqüente padrão novo, ou padrões novos, de modo que o padrão velho, junto com a língua que ele simboliza e referencia, falto de uma comunidade que o considere seu, passa a configurar, então, uma língua morta.

Um exemplo do primeiro caso é o árabe, cuja padronização se baseou na língua literária cultivada desde a compilação do Alcorão, no século XII. Desde então os dialetos vernáculos árabes têm variado e mudado como qualquer língua. Todavia, o árabe padrão continua a ser, com poucas alterações, a língua do Alcorão, de modo que a comunidade se acha hoje em estado de diglossia.

Um exemplo do segundo caso é o grego, cuja comunidade viveu uma diglossia semelhante à árabe até 1976. Desde a formação da coíné a comunidade veio usando um padrão que sofreu poucas mudanças. No começo do século XIX, no contexto da independência da Grécia do Império Otomano, este padrão foi recodificado, tendo ficado conhecido como *καθαρεύουσα*, isto é, [língua] “purificada”. Somente na democratização do país decidiu-se, em 1976, oficializar a *δημοτική*, ou seja, a [língua] “popular”, vernáculo. Contudo, percebe-se que não houve uma individuação nova: a língua continua a ser a língua grega.

Um exemplo do terceiro caso são as línguas românicas. Desde fins do século I d.C., as sucessivas gerações de escritores espelharam-se na língua literária usada pelos grandes escritores que viveram no fim da República e no reinado de Augusto (27 a.C.-14 d.C.), sobretudo Cícero (101-44 a.C.), César (101-44 a.C.), Vergílio (70-19 a.C.), Horácio (65-8 a.C.) e Ovídio (43 a.C.-17 d.C.). A língua falada continuou, evidentemente, a variar e mudar, porém ao contrário do que aconteceu no caso do

árabe, desde ao menos o século IX (considerando a região onde o fenômeno é mais antigo: o norte da França) os dialetos vernáculos latinos foram individuando-se como línguas novas com o nome de romance e tomando pouco a pouco usos ao latim, entenda-se, à norma-padrão ao tempo, até que esta se tornou obsoleta pela normalização plena de outras novas. A partir do momento em que o latim deixou de ser a língua vernácula de uma comunidade, porque a sua comunidade deixou de o julgar tal, tornou-se, então, uma língua morta.

Com esta última formulação, volta-se ao que se dizia no começo deste capítulo, o que recobramos com palavras de Aracil (*apud* NADAL, 1992, p. 34):

No sabríem, per més que estiréssim la fantasia, suposar que l'estructura de la llengua és una màquina automàtica, misteriosament dotada d'activitat espontània. L'estructura lingüística es posa en acció quan entra en ús, i s'atura quan en surt. La seva maquinària està acoblada a la matriu sociocultural i impulsada per ella, de manera que l'ús lingüístic es pot comparar a l'embragament que transmet el moviment d'un motor a una màquina [...]. El fet que els filòlegs romàntics arribessin a conferir a la llengua una "vida" o una "ànima" pròpia mostra que eren prou conscients d'aquest problema.

Uma língua não é um mero código. Do ponto de vista estritamente estrutural, entre o latim e as línguas românicas há apenas uma cadeia de sistemas linguísticos sucessivos. Não houve uma noite em que uma língua se converteu na outra. A morte do latim e o nascimento das línguas românicas não passam de metáforas para exprimir o fato de que as línguas românicas surgiram no momento em que os falantes do latim deixaram de julgar que falavam latim.

### 3. *Percurso histórico da língua catalã*

#### 3.1. **Origens**

O catalão é hoje a língua vernácula do Principado de Andorra, onde é a única língua oficial; das comunidades autônomas espanholas da Catalunha (salvo o Vale de Aran) e das Ilhas Baleares e da maior parte da Comunidade Valenciana<sup>1</sup>, onde é cooficial com o castelhano; de um conjunto de municípios da comunidade autônoma de Aragão rente à fronteira

---

<sup>1</sup> *Comunidade Valenciana* é o nome oficial, mas é também comum a denominação *País Valencià*. Neste trabalho empregam-se ambas as denominações.

com a Catalunha<sup>1</sup>; de um conjunto de aldeias na serra de El Carche<sup>2</sup> na região de Múrcia; da maior parte do departamento francês dos Pireneus Orientais e do município italiano de Alghero<sup>3</sup>, localizado no noroeste da ilha da Sardenha, onde tem diferentes graus de reconhecimento oficial. O conjunto dos territórios onde o catalão é a língua vernácula chama-se Países Catalães. Segundo Querol (2007, p. 5), 9.118.882 pessoas falavam esta língua em 2004.

**Tabela 1**  
**Superfície e população dos Países Catalães (2008-2009)**

Território	Superfície (km²)	Número de habitantes
Catalunha	31.895	7.364.078
Comunidade Valenciana	23.921	5.084.884
Ilhas Baleares	5.014	1.094.972
Departamento dos Pireneus Orientais	4.166	440.855
Andorra	468	84.484
Franja de Aragão	3.172	47.686
Alghero	224	42.289
El Carche	310	670
Países Catalães	69.170	14.157.638

Fonte: Generalitat de Catalunya (2009, p. 4);

[http://ca.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%AFsos\\_Catalans#Demografia](http://ca.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%AFsos_Catalans#Demografia)

Contudo, esse território, que se estende por cerca da metade da costa mediterrânea da Espanha, não é o domínio original desta língua. Como explica López (2000, p. 20), o catalão é a continuação do latim que era falado no extremo nordeste da província da Hispânia Tarraconense em um território cujos limites eram ao leste o mar Mediterrâneo, ao norte a cadeia dos Pireneus até a serra das Corbières<sup>4</sup>, ao oeste os vales dos rios Isábena<sup>5</sup> e Ribera Ribagorçana e ao sul a planície de Urgell e o vale do rio Llobregat.

<sup>1</sup> Este território é conhecido como *Franja de Ponent* e *Franja d'Aragó*. Neste trabalho será chamado Franja de Aragão.

<sup>2</sup> Forma oficial castelhana; el Carxe em catalão.

<sup>3</sup> Forma oficial italiana; l'Alguer em catalão e S'Alighera em sardo.

<sup>4</sup> Forma oficial francesa; Corberes em catalão e Corbières em occitano.

<sup>5</sup> Forma oficial castelhana; Isàvena em catalão.



**Figura 1 – Países Catalães.**

**Fonte: Generalitat de Catalunya (2009, p. 7)**

Antes da conquista romana era habitado por povos de estípe ibera e basca. Estes se estendiam pelos vales dos Pireneus até o alto Llobregat. Estima-se, inclusive, que nos vales mais altos das regiões do Pallars, da Ribagorça e do vale de Aran conservou-se um falar vasconço até o século X (Cf. LÓPEZ, 2000, p. 14). O resto do território era ocupado por tribos ibéricas: indígetes, ausetanos, laietanos, lacetanos etc. No entanto, há vestígios toponímicos de que eles se sobrepuseram a um assentamento mais antigo de povos indo-europeus.

Os testemunhos da cultura material ibera deixam ver a influência de outros povos que passaram pela península: fenícios, que comerciavam nas costas desde ao menos o século VIII a.C.; celtas, que imigraram e povoaram a meseta central e a cornija cantábrica desde a mesma época; gregos, mais precisamente da colônia foecia de Massália (hoje Marselha), que, rivalizando com os fenícios no comércio, fundaram, por volta de 580 a.C., um empório, Ἐμπόριον (hoje Empúries), no golfo de Roses, cujo nome se deve a outra feitoria grega, esta de meados do século IV a.C.: Ὀδη.

As origens tanto do povo basco como do ibero são desconhecidas, e não cabe aqui revisar as hipóteses que se têm levantado. Não obstante, a origem de algumas palavras catalãs pode ser atribuída às suas línguas<sup>1</sup>, umas comuns com outras línguas ibero-românicas, como *esquerre* (“esquerdo”), *carabassa* (“cabaça”), *mantega* (“manteiga”); outras próprias do catalão ou também das línguas românicas vizinhas, como *estalviar* (“poupar”), *gerd* (“framboesa”), *isard* (“camurça”), *llesca* (“fatia”), *socarrar* (“chamuscar”) (Cf. LÓPEZ, 2000, p. 22).

A romanização do território onde surgirá o catalão foi precoce, já que a conquista romana começou com o desembarque do exército comandado por Gneu Cornélio Cipião em Empóron no ano de 218 a.C., no contexto da Segunda Guerra Púnica, entre Cartago e Roma. Vencedora Roma, ao fim da guerra, em 202 a.C., o seu domínio na Hispânia estendia-se por toda a costa mediterrânea até o rio Guadalquivir (então Bétis). Em 197 a.C., seguindo a estrutura administrativa implantada na Sicília após a Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), a Hispânia foi partida em duas províncias: Citerior, ao norte de Cartago Nova, e Ulterior, ao sul.

No mesmo ano em que o Senado concedeu a Otaviano o título de Augusto, 27 a.C., a divisão administrativa da Hispânia foi reorganizada: a Citerior passou a denominar-se Tarraconense, do nome da sua capital, Táraco (hoje Tarragona); a Ulterior desmembrou-se em duas: Bética, com capital em Córduba (hoje Córdova), e Lusitânia, com capital em Emérita Augusta (hoje Mérida).

Embora Táraco não estivesse no território primitivo do catalão, o fato de ter sido uma das principais cidades romanas da península deve ter atraído toda a redondeza para a cultura romana, além de ter concertado a região com a conjuntura de Roma. Em outras palavras, por um lado, o nordeste da península Ibérica foi a primeira região que os romanos conquistaram e, é razoável supô-lo, a primeira a romanizar-se, o que poderia ter condicionado uma tendência conservadora na mudança do latim para o catalão, mas, por outro lado, a região estava bem comunicada com Roma, tanto por terra, através da Narbonense, como por mar, em uma distância curta e sem desvio, de modo que as inovações linguísticas puderam chegar aí sem dificuldade.

---

<sup>1</sup> Todas as etimologias de palavras catalãs que informamos neste trabalho fundamentam-se no *Diccionari català-valencià-balear* (ALCOVER; MOLL, 2002).



**Figura 2: Cidades e vias de comunicação dos Países Catalães na época romana**  
**Fonte: Gimeno (1992, p. 26)**

A integração do nordeste peninsular à Gália Narbonense aceirou-se após o fim do Império Romano em 476, quando Eurico, rei dos visigodos, pôde agir livre do *foedus*<sup>1</sup> que o seu povo firmara com Roma em 418. O seu reino estendia-se desde os rios Loire e Reno até a Hispânia, salvo a província da Galécia, sob o domínio dos suevos, e o País Basco. A sua corte ficava em Toulouse, e mesmo após a Batalha de Vouillé, em 507, quando os francos venceram os visigodos tomando-lhes a maior parte do território que possuíam na antiga Gália e, obrigando-os a firmarem-se na Hispânia com a corte em Toledo, a Septimânia, nome com o qual se passou a designar a Narbonense, continuou a pertencer à monarquia visigótica.

A semelhança entre o catalão e o occitano deve-se, pois, a uma aproximação sociopolítica antiga, que aparece já durante o domínio ro-

<sup>1</sup> Palavra latina que significa “aliança”.

mano na forma de palavras de origem céltica que são compartilhadas com o occitano e o francês, mas não com os romances ibéricos, como *blat* (“trigo”, fr. *blé*), *bri* (“talo”, fr. *brin*), *bruc* (“urze”, fr. *bruyère*), *mol-tó* (“carneiro”, fr. *mouton*), *rusc* (“colmeia”, fr. *ruche*) (Cf. LÓPEZ, 2000, p. 23). Igualmente, há palavras de origem germânica, mais precisamente frânica, que se acham nas mesmas condições e que testemunham esta aproximação ao longo da Idade Média: *blau* (“azul”, fr. *bleu*), *gaire* ([não] “muito”, fr. *guère*), *ganivet* (“faca”, fr. ant. *canivet*), *guaitar* (“espionar”, fr. *guetter*), *lleig* (“feio”, fr. *laid*).

Porém, mais importante é, evidentemente, o léxico de origem latina comum com o occitano e o francês. No estudo lexicológico que expõe da página 72 à 79 da sua obra citada, no qual compara um *corpus* de palavras patrimoniais especialmente divergentes em aragonês, castelhano, catalão, francês, italiano e português, López informa que o léxico catalão tem 74,8% de coincidência com o do occitano, 62,5% com o do aragonês, 41,4% com o do francês, 33,3% com o italiano, 27,2% com o do castelhano e 21% com o do português.

A tabela a seguir visa apenas dar uma ideia ao leitor destes dados:

**Tabela 2**  
**Relação do catalão com outras línguas românicas pelo léxico patrimonial**

Português	Castelhano	Aragonês	Catalão	Occitano	Francês	Italiano
cabeça	cabeza	cabeza	cap	cap	tête	testa
mesmo	mesmo	mesmo	mateix	meteis	même	stesso
morder	morder	mosegar	mossegar	mossegar	mordre	mordere
subir	subir	puyar	pujar	pojar	monter	salire
dar	dar	dar	donar	donar	donner	dare
luz	luz	luz	llum	lum	lumière	luce
uva	uva	uva	raïm	rasim	raisin	uva
coração	corazón	corazón	cor	còr	cœur	cuore
mesa	mesa	mesa	taula	taula	table	tavola
irmão	hermano	chirmán	germà	fraire	frère	fratello

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de LÓPEZ (2000, p. 72-79)

### 3.2. Formação

No ano de 711 houve o acontecimento decisivo na história das línguas românicas ibéricas: o exército do califa do Islã atravessou as Colunas de Hércules (que desde então têm o nome do seu comandante, □āriq Ibn Ziyād: Gibraltar, de *Jabal □āriq*, ou seja, “Montanha de □āriq”) invadindo o reino dos visigodos, que já se achava enfraquecido politicamente pela contenda entre os partidários do rei Rodrigo e os do

seu antecessor, Vítiza, que reinou de 702 a 710. Na verdade, estes pediram a ajuda de Mūsā Bin Nuqair, governador da África, para depor Rodrigo. Neste ínterim, toda a península foi rapidamente subjugada até Narbona, que foi conquistada em 720, salvo a cornija cantábrica, onde a resistência visigoda se refugiou, aproveitando a cordilheira como uma muralha natural.

Neste momento fundamental da história das línguas ibero-românicas, o território onde se estava gestando o romance catalão teve os seus laços reforçados com o território onde surgia o occitano. O caso é que a presença muçulmana na Septimânia ameaçava as fronteiras do reino dos francos, pelo que os seus reis passaram a intervir ou tentar intervir cada vez mais na Espanha muçulmana. Assim, Narbona foi tomada em 759 por Pepino o Breve. Coube a Carlos Magno, rei dos francos desde 768 e imperador dos romanos desde 800, garantir a segurança do reino perante o emir de Córdoba. Foi, pois, conquistando pouco a pouco todos os vales da vertente meridional dos Pireneus e fundando aí condados que juntos formaram um tampão entre o Império Carolíngio e o emirado de Córdoba. Na **Tabela 3**, a seguir, informa-se quais eram os condados originais que formarão depois a Catalunha.

**Tabela 3**  
**Condados catalães originais, a sua sede e a sua data de fundação**

Condado	Sede	Data de fundação
Rosselló	Perpinyà	759
Girona	Girona	785
Urgell	la Seu d'Urgell	785
Osona	Vic	798
Cerdanya	?	798
Barcelona	Barcelona	801
Empúries	Castelló d'Empúries	812
Ribagorça <sup>1</sup>	?	872
Pallars	Sort	920

**Fonte: Elaboração própria**

Os governantes destes territórios, os *comites* ou condes, eram delegados do rei franco e nomeados por ele. Alguns eram nobres francos ou pertenciam à nobreza do território futuramente occitanófono, às vezes acumulavam o governo de mais de um condado.

---

<sup>1</sup> Os territórios de Ribagorça e Pallars foram tomados aos muçulmanos por Guilherme I, conde de Toulouse de 790 a 806.



Em 896 Vilfredo o Peludo era conde de Urgell, Cerdanya, Barcelona, Girona, Osona e Conflent, isto é, da maior parte do território dos condados catalães. À sua morte, no ano seguinte, o seu domínio foi transmitido aos seus filhos Borrell, Miró e Sunifred<sup>1</sup> sem passar pela nomeação do rei, embora o tenham sido depois. Estes dois fatos, a unificação territorial, ainda que parcial, sob o mesmo governante, e a transmissão do governo como herança, o que tornou Vilfredo um soberano *de facto*, são considerados pela historiografia catalã o começo da Catalunha como um ente político por si. A independência plena adveio no governo de Borrell II, que em 988 foi convocado a Paris para render vassalagem ao rei Hugo Capeto, mas não compareceu.



**Figura 3: Condados catalães e emirados árabes em 1077**  
**Fonte: Gimeno (1992, p. 28)**

Em 1148 Raimundo Berengário IV, conde Barcelona, conquistou o emirado de Tortosa, e no ano seguinte, o de Lleida. Em 1137 casara-se com Petronila Ramires, rainha de Aragão<sup>2</sup>. Desde então os condes de

<sup>1</sup> Alguns antropônimos usados na Catalunha medieval, a maioria de origem franca, não têm equivalentes em português, como estes três, e julgamos forçoso apontá-los.

<sup>2</sup> O reino de Aragão constituiu-se em 1035, quando Ramiro Sanches, filho bastardo de Sancho III o Maior, rei de Pamplona e conde de Aragão, Ribagorza, Sobrarbe e Castela, recebeu de herança o

Barcelona foram também reis de Aragão. Estes fatos tornaram-nos os mais poderosos dos condes catalães, suseranos seus e soberanos *de facto* (*principes*) da Catalunha<sup>1</sup>.

É por este tempo que se começou a escrever no romance catalão. Como aconteceu em outros territórios de língua românica, estes primeiros textos têm natureza jurídica: refletem a necessidade de clareza nas relações feudais (juramentos, testamentos, pleitos etc.) que o latim reformado por Alcuíno de York (c. 730/740-804), diretor da escola palatina de Aquisgrão e principal expoente do renascimento carolíngio, não atendia mais. Como explica Nadal (1992, p. 158-159):

La combinació d'aquestes dues normes va provocar un clar distanciament, en el món romànic, entre la llengua que parlava la major part de la població (el *vell llatí* que els romans havien anat estenent amb l'imperi i que havia anat fragmentant-se en les diferents modalitats a partir de les quals sorgiria el món romànic) i la nova modalitat lingüística produïda per la *renovatio* alcuiniana (el *nou llatí* medieval). Fou aleshores quan cada un dels dialectes del *vell llatí* (el que ara anomenem les llengües romàniques) començà a ésser percebut com a llengua autònoma. Aquesta és la paradoxa: el naixement, merament ideològic, de les llengües romàniques no és més que una conseqüència del naixement, real, d'això que ara anomenem el llatí.

Segundo Avenosa (2007, p. 250), os documentos remanescentes mais antigos em catalão são os *Agravos de Guitard Isard* (1095-1098) e o *Juramento de paz e trégua do conde Pedro Raimundo de Pallars Jussà* (1098-1112)<sup>2</sup>. Seguem-nos fragmentos de duas traduções do *Forum Iudicum*, o código de leis romano-visigótico que está à base do direito ibérico, a primeira de cerca de 1150 e a segunda de entre 1180-1190.

O texto remanescente mais antigo, de natureza literária, são as *Homílias de Organyà*, de entre os séculos XII e XIII. Trata-se de um

---

condado de Aragão e anexou os de Ribargorza e Sobrarbe, também oriundos da Marca Hispânica, e passou a governá-los como rei. Em 1134 Ramiro Sanches, bispo de Roda-Barbastro, teve de assumir o trono pela morte sem herdeiro do seu irmão Afonso I o Batalhador. Abandonou o hábito para engendrar um herdeiro, do que nasceu Petronila Ramires em 1136.

<sup>1</sup> De fato, a Catalunha jamais constituiu um reino. Desde o século XIV usou-se a denominação de principado da Catalunha para assinalar o território sob a jurisdição das Cortes catalãs. Leve-se em conta que *princeps* no latim medieval significava simplesmente "governante".

<sup>2</sup> Em catalão *Greuges de Guitard Isard* e *Jurament de pau i treva del comte Pere Ramon de Pallars Jussà*. A palavra *jussà* é um adjetivo derivado de *jus*, do latim vulgar *iusum*, pelo literário *deorsum*, isto é, "para baixo". *Jussà* refere-se, pois, à região mais baixa do condado de Pallars. A região mais alta é o Pallars Sobirà, do lat. *super* "sobre", daí também "soberano".

conjunto de seis homílias que conformava provavelmente um homiliário mais longo. Foi encontrado no município de Organyà, no antigo condado de Urgell, e a sua linguagem apresenta occitanismos que suscitaram várias hipóteses sobre a sua origem. Antoni Griera supõe que se trata de uma tradução do latim com o apoio de uma versão em occitano.

### 3.3. Expansão e cultivo literário

Como se terá percebido na seção anterior, durante todo o período de formação da língua catalã houve um contato estreito entre o seu território e a vizinhança occitana. Raimundo Berengário I (1023-1076), Raimundo Berengário II (1053-1082) e Berengário Raimundo II (1053-1097) de Barcelona também foram condes de Carcassonne; de Raimundo Berengário III (1082-1131) a Afonso I o Casto (1162-1196) também foram condes da Provença; Pedro I o Católico (1177/1178-1213) e Jaime I o Conquistador (1208-1276) também foram senhores de Montpellier.

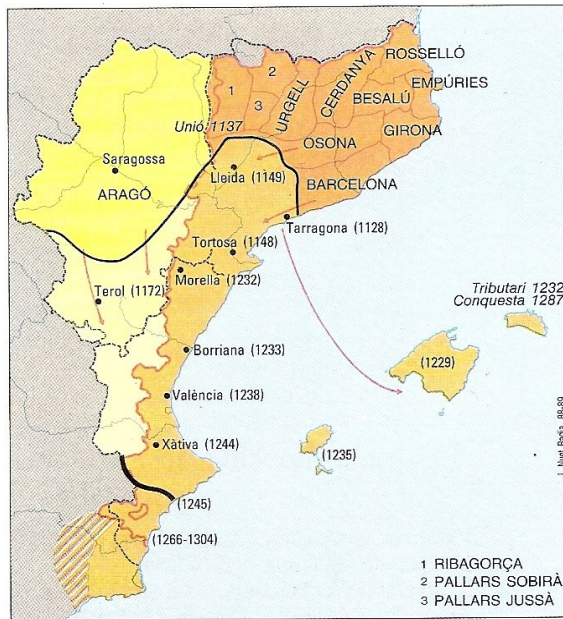
Como se depreende de Spina (1996, p. 17-85), o primeiro movimento literário europeu em língua vulgar, a poesia dos trovadores, estendeu-se como ondas a partir do seu centro: o território de romance occitano. As suas proximidades, os condados catalães e os estados norte-italianos, cultivaram não só a estética, mas também a língua. Nos seus dois primeiros séculos a poesia catalã culta foi composta, pois, em occitano, e, de fato, houve grandes trovadores catalães, como Guillem de Berguedà (1130-1195), Guillem de Cabestany (?-1212), Ramon Vidal de Besalú (c. 1196-1252), Cerverí de Girona (c. 1259-c. 1290), além do próprio rei Afonso I o Casto.

A cruzada contra os cátaros, que trouxe tantos danos à Occitânia, que se sujeitou definitivamente ao rei da França, foi outro fato decisivo na história da língua catalã. Na Batalha de Muret, em 1213, morreu Pedro I o Católico e o seu herdeiro, Jaime, que tinha apenas cinco anos, chegou a ser ameaçado pelo caudilho francês Simon de Montfort, que o tinha cativo.

Em 1258, oficializando a conjuntura tecida após esta cruzada, embaixadores de Jaime I e Luís IX da França assinaram o Tratado de Corbeil, pelo qual o rei francês renunciou aos seus direitos feudais sobre a Coroa de Aragão como herdeiro de Carlos Magno e o rei aragonês renunciou aos seus direitos feudais sobre territórios occitanos, salvo o senhorio de Montpellier. De fato, é no reinado de Jaime I que a Coroa de

Aragão se desgarrou da Occitânia e se voltou definitivamente para a península Ibérica e o mar Mediterrâneo.

Em 1229 conquistou Maiorca e no ano seguinte fundou o reino de Maiorca, ao qual se avassalou Menorca em 1231 e se anexaram Eivissa e Formentera em 1235. No mesmo ano de 1229 nobres aragoneses invadiram o território do emirado de Valência, em cuja capital Jaime I entrou em 1238; como em Maiorca, fundou o reino de Valência no ano seguinte. Alcançou a fronteira meridional em 1245. Também conquistou o emirado de Múrcia em 1265 e 1266, porém entregou-o a Castela por respeito ao tratado pelo qual se estabelecera que as terras ao sul do reino de Valência lhe pertenceriam. Todos estes territórios tinham sido vassalos do califa almôade de Marráquexe.



### L'EXPANSIÓ CATALANA AL SEGLE XIII

- Límit sud dels comtats catalans al segle XII
- - - Límit dels regnes de la corona catalano-aragonesa
- Límit de l'expansió de la corona catalano-aragonesa
- Límit actual de la llengua catalana
- El català al segle XIII
- L'aragonès al segle XIII, en procés de castellanització

Figura 5: Expansão catalã no século XIII  
Fonte: Gimeno (1992, p. 29)

À matança ou fuga de muçulmanos, Jaime I favoreceu o repovoamento dos reinos de Maiorca e Valência. Aquele foi repovoado sobretudo com gente da costa oriental da Catalunha e este com catalães na costa e aragoneses no interior. A política deste rei explica, pois, a geografia da língua catalã, que se riscou no começo deste capítulo. Como as outras línguas românicas ibéricas, trata-se de uma faixa que se estende do norte para o sul, precisamente a direção da chamada Reconquista.

Embora não haja em catalão tantos arabismos como em castelhano, a sua influência não é nada desprezível. Há-os ao menos de quatro tipos: de alcance românico, como *cotó* (“algodão”), *magatzem* (“armazém”), *sucre* (“açúcar”); de alcance ibérico, como *arròs* (“arroz”), *barri* (“bairro”), *gatzara* (“algararra”), *safareig* (“chafariz”); restritos ao catalão, como *ràfec* (“cimalha”), *rajola* (“tijolo”), *sínia* (“nora” [engenho]); restritos ao catalão ocidental ou ao valenciano, como *bellota* (“bolota”, alhures *gla*, do lat. *glans*), *dacsa* (“milho”, alhures *blat de moro*, literalmente “trigo-de-mouro”), *safanòria* (“cenoura”, alhures *pastanaga*, do lat. *pastinaca*)<sup>1</sup>. Há, também, as palavras de origem moçárabe, isto é, dos romances continuadores do latim falado nos territórios sob o domínio muçulmano<sup>2</sup>, cujas fontes são escassíssimas. Ademais, é provável que ao tempo das conquistas de Jaime I houvesse uma arabização forte (Cf. LÓPEZ, 2000, p. 87-92).

De fato, Raimundo Lúlio<sup>3</sup>, o pai das letras catalãs, o seu primeiro grande gênio literário, nasceu e produziu a sua obra neste contexto de expansão da língua e da cultura catalãs e de contato com outras línguas e culturas. Nasceu em Maiorca em 1232: o seu pai participara da conquista da ilha. Levou uma vida cortesã, mas em 1263, após ter visões místicas, empreendeu uma peregrinação a Rocamadour e a Santiago de Compostela. Tinha três fins: contemplar a Deus para encontrar inspiração; escrever um livro que demonstrasse a verdade da fé cristã; fundar mosteiros onde ele fosse estudado e fosse divulgado em árabe. Em 1274, após anos de estudo, quando meditava sobre o Puig de Randa, montanha no centro de

---

<sup>1</sup> Note-se a ausência do artigo árabe *a(l)*- na maioria dos arabismos em catalão, ao contrário da sua presença em castelhano e português.

<sup>2</sup> Os árabes chamavam-lhes singelamente *aljama*, isto é, “língua estrangeira”.

<sup>3</sup> Em catalão Ramon Llull.

Maiorca, recebeu a revelação da sua *Arte*, como chamou ao sistema filosófico pelo qual pretendia converter os “infiéis”. Em 1276 fundou o mosteiro de Miramar, que foi entregue aos franciscanos. Lúlio dedicou apaixonadamente o resto da sua vida ao aperfeiçoamento e à divulgação das suas ideias. Além de Barcelona e Montpellier, onde ficavam respectivamente as cortes de Pedro II de Aragão e Jaime II de Maiorca, esteve quatro vezes em Paris, três em Roma e em Gênova, duas em Túnis e uma em Vienne, em Nápoles, em Jerusalém, em Chipre, em Messina. Com 75 anos foi encarcerado em Bugia e salvou-se de um naufrágio perto de Pisa. Morreu em outro, quando retornava a Maiorca em 1316.

Como se terá percebido, as aventuras (e desventuras) de Lúlio seriam o bastante para pô-lo entre as grandes personagens da Idade Média. Não obstante, a sua obra também apresenta fatos extraordinários. Primeiro, a profusão: segundo a Base de Dades Ramon Llull da Universitat de Barcelona<sup>1</sup>, ele escreveu 260 obras. Segundo, a variedade temática: há obras de teor teológico (*Llibre de Contemplació en Déu*, 1271-1274; *Llibre del Gentil*, 1274-1276), moral (*Llibre de l’Orde de Cavalleria*, 1274-1276; *Llibre d’Evast e Blanquerna*, incluído o *Llibre d’Amic e Amat*, 1283), didático (*Doctrina Pueril*, 1274-1276; *Llibre de Meravelles*, incluído o *Llibre de les Bèsties*, 1287-1289), filosófico (*Art Demostrativa*, 1283; *Art General última*, 1305-1308; *Art Breu*, 1308); lírico (*Desconhort*, 1295; *Cant de Ramon*, 1300), retórico (*Retòrica Nova*, 1301), lógico (*Lògica Nova*, 1303), homiliético (*Art Abreujada de Predicació*, 1312-1313). Terceiro, a variedade de gêneros: o *Desconhort* e o *Cant de Ramon* são poemas; o *Llibre d’Evast e Blanquerna* e o *Llibre de Meravelles* são novelas; a maioria das demais obras são tratados. Quarto, a variedade de línguas: das 265 obras remanescentes, de 20 tem-se apenas a versão catalã e de 37 esta e mais a versão latina; do resto tem-se apenas a versão latina, embora se saiba que Lúlio também empregou o árabe.

Este último pormenor é o que mais pesa no juízo de Lúlio como pai das letras catalãs. Ele não rompeu a diglossia entre o latim e o romance, uma vez que usou o latim sem hesitação, porém inovou ao escrever obras cultas no seu vulgar, e mais, com um sucesso indubitável. Lúlio tomou uma língua que mal se escrevia, porque mesmo a poesia cortesã era cultivada em outra língua, em occitano, e transformou-a em uma língua apta a exprimir o pensamento mais sutil da sua cultura. Aliás, a pró-

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://orbita.bib.ub.es/llull/p.asp>. Consultado em agosto de 2011.

pria língua poética de Lúlio, que contém esperáveis occitanismos, é substancialmente catalã (Cf. BADIA, 2004, p. 185-189).

Não é à toa, pois, que Jaime I se tornou uma figura mítica na história dos Países Catalães. Além de ter consolidado a configuração da Coroa de Aragão enquanto união de reinos que tinham o mesmo monarca, mas mantinham aparelhos políticos próprios, e ter desenhado o mapa da língua catalã, legou-lhe também o órgão que lhe forneceria uma norma escrita supradialetal: a Chancelaria Real, que emitia documentos em latim, catalão e aragonês. Badia (2004, p. 424) resume o que vimos dizendo de modo muito claro:

[...] Penso en la labor unificadora que hi realitzà la Cancelleria Reial. Si, de moment, fou la formidable figura de Ramon Llull la que propagà un tipus de llengua unitari i acurat en la prosa (propagació que fou possible, no sols per la seva personalitat en emetre el missatge, sinó també per l'àmplia recepció que aquest obtingué pertot arreu), després la tasca fou represa per la Cancelleria Reial, reorganitzada a fons durant el regnat de Pere el Cerimoniós. Voldria encarir la transcendència que tingué aquesta institució per a la llengua catalana: donava el to que avui anomenem *oficial* a la llengua emanada de l'Administració (una administració que, com és sabut, era de les que, des del punt de vista polític, més pesaven a l'època); els funcionaris que hi treballaven dominaven el llatí, el català i l'aragonès. Tota la documentació que en sortia duia l'empremta d'un estil típic. Contràriament a allò que s'esdevé en l'etapa medieval de les altres llengües romàniques (pensem en el castellà, en el francès, en l'italià), on els textos escrits són forçosament dialectals, els que portaven la marca de la Confederació catalanoaragonesa corresponien a una veritable llengua *estàndard* [...].

Portanto, a comunidade catalanófona produziu cedo elementos da padronização de línguas: a extensão do uso da língua a âmbitos que lhe estavam vedados pela diglossia, como a expressão da especulação e do saber, e a elaboração de uma língua referencial, que outras comunidades românicas não desenvolveriam senão mais tarde. Ao próprio Jaime I deve-se a primeira das quatro obras maiores da Chancelaria Real. De fato, este rei relatou a sua vida em uma crônica, o chamado *Llibre dels Feits*, que mudou o fazer historiográfico, que pôde exprimir-se na língua vulgar e narrar-se na primeira pessoa. Calcando-se sobre o seu molde, Bernat Desclot escreveu na segunda metade do século XIII o *Llibre del Rei En Pere e dels seus Antecessors Passats*, no qual narrou os feitos de Afonso II o Casto e de Pedro II o Grande. Entre 1325 e 1328 Ramon Muntaner, a *Crònica o Descripció dels Fets e Hazanyes de l'Ínclit Rei Don Jaume I, rei d'Aragó, de Mallorques e de València, Comte de Barcelona e Montpesller, e de Molts de sos Descendants*, que se estende do nascimento de Jaime I à coroação de Afonso IV o Benigno. Entre 1382 e 1385 Pedro III

o Cerimonioso (1319-1387) mandou redigir o *Llibre en què es contenen tots los grans fets qui són esdevençuts en nostra Casa, dins lo temps de nostra vida, començant-los a nostra nativitat*.

Estes descendentes de Jaime I, não havendo mais para onde se expandir na península, continuaram a empresa conquistadora pelo mar Mediterrâneo. Em 1282, Pedro II o Grande cingiu a coroa de rei da Sicília, que será governada por um ramo da Casa de Barcelona até ser reunificada com o resto da Coroa por Martim I o Humano em 1375. Em 1297 Jaime II o Justo tornou-se rei da Sardenha<sup>1</sup>. Entre 1381 e 1387 Pedro III o Cerimonioso foi duque de Atenas e Neopátria. Em 1442 Afonso IV o Magnânimo fez a Coroa de Aragão alcançar a sua expansão máxima pela conquista do reino de Nápoles. Há, inclusive, uma sentença famosa do almirante Rogério de Loria (1245-1305), contida na crônica de Bernat Desclot, que reza que, no Mediterrâneo, nem os peixes poderiam nadar, se não levassem a insígnia do rei de Aragão no rabo (“no creu que nengun peix se gos alçar sobre mar si no porta un escut o senyal del rei d’Aragó”). Nesta conjuntura de pujança, o movimento do humanismo produziu grandes obras em catalão, sobretudo no reino de Valência, já que, na segunda metade do século XV, a Catalunha sofreu grandes convulsões sociais.

Entre 1379 e 1386, o frade franciscano Francesc Eiximenis escreveu *Lo crestià*, uma verdadeira enciclopédia do mundo medieval. Em 1399, Bernat Metge, que era funcionário da Chancelaria Real, escreveu *Lo somni*, em que discutiu a natureza da alma. São Vicente Ferrer (1350-1419), padroeiro do País Valenciano, foi o maior pregador do seu tempo. O seu discípulo, frei Antoni Canals (1352-1419), traduziu clássicos.

Quanto à poesia, Andreu Febrer (1375/1380-1437/1444) e Jordi de Sant Jordi (1400-1424) foram o elo entre a velha poesia trovadoresca que já não se exprimia em occitano, mas em um catalão occitanizado, e a poesia de vanguarda, de expressão plenamente catalã, de Ausiàs March (1397-1459). Este poeta desfez-se da idealização do amor e da mulher espelhada na sociedade medieval, que era própria dos trovadores, mas também da idealização platônica própria dos poetas do *Dolce Stil Novo*, a favor de um amor e uma mulher concretos, expressos em uma lírica sincera e reflexiva (Cf. PARÉ, MARTÍN, 2005, p. 46-64). A obra de Ausiàs

---

<sup>1</sup> Em 1354 a cidade de Alghero rebelou-se contra o rei Pedro III o Cerimonioso, que expulsou a sua população e a repovoou com catalães. Por isto fala-se catalão aí.



March conheceu uma notável fortuna editorial no século XVI (Cf. NADAL, 1992, p. 116-117).

Por volta de 1460, Jaume Roig escreveu *L'espill*, uma comédia misógina em forma de romance antigo, isto é, em verso. Curiosamente, esta obra contrasta fortemente com a *Vita Christi* de sor Isabel de Villena (1430-1490), que é um relato da vida de Cristo do ponto de vista feminino, no qual as mulheres são protagonistas. Pela mesma época, Joanot Martorell (c. 1413-1490) começou a escrever *Tirant lo Blanc*, romance de cavalaria não mais ambientado nas terras fantásticas da Matéria de Bretanha ou na Antiguidade, mas na realidade contemporânea, mais precisamente na queda de Constantinopla, conquistada pelo sultão otomano Mehmed II, em 1453 (na ficção Tirant a evita). Por isto, é julgado o primeiro romance moderno da literatura europeia.

O Século de Ouro da literatura catalã rematou com Joan Roís de Corella (1435-1497), que escreveu tanto em verso como em prosa com considerável variedade temática: obras de conteúdo amoroso, religioso, mitológico. A obra de Corella representa o cume do fenômeno ao qual chamamos emulação, no primeiro capítulo, que, no caso das línguas românicas, foi a imitação do latim literário com o propósito de conferir prestígio ao romance. Como esclarece Badia (2004, p. 366):

A partir de 1380, la cancelleria dels reis d'Aragó visqué la gran mutació: fins aleshores, els funcionaris encarregats de redactar els documents reials sempre s'havien supeditat al *cursus* de la retòrica medieval. I bé: cap a la fi del segle XIV –i sobretot al segle XV–, estimulats pel corrent de fer reviuire l'antiguitat greco-llatina, capgiraren llur manera de treballar: rompent motlles ancestrals, adoptaren una sintaxi ciceroniana i depuraren el lèxic. Que aquesta tasca es feia segons els models renaixentistes era evident, i que era tasca ben feta ho prova la qualitat de bon nombre dels funcionaris que la duïen a terme, no debades escriptors de renom. Justament ningú no ignora l'ascendent que, en aquesta època de la cultura catalana, tingueren els homes de lletres sobre les maneres literàries de l'administració.

Contudo, Corella também foi o último escritor de renome da literatura catalã antes da *Renaixença* do século XIX.

### 3.4. Uma padronização interrompida

Em 1410, Martim I o Humano morreu sem declarar quem era o seu herdeiro, já que o seu filho Martim I da Sicília morrera em 1407 e o filho deste, Frederico, era bastardo. Durante dois anos, as nobrezas aragonesa, catalã e valenciana desavieram-se, defendendo dois pretendentes:

Jaime II de Urgell, bisneto de Afonso III o Benigno e cunhado de Martim I o Humano e Fernando de Antequera, infante e regente de Castela e neto de Pedro III o Cerimonioso. Em 1412, nomeou-se uma comissão de três representantes por reino para escolher o novo rei, o chamado Compromisso de Caspe, que decidiu por Fernando de Antequera. Com ele, extinguiu-se a linhagem direta de quinhentos anos de Vilfredo o Peludo e as Coroas de Castela e Aragão passaram a ser governadas pela mesma dinastia: os Trastâmara.

Na segunda metade do século XV, estouraram diferentes contendas sucessórias nos reinos ibéricos, cujos soberanos estavam embaraçados em uma maranha de parentescos. O primeiro estalou em 1451 no reino de Navarra, que era governado pelo príncipe Carlos de Viana, em nome do seu pai, João Sem-Fé, rei consorte, que lhe usurpou a coroa. Neste ano, o príncipe aceitou a oferta de Castela para romper com o seu pai. Sem conseguir vencê-lo, Carlos acudiu à corte do seu tio Afonso IV o Magnânimo em Nápoles, porém este morreu em 1458, pelo que João se tornou rei de Aragão. Reconciliou-se, então, com o seu pai e, de volta a Navarra, negociou o seu casamento com a infanta Isabel de Castela. Como João II favorecia o seu segundo filho, Fernando, opôs-se mandando encarcerar Carlos. Este ato gerou comoção na Catalunha, cujas Cortes exigiram a sua libertação. Em 1461, a Capitulação de Vilafranca del Penedès nomeou Carlos lugar-tenente do Principado e proibiu o rei de entrar no território sem a permissão da Deputação do Geral<sup>1</sup>. Porém, o príncipe de Viana faleceu pouco tempo depois. No ano seguinte, os camponeses de *remença*<sup>2</sup> se revoltaram contra a nobreza e, por conseguinte, contra a Deputação. Neste ínterim, João II entrou no Principado sem o consentimento da Deputação, o que causou a Guerra Civil Catalã, ao longo da qual a Deputação entregou a coroa condal de Barcelona a três nobres (Henrique IV de Castela, o condestável Pedro de Portugal e Renato de Anjou), porém, ao cabo de doze anos de malogro, teve de voltar a reconhecer João II. Entrementes, mais precisamente em 1469, o seu herdeiro, o infante Fernando, casou-se com Isabel, irmã de Henrique IV de Castela. Ela fora nomeada herdeira em detrimento da infanta Joana, sobre

---

<sup>1</sup> Como as Cortes não funcionavam permanentemente, mas o rei precisava delas, as Cortes de 1358-1359 estabeleceram uma delegação permanente, a Deputação do Geral do Principado da Catalunha, que foi tomando-se o órgão de governo da Catalunha. O seu nome oficial, *Generalitat de Catalunya*, é o oficial hoje.

<sup>2</sup> Os *remences* eram camponeses que ficavam cativos na terra senhorial até a sua remição (*remença*), ou seja, até pagar pela sua liberdade.

a qual pesava a suspeita de não ser filha do rei, mas de um nobre chamado Beltrán de la Cueva, daí o seu apelido: a Beltraneja. Porém, o casamento rompeu o pacto, de modo que Joana voltou a ser a herdeira. Contudo, quando Henrique IV morreu, em 1372, ambas foram declaradas rainhas pelo seu próprio bando, dando início à Guerra Civil Castelhana, que implicou a Coroa de Aragão, já que Isabel era casada com o seu herdeiro, e também Portugal, já que Joana se casou com dom Afonso V. Vencedora Isabel, em 1374, Fernando tornou-se rei consorte de Castela, e, em 1276, Isabel rainha consorte de Aragão. Os seus herdeiros, Joana a Louca e Carlos I (V do Sacro Império Romano-Germânico desde 1516), uniram as Coroas nas suas pessoas.

Portanto, ao começar o século XVI, a Coroa de Aragão, especialmente a Catalunha, que fora arrasada por uma guerra civil, achava-se em uma conjuntura bastante desfavorável. Embora os reinos da Coroa de Aragão tivessem as suas próprias cortes e, desde o século XIV, órgãos de governo próprios, a Deputação do Geral, o rei residia comumente no Paço Real Maior, em Barcelona, onde ficava também a Chancelaria Real. Após a união das Coroas, as instituições mantiveram-se, mas o rei passou a viver em Castela, mais precisamente em Madri desde 1561. Nadal (1992, p. 143) aporta um testemunho claro disto, o elogio do cronista valenciano Martí de Viciano à língua castelhana no seu *Libro de alabanzas de las lenguas hebrea, griega, latina, castellana y valenciana*, de 1574:

Pues entremos en Castilla, que es un reino muy grande, compuesto y ayuntado de muchos reinos, donde el Rey y su Corte siempre reside, y tantos grandes señores y caballeros, y hay ciudades muy grandes y populosas, donde se habla la perfecta lengua castellana, muy galana, cortesana y graciosa, y muy esmerada y estimada por todos los reinos y provincias del mundo.

Além disto, o comércio com o Oriente através do mar Mediterrâneo, que dera tanta riqueza à Coroa de Aragão, foi prejudicado com a queda de Constantinopla em 1453, mais ainda após a conquista da América, desde a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, e o estabelecimento da rota marítima para a Índia, desde a viagem de Vasco da Gama, em 1498. A propósito, o testamento de Isabel I a Católica deixou claro que as “ilhas e terra firme do mar oceano”, isto é, a América, pertenciam à Coroa de Castela. Em outras palavras, os súditos da Coroa de Aragão estavam impedidos de colonizar o Novo Mundo e os seus portos, de comerciar com ele (Cf. SUÁREZ, 1992).

O reino de Valência, onde o cultivo literário ficou resguardado da instabilidade social da Catalunha no século XV, foi atingido nos anos de

1520 e 1521, quando os grêmios de comerciantes da cidade de Valência, as *germanies* (“irmandades”), insatisfeitos com a quebra dos seus monopólios, se rebelaram contra a nobreza, que teve de pedir ajuda ao rei. Derrotadas as irmandades, ela manteve a sua condição, mas perdeu poder na governação do reino, que foi centralizada pela vice-rainha Germana de Foix.

A esta altura, cabe lembrar que os processos de padronização de línguas dependem de certos fatores que não são estritamente linguísticos, mas também sociopolíticos, aos quais Castellanos (2000, p. 47) chama fatores de coesão e identificação geoétnica, a saber, a existência de um centro de referência, de uma consciência coletiva e a influência política e ideológica dominante.

Ao acabar o século XV, a língua catalã tinha todos os elementos favoráveis para que a sua padronização avançasse: possuía um uso literário vasto, pelo qual todos os gêneros foram cultivados, ao contrário de outras línguas românicas, em que certos gêneros não tinham sido cultivados, ou cujo cultivo era incipiente; possuía um uso oficial que produzira uma norma escrita supradialetal, a língua da Chancelaria Real, que foi modelo não só para este uso, mas também para a literatura culta, o que tampouco se desenvolvera em outros âmbitos românicos. Contudo, ao começar o século seguinte, não havia mais um centro de referência, ou melhor, foi trocado por outro que referenciava outra língua, o castelhano, do qual não emanava a ideologia de unidade na diversidade, de “pactismo”, sobre a qual se erguera a Coroa de Aragão, mas a ideologia de centralização, de autoritarismo, que estava à raiz da Coroa de Castela e que era uma tendência geral. A consciência de ser súdito do rei de Aragão diluiu-se na consciência de ser súdito do Rei Católico, em cujo domínio “o sol nunca se punha”<sup>1</sup>.

Assim, não só o processo de padronização da língua catalã estancou, como também decaiu o seu cultivo literário. Badia (2004, p. 369) resume os fatos:

Heus ací, doncs, el nus de la qüestió: la decadència. Habitualment diem que el nostre segle XV fou l’edat d’or de la literatura catalana antiga, i tothom sap que l’afirmació no és exagerada. Ara bé, aquesta literatura, variada, puixant, presa en consideració arreu i d’alta categoria, sostinguda per una llengua madura i plena de possibilitats, caigué sobtadament en el buit a començos del segle XVI. Era una ruptura respecte a tot allò que havia estat fins aleshores. La

---

<sup>1</sup> “En mis dominios nunca se pone el sol”: frase atribuída a Filipe II (ALONSO, 2009, p. 102).

mutació fou tan ràpida, que ja no sabem si ens sorprèn més la magnitud del desenllaç o el ritme veloç amb què les coses es precipitaren. Martí de Riquer ho ha recordat: amb prou feines cinquanta anys s'havien escoltat des de la mort d'Ausiàs Marc (1459) i de la redacció de la novel·la valenciana *Tirant lo Blanc* (començada el 1460), i el panorama de les lletres catalanes ja presentava un aspecte ombrívol completament inèdit i poc abans imprevisit. Ningú no se sorprendrà de les conseqüències d'una tal crisi: el to i la qualitat de la producció escrita descendiren, sembla que els escriptors dubtaven quant a la llengua que havien d'emprar, diríeu que perdien confiança en el verb propi tradicional. Diguem-ho en pocs mots. Un vague sentiment s'ensenyorí de tots ells: aparentment la llengua catalana ja no era adient per a determinades manifestacions del pensament, de la creació, de l'erudició...

É mesmo contraditório que uma das primeiras tentativas de codificação do romance, neste caso o occitano, tenha sido elaborada por um catalão: *Rasós de trobar* de Ramon Vidal de Besalú (c. 1196-c. 1252). Porém, no século XVI, não se acompanhou a onda de codificação das línguas vulgares, como se pode ver na tabela a seguir.

**Tabela 4**  
**Primeiras gramáticas e defesas das línguas românicas**

Data	Título	Autor
Século XIII	<i>Rasós de trobar</i>	Ramon Vidal de Besalú
c. 1240	<i>Donats proençals</i>	Uc Faidit
1328-1355	<i>Leis d'amors</i>	Guilhem Molinièr
c. 1409	<i>Donait françois</i>	Jean Barton
1440	<i>Grammatica della lingua toscana</i>	Leon Battista Alberti
1492	<i>Gramática castellana</i>	Antonio de Nebrija
1516	<i>Regole grammaticali della volgar lingua</i>	Giovanni Francesco Fortunio
1525	<i>Prose nelle quali si ragiona della volgar lingua</i>	Pietro Bembo
1530	<i>L'esclaircissement de la langue françoise</i>	John Palsgrave
1531	<i>In linguam gallicam isagoge una cum eiusdem grammatica latinogallica ex hebraeis, graecis et latinis auctoribus</i>	Jacques Dubois
1533	<i>Introducciones gramáticas breves y compendiosas</i>	Bernabé Busto
1535	<i>Diálogo de la lengua</i>	Juan de Valdés
1536	<i>Gramática da linguagem portuguesa</i>	Fernão de Oliveira
1549	<i>Défense et illustration de la langue françoise</i>	Joachim du Bellay
1540	<i>Gramática da língua portuguesa</i> <i>Diálogo em louvor da nossa linguagem</i>	João de Barros
1550	<i>Traité de la grammaire françoise</i>	Louis Meigret
1558	<i>Gramática castellana</i>	Cristóbal de Villalón

Fonte: Adaptado de Auroux (2009, p. 38-39)

Nadal (1992, p. 103-156) estudou a questão, da qual observa em primeiro lugar que desde o século XIV, mais precisamente desde entre

1303 e 1305, quando Dante Alighieri escreveu o tratado *De vulgari eloquentia*, havia uma tendência a reconhecer uma condição artificial à língua escrita, o latim, e uma condição natural à língua falada, o romance. Quando, no século XVI, se superou o humanismo latinizante, a emulação do latim na padronização do romance, que já se mencionou algumas vezes, comportava naturalmente a transferência do latim ao romance das qualidades mais prezadas daquele: a uniformidade e a perenidade, ou seja, o seu caráter artificial, distante da língua falada. A famosa *Questione della lingua* na Itália localiza-se justamente nesta conjuntura: consistiu na discussão de se a língua italiana escrita deveria basear-se nas obras da tríade do século XIV (Dante, Petrarca e Boccaccio) ou no dialeto florentino contemporâneo. Desde as *Prose della volgar lingua* do veneziano Pietro Bembo (1525) prevaleceu a primeira escolha, isto é, a artificialidade.

Um processo semelhante poderia ter acontecido nos Países Catalães, porém aí surgiu um juízo de que os escritores clássicos tinham empregado outra língua, o “limusino”. Isto não seria propriamente um empecilho para a padronização da língua, mas o caso é que a esta diferenciação puramente ideológica (mas decisiva; como se viu, a própria diferença entre o latim e as línguas românicas é ideológica) estava associada a poética trovadoresca, tardia nesse momento. Escrever em “limusino” implicava em renunciar à poética moderna. Portanto, a língua catalã ficou órfã de tradição literária no século XVI, e, como disse Juliano de Médici (*apud* NADAL, 1992, p. 110), “non si può dire che sia veramente lingua alcuna favella che non ha scrittore”.

Não obstante, a rejeição à própria tradição literária também ocorreu em Castela. O próprio Antonio de Nebrija refletiu-a na sua *Gramática castellana* (1492): “Esta [lengua castellana] hasta nuestra edad anduvo suelta y fuera de toda regla, y a esta causa ha recebido en pocos siglos muchas mudanzas; porque si la queremos cotejar con la de hoy ha quinientos años, hallaremos tanta diferencia y diversidad cuanta puede ser mayor entre dos lenguas” (*apud* NADAL, 1992, p. 140-141). Todavia, em Castela havia uma corte, a corte de um império, cujos usos linguísticos podiam servir de base à codificação que se estava levando a cabo.

Assim, tendo alheado quase todo o esforço de normalização linguística que já se fizera, sem ter um centro de poder em cujo prestígio pudesse escorar a codificação que estava acontecendo massivamente no entorno europeu, a comunidade catalanófona, que já estava habituada a experiências diglössicas, com o latim e o occitano, e consoante a ideolo-

gia dominante de artificialidade da língua escrita, aderiu majoritariamente às estéticas renascentista e barroca exprimindo-se em castelhano, a língua mais prestigiosa da monarquia de que era uma periferia. Um exemplo emblemático disto é a obra do poeta barcelonês Joan Boscà (mais conhecido como Juan Boscán), que compôs em castelhano, introduzindo na sua literatura novos metros italianos, e traduziu para esta língua o *Libro del Cortegiano*, o manual do cortesão renascentista, de Baldassarre Castiglione, de 1528.

### 3.5. Decadência

De entrada, cumpre esclarecer que, mesmo depois de o uso literário do catalão decair, ele continuou a ser a língua oficial dos órgãos de governo do principado da Catalunha e dos reinos de Maiorca e Valência, ao menos durante a maior parte deste período da história da língua ao qual se conveio chamar Decadência, que se deu no uso culto da língua, que não cessou de todo. Assim, em 1557 Cristòfor Despuig escreveu *Los Col-Loquis de la Insigne Ciutat de Tortosa*, que embora não chegue a ser uma obra de defesa da língua vernácula como as de Bembo, Valdés, Du Bellay e Barros, nem tenha uma profundidade semelhante, é um testemunho claro da nova conjuntura linguística. Depois de explicar onde se fala o catalão e que esta era a língua dos reis de Aragão, expõe pela boca da personagem Lúcio:

[...] Açò passa ab veritat així com ho dic, i d'aquí ve l'escàndol que jo prenc en veure que per avui tan absolutament s'abraça la llengua castellana, fins a dins Barcelona, per los principals senyors i altres cavallers de Catalunya, recordant-me que en altre temps no donaven lloc a aquest abús los magnànims reis d'Aragó. I no dic que la castellana no sia gentil llengua i per tal tinguada, i també confesse que és necessari saber-la les persones principals, perquè és l'espanyola que en tota Europa se coneix, però condemne i reprove lo ordinàriament parlar-la entre nosaltres, perquè d'açò se pot seguir que poc a poc se lleve de rael la de la pàtria i així pareixeria ser per los castellans conquistada. (*apud* BADIA, 2004, p. 456)

Perceba-se, além da expansão do uso do castelhano nos Países Catalães, que se está abordando, o testemunho do surgimento de uma denominação internacional desta língua como a língua espanhola e o vaticínio de uma ameaça de substituição linguística em decorrência deste “abuso”. Portanto, ao mesmo tempo em que se aproximam das defesas do vernáculo que se vinham fazendo no entorno românico, os *Col-loquis* distinguem-se patentemente delas: enquanto elas amparam o uso do ro-

mance em face do latim, estes resguardam o uso do romance em face de outro.<sup>1</sup>

Também cabe observar que esta atração à língua e à cultura castelhanas, que viviam o seu Século de Ouro (Cervantes, Lope de Vega, Góngora, Quevedo, Calderón de la Barca etc.), também se deu em Portugal, onde o Rei Católico governava desde 1580. Como expõe Buescu (2004), o conhecimento do castelhano era geral entre os letrados portugueses no século XVI. Um sétimo das composições do *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, de 1516, está em castelhano, e autores cimeiros como Gil Vicente (c. 1465-c. 1536), Francisco Sá de Miranda (1481-1558) e Luís de Camões (c. 1524-1580) também escreveram nesta língua. A própria corte portuguesa, onde havia constantemente rainhas castelhanas, que traziam e adquiriam livros na sua língua e que tinham validos patrícos, era bilíngue. Segundo a autora, 15% do que foi impresso em Portugal no século XVI está em castelhano, uma cifra nada desprezível considerando que 30% está em latim. Independentemente do apreço ou despreço que uns e outros manifestavam por uma ou a outra língua, o castelhano era tido como uma língua pela qual se alcançava um público maior.

Além dos elementos que se aduziram na seção anterior, uma diferença salientável entre os Países Catalães e Portugal é que, quando Gaspar de Guzmán, conde-duque de Olivares e privado de Filipe IV entre 1622 e 1665, propôs a união de armas<sup>2</sup> para sustar os gastos da guerra nos Países Baixos<sup>3</sup>, custeados quase inteiramente por Castela, o levante dos ceifeiros<sup>4</sup> no dia de *Corpus Christi* de 1640 em Barcelona, por causa

---

<sup>1</sup> Despuig também testemunha a formação do conceito de Espanha como o território ibérico sob o domínio do Rei Católico e a tendência centrípeta de Castela neste processo: "I què pensau, senyors? La major part dels castellans gosen dir públicament que aquesta nostra província no és Espanya, i per ço que nosaltres no som veraders espanyols; no mirant los pecadors benaventurats quant gran engany reben, i quant ignorants són i quant cegos d'enveja i malícia van, que aquesta província no sols és Espanya, mas és la millor Espanya [...]".

<sup>2</sup> Cabe lembrar que os reinos da Monarquia Católica mantinham uma legislação e órgãos de governo próprios. Por exemplo, na Catalunha não se podiam recrutar soldados a não ser que o seu território estivesse ameaçado.

<sup>3</sup> Os Países Baixos faziam parte da herança de Carlos I: o seu pai, Filipe o Belo era duque da Borgonha, que era também senhor dos Países Baixos. Porém desde 1581 as províncias setentrionais, de maioria protestante, lutavam pela independência.

<sup>4</sup> Daí o nome de *Guerra dels Segadors*.



dos abusos dos soldados castelhanos que os camponeses catalães tinham de alojar, levou a Catalunha, sem pretendentes à coroa nem colônias, a proclamar Luís XIII (e logo Luís XIV) conde de Barcelona até, após doze anos de guerra vã, ter de reconhecer novamente Filipe IV. Ademais, pelo Tratado dos Pireneus (1659), o Rei-Sol ficou com um quinto do território (os condados de Rosselló, Conflent e metade do de Cerdanya<sup>1</sup>), onde proibiu o uso oficial do catalão, em 1700. Em Portugal, o levante do dia 1.º de dezembro do mesmo ano de 1640 proclamou o duque João de Bragança rei, restaurando a independência, que foi reconhecida em 1668.

Embora a língua castelhana tenha mantido o seu prestígio em Portugal, pelo peso do barroco espanhol, no século XVIII, a cultura francesa erigiu-se em vanguarda europeia: Filipe V fundou a Real Academia Española em 1713, dom João V a Real Academia da História Portuguesa e dona Maria I a Academia Real das Ciências, todas à imitação da Académie Française (BUESCU, 2004). Por outro lado, os Países Catalães sofreram outro golpe político, que tirou o último âmbito formal em que se conservava o uso da língua catalã.

Trata-se da Guerra de Sucessão Espanhola, entre 1701 e 1713, quando Filipe de Anjou e Carlos da Áustria disputaram a coroa espanhola, após a morte de Carlos II, que não engendrara herdeiro. A guerra envolvia a Europa, pois cada pretendente estava ligado a um estado poderoso: Filipe de Anjou era neto de Luís XIV da França e Carlos da Áustria era filho de Leopoldo I do Sacro Império Romano-Germânico. Na península, a Coroa de Castela apoiava Filipe de Anjou e a Coroa de Aragão, Carlos da Áustria, quem a conjuntura favorecia em um primeiro momento, pois não interessava aos demais estados europeus que a França e a Espanha fossem governadas pela mesma dinastia. Porém, em 1711, José I, que sucedera a Leopoldo I, morreu sem herdeiro, de modo que Carlos da Áustria, o seu irmão, se tornou imperador. Agora não interessava que o Sacro Império e a Espanha tivessem o mesmo monarca. Antes, em 1707, Filipe de Anjou vencera a Batalha de Almansa, após a qual tomou os reinos de Valência e Aragão, cujas instituições próprias suprimiu:

Considerando haber perdido los Reinos de Aragón y Valencia y todos sus habitadores por la rebelión que cometieron, faltando enteramente al juramento de fidelidad que me hicieron como a su legítimo Rey y Señor, todos los fueros, privilegios, exenciones y libertades que gozaban y que con tan liberal ma-

---

<sup>1</sup> Desde então em francês Roussillon, Conflent [k    □fl    ] e Cerdagne.

no se les habían concedido así por mí como por los Señores Reyes mis predecesores, particularizándolos en esto de los demás Reinos de esta Corona, tocándome el dominio absoluto de los referidos dos Reinos de Aragón y Valencia, pues a la circunstancia de ser comprendidos en los demás que tan legítimamente poseo en esta Monarquía se añade ahora la del justo derecho de la conquista que de ellos han hecho últimamente mis armas con el motivo de su rebelión, y considerando también que uno de los principales atributos de la soberanía es la imposición y derogación de leyes, las cuales con la variedad de los tiempos y mudanza de costumbres podría yo alterar aun sin los grandes y fundados motivos y circunstancias que hoy concurren para ello en lo tocante a los de Aragón y Valencia, he juzgado por conveniente así por esto como por mi deseo de reducir todos los Reinos de España a la uniformidad de unas mismas leyes, usos, costumbres y tribunales, gobernándose igualmente todos por las leyes de Castilla, tan loables y plausibles en todo el Universo, abolir e derogar enteramente (como desde luego doy por abolidos y derogados) todos los fueros, privilegios, prácticas y costumbres hasta aquí observados en los referidos Reinos de Aragón y Valencia, siendo mi voluntad que éstos se reduzcan a las leyes de Castilla y al uso y práctica y forma de gobierno que se tiene y ha tenido en ella y en sus tribunales, sin diferencia alguna en nada [...]. (*apud* VOLTES, 1955, p. 103)

Mesmo após a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, pelo qual os contendentes reconheceram Filipe V em troca da seção das possessões europeias da Coroa espanhola ao imperador Carlos IV, a Catalunha e Maiorca permaneceram rebeldes. Barcelona caiu em 11 de setembro de 1714, após um sítio de um ano, e Maiorca em julho do ano seguinte. Os Decretos de Nova Planta do reino de Maiorca e do principado da Catalunha, que extinguiram as suas instituições, foram promulgados respectivamente em 1715 e 1716. Eles também fizeram cessar o único âmbito formal onde se sustinha o uso do catalão: a administração pública.

Em 1640 o intento dos catalães foi, como o dos holandeses e dos portugueses, a independência; por outro lado, em 1714 aspirou-se a moldar o estado espanhol, cada vez mais centralizado, à tradição “pactista” da Coroa de Aragão. Após a segunda derrota, os catalães desenredaram-se da política estatal; dedicaram-se a recobrar a bonança econômica que tinham vivido na Idade Média, aproveitando o fim do monopólio do porto de Cádiz no comércio com as colônias em 1765.

### 3.6. Recuperação

Após as convulsões causadas pela Revolução Francesa (1789) e pelas guerras de Napoleão Bonaparte (1803-1815), que em 1808 coroou o seu irmão, José Bonaparte, rei da Espanha, e que levaram a corte portuguesa a fugir para o Brasil e os independentistas hispano-americanos a

aproveitarem o vazio de poder insurgindo-se contra a soberania real, um novo movimento estético difundiu-se pela Europa: o romantismo. Uma das suas características era o interesse pela história (tanto que um dos gêneros que surgiram durante a sua vigência foi o romance histórico) e, por conseguinte, pelas origens dos povos, que começaram a ser constituídos ideologicamente como nações, na maioria dos casos coincidentes com os estados, que assumiam a ideologia política dominante: o liberalismo, dominante na Espanha desde a ascensão de Isabel II em 1833, embora tivessem restado alguns defensores do Antigo Regime<sup>1</sup>, o que contribuiu com a instabilidade geral que atravessou o século XIX (LINHARES, 2009).

Assim, no mesmo ano de 1833<sup>2</sup>, em uma situação inteiramente comezinha, o aniversário de um banqueiro catalão assentado em Madri, Bonaventura Carles Aribau, um culto funcionário seu, dedicou-lhe uma ode cujo conteúdo era bem mais transcendente que a ocasião:

[...]

Plau-me encara parlar la llengua d'aquells savis,  
que ompliren l'univers amb llurs costums i lleis,  
la llengua d'aquells forts que acataren los reis,  
defengueren llurs drets, venjaren llurs agravis.  
Muira, muira l'ingrat que, en sonar en sos llavis  
per estranya regió l'accent nadiu, no plora,  
que en pensar en sos llars, no es consum ni s'enyora,  
ni cull del mur sagrat la lira dels seus avis!

En llemosí sonà lo meu primer vagit,  
quan del mugró matern la dolça llet bevia;  
en llemosí al Senyor pregava cada dia,  
e càntics llemosins somiava cada nit.  
Si quan me trobo sol, parl amb mon esperit,  
en llemosí li parl, que llengua altra no sent,  
e ma boca llavors no sap mentir ni ment,  
puix surten mes raons del centre de mon pit.

---

<sup>1</sup> Eram os seguidores do infante Carlos de Bourbon, que se cria herdeiro da coroa por Isabel II, de quem era tio, ser mulher. Os *carlistas* provocaram três guerras civis: 1833-1840, 1846-1849 e 1872-1876. Tinham apoio sobretudo nas províncias vascongadas, em Navarra e no interior de Aragão e da Catalunha, por defenderem os forais que os liberais tentavam suprimir.

<sup>2</sup> Outro fato ocorrido neste ano digno de nota é a mudança na divisão territorial da Espanha sob a inspiração dos departamentos franceses: os reinos formados na Idade Média foram extintos dando lugar a 49 províncias. Assim, o Principado da Catalunha foi dividido nas províncias de Barcelona, Girona, Lleida e Tarragona; o reino de Valência nas de Alacant, Castelló de la Plana e Valência; o reino de Maiorca foi transformado na província de Palma de Maiorca.

Ix, doncs, per a expressar l'afecte més sagrat  
que puga d'home en cor gravar la mà del cel,  
oh llengua a mos sentits més dolça que la mel,  
que em tornes les virtuts de ma innocent edat,  
Ix, e crida pel món que mai mon cor ingrát  
cessarà de cantar de mon patró la glòria  
e passe per ta veu son nom e sa memòria  
als propis, als estranys, a la posteritat.

(*Apud* PARÉ; MARTÍN, 2005, p. 115-116)

O título do poema também cai muito bem à sua transcendência: *La pàtria*. De cada estrofe podemos evidenciar três ideias chave: a evocação elegíaca da glória passada (o que, de resto, faz lembrar o texto citado de Cristòfor Despuig); a autenticidade que a língua nativa instrumenta (e a autenticidade é um fundamento do romantismo); a superação, sob a aparência de elogio ao patrão, do lamento expresso nos imperativos da última estrofe (*ix, crida*), pelos quais se rompe a reclusão da língua.

Há, ainda, dois fatos especialmente relevantes para este trabalho: Aribau chamou à língua “limusino”, que, como se estudou, foi uma denominação que surgiu no século XVI, quando se começou a julgar que os escritores antigos tinham empregado outra língua; ele escreveu, efetivamente, em “limusino”, ou seja, usou a língua dos clássicos.

A ode *La pàtria* de Bonaventura Carles Aribau é considerada o começo do movimento de recuperação do cultivo literário da língua catalã, a *Renaixença*. Seria uma mera baliza historiográfica se não fosse o fato de que este movimento cultivou a semente tal-qualmente Aribau a lançou. Assim, ele foi elogiado no prólogo das *Poesies* de Lo Gaiter del Llobregat, o pseudônimo de Joaquim Rubió i Ors, que as publicou em 1841. Este texto é um verdadeiro manifesto da *Renaixença*, do qual vale a pena citar um excerto. Após ter admoestado a falta de escritores em catalão, o autor dissertou:

Sap [Lo Gaiter del Llobregat] que li respondran que los retrau de fer-ho la dificultat que experimentarien al voler versificar en una llengua de la qual casi no coneixen la gramàtica; que també en castellà poden cantar-se nostres antigues glòries i les haçanyes de nostres avis sens deixar per açò d'obrar en nosaltres lo mateix efecte: mes, ¿és per ventura tan aspre i pobre nostre idioma que no compense més que suficientment lo treball que s'emplee en estudiar-lo? ¿No tenim una col·lecció de cròniques tan abundant i variada com la puga posseir qualsevol altre poble, i una galeria immensa de trobadors, pares de la poesia vulgar moderna i als quals són deutors de moltes de ses bellesses l'enamorat Petrarca i hasta lo terrible Dante, més rica que cap altra nació del món? [...] ¿i deixarem d'estudiar les famoses obres de tants mestres del gai

saber per no dar-nos la lleugera molèstia d'aprendre la llengua que beguérem ab la llet de nostres mares, que tartamudejàrem quan petits, i que deuríem conservar com un joiell preciós, quan no per altra cosa, per la importància de què gosà en altres èpoques i per lo molt que nos recorda. Fa un segle i quart, en l'assalt de Barcelona (setembre de 1714), que nostres avis batallaren catorze hores seguides en defensa de llurs antics privilegis, i que llur sang corria a doll per los murs, places i temples d'esta ciutat, per poder transmetre a llurs néts l'herència i l'idioma que los havien deixat llurs pares; i no obstant d'haver transcorregut tant poc temps, sos descendents no solament han olvidat tot açò sinó que fins alguns d'ells, ingrats envers sos avis, ingrats envers sa pàtria, s'avergonyeixen de que se los sorprenga parlant en català com un criminal a qui atrapen en l'acte. Mes açò cessarà, al menos s'ho promet així l'autor d'estes poesies, per poc que vaja generalitzant-se l'afició que comença a prendre peu entre nostres compatricis envers tot lo que té relació ab nostra història. (RUBIÓ, 1841, p. 5-6)

Portanto, no século XIX aconteceu o contrário do século XVI. Se lá a língua literária, com a ficção do “limusino”, foi rejeitada na elaboração de uma norma-padrão contemporânea por levar a pecha da estética *démodée* dos trovadores, aqui Rubió i Ors exortou os seus patricios a estudarem-na para cultivá-la, cultivar a sua língua materna. Além disto, Aribau e Rubió i Ors encaminharam a construção da nação catalã, apesar da variedade ideológica que sobreviria, a uma ligação com a língua de que não se desfaria mais.

De fato, o pilar da *Renaixença* foram os *Jocs Florals*, um certame poético cujas origens remontam ao ano de 1323, quando o trovador Raimond de Cornet criou em Toulouse o Consistòri del Gai Saber, uma academia que pretendia salvaguardar a poética trovadoresca: o *gai saber*. Em 1393 João I o Caçador patrocinou a fundação de um consistório afim em Barcelona, que promoveu a competição por cerca de um século. O consistório de Barcelona foi restaurado em 1859 por iniciativa dos escritores Antoni de Bofarull e Víctor Balaguer. Em Valência os *Jocs Florals* foram instituídos em 1879 pela associação *Lo Rat Penat*.

O nome *Jocs Florals* deve-se aos prêmios: a Flor Natural ao autor da melhor composição amorosa, o Jasmim de Ouro (*Esglantina d'Or*) ao da melhor patriótica e a Violeta de Ouro e Prata (*Viola d'Or i Argent*) ao da melhor religiosa. Aquele que ganhava as três flores era investido *Mes- tre en Gai Saber*.

Os três maiores talentos da *Renaixença* foram revelados nos *Jocs Florals*: o poeta Jacint Verdaguer, autor dos poemas épicos *L'Atlàntida* (1876) e *Canigó* (1886); o poeta e dramaturgo Àngel Guimerà, cujo drama mais famoso é *Terra baixa* (1897); o romancista Narcís Oller, que es-

creveu, dentre outros, o romance *La febre d'or* (1890-1892), que espelha a industrialização da Catalunha. Em Valência sobressaiu o poeta Teodor Llorente.

Este é, precisamente, o fato diferencial da Catalunha no século XIX. A instabilidade que caracterizou o reinado de Isabel II desembocou na sua destituição por uma revolução liberal em 1868. Em 1871, o governo provisório entregou a coroa ao príncipe Amadeu de Saboia, que abdicou em fevereiro de 1873. Instalou-se uma república, que durou até dezembro de 1874 (período durante o qual teve cinco presidentes), quando o general Martínez Campos proclamou Afonso XII, filho de Isabel II, rei. Conformou-se, então, o regime da Restauração: uma monarquia parlamentar em que conservadores e liberais se revezavam pacificamente no governo mediante eleições fraudulentas.

Como aponta Buades (2009, p. 167-179), a acomodação dos catalães a um estado espanhol cada vez mais centralizado, a produção manufatureira e as boas safras tinham propiciado uma acumulação de capital suficiente para que alguns burgueses investissem na indústria na segunda metade do século XIX. Enquanto o resto da Espanha, salvo Biscaia, onde se desenvolveu a siderurgia, permaneceu agrário, Barcelona e o seu entorno industrializaram-se, desenvolvendo-se nomeadamente no ramo têxtil, uma vez que a manufatura do algodão foi o carro-chefe do comércio com as colônias antes da independência. A produção catalã abastecia o mercado peninsular através da rede ferroviária que se expandia e o mercado colonial, dado que Cuba e Porto Rico ainda eram possessões espanholas, por cujos portos se importava carvão.

O desapego de um estado gorado, uma burguesia próspera contrastante com uma fidalguia rural e, sobretudo, uma construção identitária que desde o começo tendia a identificar a pátria não com o estado, mas com a língua, condicionaram a *Renaixença* a politizar-se como nacionalismo, ou, mais precisamente, *catalanismo*.

### 3.7. Nacionalismo

Desde a consolidação da *Renaixença*, foram aparecendo várias publicações periódicas que propagavam as diferentes ideologias que havia dentro do movimento: o *Calendari Català*, revista literária anual (1865); *Lo Gai Saber*, revista literária ideologicamente eclética (1868); *La Campana de Gràcia* (1870), e a sua continuação *L'Esquella de la*

*Torraxa* (1872), revista satírica semanal de talhe republicano e anticlerical; *La Renaixença*, revista literária quinzenal (1871); *La Veu del Montserrat*, revista católica semanal; o *Diari Català*, o primeiro jornal em catalão, fundado em 1879 por Valentí Almirall, republicano federalista que teve a iniciativa de articular politicamente estas correntes, que comungavam na defesa da Catalunha e das suas cultura e língua, em um congresso, o Primeiro Congresso Catalanista, que acordou a criação de uma instituição, o Centre Català, que em 1883 convocou o Segundo Congresso Catalanista para elaborar o programa do catalanismo. Este programa tornou-se um documento oficial quando o centro apresentou a *Memoria en Defensa de los Intereses Morales y Materiales de Cataluña* ao rei Afonso XII em 1885, mais conhecido como *Memorial de greuges* (“Memorial de agravos”), no qual se fez uma revisão cuidadosa da formação do estado espanhol, do seu quadro constitucional contemporâneo e da conjuntura econômica do momento, do que concluiu:

¿Cómo salir de tal estado? Sólo hay un camino justo y conveniente a un tiempo. El que se desprende de todas las páginas de esta Memoria: abandonar la vía de la absorción y entrar de lleno en la de la verdadera libertad. Dejar de aspirar a la uniformidad para procurar la armonía de la igualdad con la variedad, o sea, la perfecta unión entre las varias regiones españolas. (MEMORIA..., p. 205)

Em 1884, o Centre Català tornou-se um partido político, e no ano seguinte Almirall publicou o livro *Lo Catalanisme*, no qual desenvolveu e ampliou as ideias de federalismo que se tinham exposto no *Memorial de Greuges*. Quando se elegeu presidente do centro em 1887, a ala conservadora do partido, a qual compunham, entre outros, Lluís Domènech i Muntaner e Àngel Guimerà, cindiu-se, e, junto com os membros do Centre Escolar Catalanista (entre os quais Josep Puig i Cadafalch, Enric Prat de la Riba e Francesc Cambó), fundou a Lliga de Catalunya.

Em 1891, a Lliga de Catalunya conseguiu unir várias instituições catalanistas contra o novo código civil espanhol<sup>1</sup> na forma da associação Unió Catalanista, cuja primeira assembleia, em Manresa em 1892, elaborou as *Bases per a la Constitució Regional Catalana*, mais conhecidas como *Bases de Manresa*, pelas quais a Catalunha se configuraria como uma região autônoma da Espanha. A terceira base testemunha o laço inquebrantável entre a língua e o nacionalismo: “La llengua catalana serà

---

<sup>1</sup> O direito civil foi a única instituição política própria que se salvou dos Decretos de Nova Plana de Filipe V em 1716.

l'única que ab caràcter oficial podrà usar-se a Catalunya i en les relacions d'aquesta regió ab lo Poder Central" (p. 7).

Em 1898, adveio o chamado Desastre de 98, isto é, a perda das últimas colônias (Cuba, Filipinas e Porto Rico) por uma derrota vexaminosa contra os Estados Unidos que escancarou a lassidão do regime da Restauração. No ano seguinte os defensores de uma ação política dentro da Unió Catalanista (Cambó, Domènech i Muntaner, Puig i Cadafalch, Prat de la Riba) fundaram o Centre Nacional Català, e em 1901 articularam a Lliga Regionalista, que obteve êxito nas eleições desse ano.

Em 1905, trezentos soldados destruíram as redações do jornal *La Veu de Catalunya* e da revista *Cucut!*, que publicara uma charge com um trocadilho sobre a vitória eleitoral da Lliga Regionalista e as derrotas militares espanholas. As cortes aprovaram, então, uma lei que protegia os militares quando agissem em defesa da unidade da Espanha, o que motivou a união de todas as forças catalanistas na coalizão Solidaritat Catalana. Com a sua vitória, Enric Prat de la Riba assumiu a presidência da Deputação Provincial de Barcelona.

Em dezembro de 1913, Afonso XII promulgou um Real Decreto que permitiu às províncias mancomunarem-se. Em abril de 1914 as quatro províncias catalãs formaram, então, a mancomunidade<sup>1</sup> da Catalunha, que embora tivesse as mesmas –e limitadas– competências das províncias, possuía uma carga simbólica enorme, pois depois de duzentos anos o estado espanhol voltava a reconhecer alguma autonomia à Catalunha. Prat de la Riba, que estava na presidência da Deputação de Barcelona, foi o seu primeiro presidente.

Não é à toa que Prat é considerado o *seny ordenador*, ou seja, o “siso ordenador” da Catalunha. A sua gestão na Deputação de Barcelona e da mancomunidade foi marcada não só pelas obras de infraestrutura, mas também pelo investimento amplo na educação e na cultura. Ele é o fundador do Institut d'Estudis Catalans com a Biblioteca de Catalunya e da Junta de Museus de Barcelona (1907), da Escola Superior d'Agricultura de Barcelona (1911), da Escola Catalana d'Art Dramàtic (1913), da Escola de Funcionaris d'Adminstració Local de Catalunya e da Escola

---

<sup>1</sup> Mancomunidade é uma forma administrativa de agrupamento intercomunal que se refere, juridicamente, à livre associação de municípios, mediante a criação de uma entidade local superior, à qual os municípios associados delegam parte das funções ou competências, para prestar serviços a todos os seus membros.



del Treball de Barcelona (1914), da Escola Superior de Bibliotecàries (1915). Após a sua morte, em 1917, esta obra foi continuada pelo seu sucessor, Puig i Cadafalch, que criou a Escola d'Alts Estudis Comercials em 1918 e a Escola d'Infermeres Auxiliars de Medicina em 1919. Tudo isto com o uso, ou o fomento do uso do catalão e, sob a ideologia do catalanismo, de que Prat foi um teórico, publicou *La nacionalitat catalana* em 1906. Se desde a leitura das estrofes de *La pàtria* de Bonaventura Carles Aribau ficou alguma dúvida sobre o papel da língua na construção nacional catalã, Prat expô-la clarissimamente:

[...] Nosaltres vèiem l'esperit nacional, el caràcter nacional, el pensament nacional; vèiem el dret, vèiem la llengua; i de la llengua, dret i organisme, de pensament i caràcter i esperit nacionals, en trèiem la nació, això és, una societat de gent que parlen una llengua i tenen un mateix esperit que es manifesta u i característic per sota de la varietat de tota la vida col·lectiva.

I vèiem més, vèiem que Catalunya tenia llengua, dret, art propis; que tenia un esperit nacional, un caràcter nacional, un pensament nacional; Catalunya era, doncs, una nació. I el sentiment de pàtria, viu en tots els catalans, ens feia sentir que pàtria i nació eren una mateixa cosa, i que Catalunya era la nostra nació, igual que la nostra pàtria. (PRAT, 1906, p. 48-49)

É mesmo curioso que, por um lado, Prat de la Riba deu uma prova de que a nação é uma comunidade imaginada que existe enquanto os seus membros creem na sua existência, de que, em última análise, ela é fruto do nacionalismo, e não o contrário (LINHARES, 2009, p. 2): a Catalunha é uma nação porque os catalães dizem (e dizem-no porque creem nisto) que têm um espírito *nacional*, um pensamento *nacional*, um caráter *nacional*. Por outro, deu um testemunho do pensamento do seu tempo, quando se entendia que a nação tinha uma condição natural e o estado, artificial: “L'Estat quedava fonamentalment diferenciat de la nació, perquè l'Estat era una organització política, un poder independent en l'exterior, suprem en l'interior ab força material d'homes i diners per a mantenir la seva independència i la seva autoritat. [...]” (PRAT, 1906, p. 50).

Contudo, apesar de o catalanismo ter evoluído até se tornar a ideologia dominante na Catalunha, é preciso reconhecer que era, até este momento, uma ideologia burguesa. A classe operária era influenciada, como no resto da Europa, pelo marxismo e pelo anarquismo, e tendiam mais ao internacionalismo que ao nacionalismo. Como observa Buades (2009, p. 219):

Continuamente dividido em múltiplas facções e correntes de opinião, o movimento operário ibérico conseguiu organizar um bloco unitário apenas em

raras ocasiões. Uma delas foi em Barcelona em 1907, quando socialistas e anarquistas esqueceram suas diferenças e agruparam-se na Solidariedade Operária. O agrupamento surgiu como reação à recentemente formada Solidariedade Catalã, que integrava diferentes coletivos catalanistas e que era a máxima expressão dos interesses da burguesia industrial da Catalunha. As duas solidariedades, a Catalã e a Operária, representaram a luta de classes vivida em Barcelona e em outros núcleos industriais como Terrassa, Sabadell e Mataró.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que fechou mercados, e a Revolução Russa (1917), que deu ânimo à luta operária, vieram aguçar o desentendimento entre burgueses e proletários, que se desdobrou em uma violência desenfreada na forma do assassinato de políticos, empresários e sindicalistas. Some-se a isto o malogro da guerra para garantir o protetorado de Marrocos, e tem-se a conjuntura em que o rei, a oligarquia e a burguesia preferiram aceitar um golpe de estado que instaurasse um regime autoritário à perpetuação do falido regime da Restauração: em setembro de 1923 o general Miguel Primo de Rivera insurgiu-se contra o governo e Afonso XIII nomeou-o presidente<sup>1</sup> (BUADES, 2009, p. 221, 292).

Embora tenha nomeado Alfons Sala presidente da mancomunidade em 1924, Primo de Rivera extinguiu-a no ano seguinte. Não obstante, a ditadura fez mudar a ideologia dominante dentro do catalanismo: a cumplicidade com a ditadura desprestigiou o nacionalismo monárquico burguês da Lliga Regionalista e tornou possível o crescimento do nacionalismo republicano de esquerda. Neste ínterim, o coronel Francesc Macià fundou, em 1922, o partido independentista Estat Català, que em 1926 ensaiou uma tentativa quixotesca de invasão da Catalunha a partir do povoado fronteiriço de Prats-de-Mollo<sup>2</sup> para proclamar em Olot a República Catalã. Apesar de ter sido abortado pela polícia francesa, o fato rendeu popularidade a Macià.

Segundo Buades (2009, p. 296) a recessão, a inflação e a piora das condições de vida das classes média e baixa, agravadas pela crise mundial de 1929, minaram a ditadura de Primo de Rivera, que se demitiu em janeiro de 1930. Afonso XIII tentou preservar o regime nomeando o general Dámaso Berenguer presidente, mas enquanto isto, em agosto, as forças republicanas de toda a Espanha pactuaram em San Sebastián a

---

<sup>1</sup> Mais precisamente presidente do Conselho de Ministros, que é o nome do chefe do governo espanhol desde 1834 até 1939. Hoje, presidente do governo espanhol.

<sup>2</sup> Forma oficial em francês; em catalão Prats de Molló.

queda da monarquia. Com a demissão de Berenguer em fevereiro de 1931, assumiu a presidência o almirante Juan Bautista Aznar, que estabeleceu eleições municipais para 12 de abril. Em março de 1931 o Estat Català e o Partit Republicà Català, liderado por Lluís Companys, tinham-se fundido formando a Esquerra Republicana de Catalunya (ERC).

Ao amanhecer o dia 14 de abril de 1931 os vereadores vencedores de Eibar, no País Basco, proclamaram a república. Antes que se fizesse o mesmo em Madri, Macià proclamou em Barcelona a República Catalã dentro da Federação Ibérica. No dia 17 uma delegação do governo provisório convenceu-o a trocar o nome de república pelo nome oficioso da extinta Deputação do Geral: Generalitat de Catalunya.

Em setembro de 1932 as Cortes aprovaram o Estatuto da Catalunha, que a definiu como uma região autônoma do estado espanhol (artigo primeiro) e estabeleceu o catalão como língua oficial com o castelhano (artigo segundo).

Contudo, a Segunda República Espanhola não foi nada estável. Em agosto de 1932 o general José Sanjurjo tentou dar um golpe de estado. Em janeiro de 1933 os anarquistas insurgiram-se em toda a Espanha. Em novembro a Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA) venceu as eleições, porém o novo governo foi formado, com o seu apoio, pelo Partido Republicano Radical de Alejandro Lerroux, que desarranjou as reformas do governo antecessor de esquerda. Em outubro de 1934 a CEDA entrou no governo, o que motivou uma greve geral em cujo bojo Lluís Companys, que sucedera a Francesc Macià na presidência da Generalitat e que já se desaviera com o governo por causa de uma lei para a reforma agrária na Catalunha, proclamou, no dia 6, o estado catalão dentro da República Federal Espanhola. O exército atacou, então, a Generalitat, e ao amanhecer prendeu Companys. O Estatuto foi suspenso. Nas Astúrias proclamou-se a República dos Operários e Camponeses, que o governo desmantelou no dia 19 com centenas de mortes e milhares de prisões. Em janeiro de 1936 a esquerda unida pela coalizão Frente Popular ganhou as eleições, que reestabeleceu o Estatuto e o governo de Companys. Não obstante, a violência entre a direita e a esquerda exacerbou-se: em 12 de julho o tenente socialista José del Castillo foi assassinado e no dia seguinte o líder monarquista José Calvo Sotelo. No dia 17, militares ligados à Falange Española, partido fascista fundado em 1933, sublevaram-se no protetorado de Marrocos. Eram liderados pelo general Francisco Franco, chefe do Estado-Maior. Começou a Guerra Civil Espanhola.

### 3.8. Codificação

Como se estudou, o catalanismo politizou-se na década de oitenta do século XIX. A burguesia catalã, mecenas da *Renaixença*, mostrou a sua pujança à Espanha e ao mundo através da Exposição Universal de 1888 em Barcelona. A construção de uma identidade nacional alternativa à que o estado promovia não se desligaria mais da arte e do cultivo da língua.

Embora a tríade da *Renaixença* (Verdaguer, Guimerà e Oller) tenha produzido até o começo do século XX, quer tendo mantido o romantismo inicial quer tendo aderido ao realismo, desde a década mencionada estendeu-se outro movimento estético: o modernismo<sup>1</sup>, que na Catalunha se desenvolveu não só na literatura e na pintura (Santiago Rusiñol, 1861-1931, também um fértil escritor), mas também, e notavelmente, na arquitetura, pelas obras de gênios universais como Antoni Gaudí, Lluís Domènech i Muntaner e Josep Puig i Cadafalch<sup>2</sup>.

Um poema de Joan Maragall, o maior escritor do movimento, deixa claro que o misticismo que o caracteriza não borrou o catalanismo cada vez mais desapegado da identidade nacional espanhola. Trata-se da *Oda a Espanya*, de 1900<sup>3</sup>:

Escolta, Espanya, –la veu d’un fill  
que et parla en llengua –no castellana;  
parlo en la llengua –que m’ha donat  
la terra aspra:

---

<sup>1</sup> Não se confunda com o modernismo luso-brasileiro, cuja base foram as vanguardas do começo do século XX. Alvar, Mainer e Navarro (2005, p. 544-545) explicam: “Certo es, no obstante, que su uso literario [del término *modernismo*] resulta privativo de las literaturas española, catalana (donde lo sustenta además la vinculación política del catalanismo emergente) y de la hispanoamericana, mientras que el término *modernism*, al que arriba se aludía, define en el mundo anglosajón un movimiento de renovación artística cuyo centro son las llamadas vanguardias históricas. En el resto de Europa, *fin de siglo* suele ser una mención puramente adjetiva y prevalecen los términos de *decadentismo*, *simbolismo*, *segundo naturalismo*, mientras que denominaciones como *art nouveau*, *modern style*, *Sezession*, *jugend stil*... conciernen casi exclusivamente a las artes plásticas”.

<sup>2</sup> Seis obras de Gaudí e duas de Domènech i Muntaner foram declaradas patrimônio da humanidade pela UNESCO, respectivamente: a Basílica da Sagrada Família (1884-), o Palau Güell (1885-1889), o Parc Güell (1900-1910), a Casa Batlló (1905-1907), a Casa Milà (1906-1910), a Cripta da Colônia Güell (1908-1914), o Palau de la Música Catalana (1905-1908) e o Hospital de Sant Pau (1905-1930).

<sup>3</sup> Cabe lembrar: apenas dois anos depois do Desastre de 98, ou seja, a perda humilhante de Cuba, Porto Rico e Filipinas para os Estados Unidos.

en ‘questa llengua –pocs t’han parlat;  
en l’altra, massa.

T’han parlat massa –dels saguntins  
i dels que per la pàtria moren:  
les teves glòries –i els teus records,  
records i glòries –només de morts:  
has viscut trista.

Jo vull parlar-te –molt altrament.  
Per què vessar la sang inútil?  
Dins de les venes –vida és la sang,  
vida pels d’ara –i pels que vindran:  
vessada és morta.

Massa pensaves –en ton honor  
i massa poc en el teu viure:  
tràgica duïes –a mort els fills,  
te satisfieies –d’honres mortals,  
i eren tes festes –els funerals,  
oh trista Espanya!

Jo he vist els barcos –marxar replens  
dels fills que duïes –a que morissin:  
somrients marxaven –cap a l’atzar;  
i tu cantaves –vora del mar  
com una folla.

On són els barcos? –On són els fills?  
Pregunta-ho al Ponent i a l’ona brava:  
tot ho perderes –no tens ningú.  
Espanya, Espanya, –retorna en tu,  
Arrenca el plor de mare!

On ets, Espanya? –No et veig enlloc.  
No sents la meua veu atronadora?  
No entens aquesta llengua que et parla entre perills?  
Has desaprès d’entendre an els teus fills?  
Adéu Espanya!

(*Apud* PARÉ, MARTÍN, 2005, p. 173-174)

Ademais, a ode de Maragall aporta outro elemento relevante nesta pesquisa: ele empregou uma língua sensivelmente diferente daquela na qual Aribau escreveu. Cabe lembrar que este se valeu da língua dos clássicos do século de ouro, o “limusino”, que se no século XVI foi julgada arcaica, no início do XIX era-o muito mais. Por outro lado, no texto de Maragall percebem-se claramente as formas próprias do catalão central contemporâneo: *parlo, teva, els, morissin, meua*; as do “limusino” seriam

*parl, tua, los, morissen*; se bem que haja resquícios arcaizantes, como o possessivo átono *ton/ta*, e castelhanismos, como *barco* e *entendre an els teus fills*<sup>1</sup> (no padrão hodierno *vaixell* e *entendre els teus fills*). Em outras palavras, os modernistas não só assumiram o legado dos precursores da *Renaixença*, mas tentaram aperfeiçoá-lo reconvertendo o romântico “limusino” em catalão moderno.

No mesmo ano de 1900, o padre maiorquino Antoni Maria Alcover escreveu uma carta aberta na qual pediu a todos os “amigos” da língua catalã que contribuíssem com a elaboração de um dicionário. Com as contribuições foi publicando o *Bolletí del diccionari de la llengua catalana*<sup>2</sup>.

Em 1906, o mesmo ano da formação da Solidaritat Catalana e da publicação de *La nacionalitat catalana*, organizou o Primeiro Congresso Internacional da Língua Catalã em Barcelona, que contou com mais de três mil inscrições. Os congressistas podiam apresentar comunicações em três seções: filológico-histórica, cujas atas somam cerca de quatrocentas páginas; literária, cujas atas passam de cem páginas; social e jurídica, cujas atas não chegam a cem páginas (BADIA, 2004, p. 503). Joan Maragall apresentou, dentro da segunda seção, uma comunicação especialmente relevante nesta pesquisa: *La literatura catalana ha de concedir a un dialecte determinat el predomini absolut damunt tots els altres?*. Vale a pena ler um fragmento:

I. La literatura catalana, si s'acomoda a la que sembla llei natural en moltes altres, concedirà predomini a un dialecte; mes cal negar que l'hagi de concedir, perquè:

1) Davant d'un fet viu com ha d'èsser la producció literària d'una llengua, un imperatiu *a priori* com aquest comprometria o l'esportaneïtat (si fose obèit), o la serietat (si no ho fos), del poble que se'l formulés.

---

<sup>1</sup> Em castelhano o objeto direto consistente em uma pessoa ou um objeto personificado é encabeçada pela preposição *a* (*entender a sus hijos*), mas em catalão, não.

<sup>2</sup> O primeiro volume do *Diccionari Català-Valencià-Balear*, como se intitulou a obra, foi publicado em 1930 e o décimo e derradeiro em 1962 por Francesc de Borja Moll, discípulo do padre Alcover. Trata-se da obra-prima da filologia catalã e, por conseguinte, uma das obras-primas da filologia românica: cada verbete contém a classificação gramatical, as acepções do vocábulo, a equivalência em castelhano, testemunhos antigos e recentes do seu uso, locuções, frases feitas e ditados, a variação dialetal em transcrição fonética, a variação ortográfica na tradição escrita, a derivação intensiva e a etimologia e outras informações eventuais. A sua própria natureza descartou-o, porém, como dicionário normativo.

2) Fins admetent-lo com a senzill reconeixement d'una llei natural, seria dolent per la propensió que donaria a determinar fora de temps, i per tant sense les virtuts que el temps dóna, el dialecte preferit.

3) Encara que l'elecció fos encertada i el predomini madurat pel temps i produït com per llei natural, son reconeixement porta sempre perill d'emporbiment i mort, a la fi, de la llengua en una petrificació literària.

II. Aixís és que la literatura catalana ha de, no sols mantenir i utilitzar, sinó fomentar i dignificar totes les varietats dialectals que són la vida de la llengua i per tant de la literatura mateixa.

Aquest criteri és ademés especialment adequat al sentit de varietat i llibertat del geni català. (*Apud* BADIA, 2004, p. 507)

Como burguês barcelonês, seria bastante cômodo para Maragall defender a conversão do seu dialeto em norma-padrão. Sendo já um escritor de renome, era significativa a sua postura de respeito à variação. Todavia, uma das comunicações que chamaram mais a atenção dos congressistas foi a que Pompeu Fabra apresentou: *Qüestions d'ortografia catalana*.

De fato, não era a primeira vez que Fabra, que era engenheiro químico, mas interessado profundamente pela filologia<sup>1</sup>, polemizava sobre a grafia do catalão. Em 1890 e 1891 susteve, junto com Joaquim Casas Carbó e Jaume Massó i Torrents, uma campanha por uma reforma que unificasse a grafia da língua por meio da revista mensal *L'Avenç*, cujo próprio título se escrevia *L'Avens* até 1890. Até este momento havia duas tendências na escrita do catalão: a tendência medievalizante dos *Jocs Florals* e a tendência popularizante, que, à sua vez, apresentava uma via populista, conhecida como *Català que ara es parla* e impulsada pela obra do dramaturgo Frederic Soler, o “Serafi Pitarra”, e uma via culta, assumida pelos modernistas. Por ambas perpassava o influxo do castelhano, a língua escrita fora do âmbito literário. O grupo de *L'Avenç* interpôs-se, propugnando uma ortografia que fosse coerente, diacrônica e sincronicamente. Como explica Badia (2004, p. 482), Fabra ponderava cada questão da codificação, combinando três posturas: documentar-se sobre a forma na língua antiga; documentar-se sobre ela nos dialetos atuais; proceder à criação neológica, quer com recursos próprios quer com alheios,

---

<sup>1</sup> Cabe lembrar que não havia uma carreira formal de estudos linguísticos. Solà (2006, p. 10) informa que Fabra conhecia bem, além do catalão e do castelhano, o francês, o inglês, o italiano e o latim e lia o alemão, e que lera Grimm, Bopp, Diez, Meyer-Lübke, Saussure, Grammont, Jespersen e a Escola de Praga, e também as pesquisas sobre a língua e a literatura catalãs de Milà i Fontanals, Marià Aguiló, Tomàs Forteza, Antoni Maria Alcover, Josep Calveras.

à luz das características diacrônicas e sincrônicas da língua. Em uma palavra, Fabra propunha uma depuração da língua. A sua participação no Primeiro Congresso Internacional da Língua Catalã, na qual não só apresentou a comunicação mencionada, mas também emendas a outras, sempre com uma fundamentação filológica profunda e coerente, e um feitio sereno e gentil, conferiu-lhe o reconhecimento de que era o intelectual catalanófono que tinha mais conhecimento de filologia românica e catalã (BADIA, 2004, p. 532, 545).

Quando Enric Prat de la Riba, à frente da Deputação de Barcelona, criou o Institut d'Estudis Catalans (IEC), tratava-se (como se trata ainda) de uma instituição multidisciplinar, com o fim de produzir e promover o conhecimento, especialmente da realidade catalã, pelo que se organizou em seções, sendo a primeira a Histórico-Arqueológica. Quando, em 1911, se formava a Seção Filológica, Prat, com o siso que o caracterizou, trouxe Fabra de Bilbao, onde lecionava na Escuela de Ingenieros, e entregou-lhe uma cátedra de catalão na Deputação. Além de Fabra, foram membros fundadores da Seção Filológica: Àngel Guimerà, Frederic Clascar, Joan Maragall, Josep Carner e Lluís Segalà, e embora a presidência tenha cabido –com justiça– ao padre Antoni Maria Alcover, foi Fabra quem conduziu a codificação do catalão que cabia ao IEC levar a cabo, tornando-se ele mesmo presidente da Seção, quando Alcover se afastou, após a morte de Prat (BADIA, 2004, p. 560-562).

Assim, em 1913 o IEC publicou as *Normes ortogràfiques*. A serviço do IEC, Fabra publicou o *Diccionari ortogràfic* em 1917 e a *Gramàtica catalana* em 1918. Em 1932 saiu o *Diccionari general de la llengua catalana*, também obra sua.

Desde a publicação das *Normes ortogràfiques*, o padrão instituído pelo IEC, por meio do trabalho de Fabra, foi adotado amplamente. Prat oficializou-a na documentação em catalão da Deputação e, depois, da mancomunidade e seus órgãos. A adesão da imprensa, das editoras e da maioria dos escritores, sobretudo do movimento estético dominante, o *noucentisme*, cuja ideologia foi relevante na legitimação do padrão, porque, com o culto da forma e a valoração da Antiguidade (de fato, foi como um reflexo do parnasianismo na Catalunha), se opôs à ideologia modernista que sustinha a liberdade de criação e, por conseguinte, a expressão dialetal. A propósito, os dois expoentes do *noucentisme*, os escritores Eugeni d'Ors e Josep Carner, foram signatários das *Normes ortogràfiques*, sendo, este, amigo íntimo de Fabra. A oposição encontrava-se, sobretudo, entre os escritores ligados aos *Jocs Florals*, porém o próprio Fa-



bra foi convidado a presidir a edição de 1934 em um gesto de respeito à sua obra e reconhecimento da sua autoridade (BADIA, 2004, p. 483, 534). A resistência não vingou: perante a adesão do poder público e da *intelligentsia*, o resto da comunidade irremediavelmente legitimou o padrão.

O coroamento do trabalho de Fabra ocorreu em 1932, ano não só da publicação do *Diccionari General de la Llengua Catalana*, mas também do acordo em que a generalidade das instituições e cidadãos valencianos ligados à língua e à cultura aderiram às *Normes d'Ortografia Valenciana*, conhecidas como *Normes de Castelló*, por o acordo ter sido assinado nesta cidade, e que são uma adaptação das *Normes ortogràfiques* a peculiaridades dos dialetos valencianos.

Antes e depois de empreender a codificação da língua catalã ao amparo do IEC, Fabra escreveu várias obras em prol desta causa: os estudos filológicos e linguísticos *Étude de Phonologie Catalane* (1897), *La Representació de la l Palatal en Català* (1903), *Tractat d'Ortografia Catalana* (1904), *Qüestions d'Ortografia Catalana* (1906), *Les e Toniques du Catalan* (1906), *Le Catalan dans la Grammaire des Langues Romanes de W. Meyer-Lübke et dans le Gundriss der rom. Philologie* (1907), *Sobre Diferents Problemes Pendants en l'Actual Català Literari* (1907), *Els Mots Àtons en el Parlar de Barcelona* (1913-1914), *El Català Literari* (1932); os estudos gramaticais *Ensayo de Gramática de Catalán Moderno* (1891), *Contribució de la Gramàtica de la Llengua Catalana* (1898), *Gramática de la Lengua Catalana* (1912), *Abrégé de Grammaire Catalane* (1928), *Compendio de Gramática Catalana* (1929), *Grammaire Catalane* (1941); as obras didáticas *Sil-Labari Català* (1904), *Gramàtica Catalana – Curs Mitjà* (1918), *Ortografia Catalana* (1925), *Les Principals Faltes de Gramàtica* (1925), *La Conjugació dels Verbs en Català* (1926), *Diccionari Ortogràfic Abreujat* (1926). Também esteve presente na imprensa, onde respondia a todo tipo de consultas linguísticas: *Qüestions Gramaticals* (1907-1908), *Qüestions de Gramàtica Catalana* (1911), *Converses Filològiques* (1919-1928, 1945-1947), *Qüestions Lingüístiques* (1929-1930) (Cf. SOLÀ, 2006, p. 28-30). Fabra foi presidente do Ateneu Barcelonès desde 1924, catedrático de língua catalã da Universitat de Barcelona desde 1932 e presidente do Patronato da Universitat Autònoma de Barcelona, desde 1934. Após a Guerra Civil Espanhola, exiliou-se na França, onde morreu, em Prades<sup>1</sup>, em 1948.

---

<sup>1</sup> Forma oficial francesa; em catalão Prada.

E não é que não houve gramáticas do catalão antes de Fabra escrever as suas. Houve várias (a mais difundida foi a *Gramática de la Lengua Catalana* de Antoni de Bofarull e Adolf Blanch, de 1867), mas nenhuma possuía o aprofundamento, a fundamentação, a coerência das suas (Cf. SOLÀ, 2006, p. 11-15). Se Enric Prat de la Riba foi o “siso ordenador” da Catalunha, Pompeu Fabra foi-o da língua catalã. Na verdade, as obras dos dois complementavam-se: com Prat, Fabra obtinha a institucionalização necessária ao seu projeto; com Fabra, Prat obtinha um elemento que coeria a Catalunha e a distinguia.

### 3.9. Atualidade

Em 1939, acabou a Guerra Civil Espanhola com a vitória do Movimento Nacional: a Espanha voltou a ser um reino, mas sem rei, posto que a chefia do estado foi assumida por Francisco Franco, “caudillo de España y de la Cruzada, Generalísimo de los Ejércitos”, que estabeleceu eleições indiretas para as Cortes, sujeitas à sua pessoa; proibiu a formação de qualquer organização política, sendo as únicas legais o Movimento Nacional e a Organización Sindical Española; censurou a mídia; instituiu o crime político. Em uma palavra, Franco instaurou uma ditadura. Como o regime confessava o cristianismo católico e promovia o nacionalismo espanhol, conveio-se chamar nacional-catolicismo à sua ideologia.

Combinando o espanholismo e a criminalização da oposição, os nacionalismos alternativos tornaram-se clandestinos sob o franquismo. Lluís Companys, o presidente da Generalitat, fugiu para a França em janeiro de 1939, antes de as forças nacionais invadirem Barcelona. Foi preso aí em agosto de 1940 pelo exército alemão e entregue às autoridades espanholas, que o mandaram fuzilar no castelo de Montjuïc em Barcelona. A Generalitat continuou a existir no exílio sob a presidência de Josep Irla e, depois (1954), de Josep Tarradellas.

Contudo, a língua catalã estava codificada. Badia (2004, p. 484) chega a expressar verdadeiramente um alívio ao remontar a 1939:

Tanmateix, a partir de 1932 teníem el dipòsit sadoll de la més pura substància gramatical i lèxica que hi havia abocat Pompeu Fabra. Tots hem comentat una vegada o altra la sort que fou, per a la nostra llengua, que la reforma fabriana hi fos closa el 1932, car, esfereïx de pensar què hauria pogut esdevenir-se –i què s’esdevindria avui encara– si el *Diccionari General* no hagués estat publicat a l’advertiment de la guerra civil, de manera que la gran repressió s’hagués escolat sense la defensa que representà tostemps la consulta del preuat llibre...

Para o autor (BADIA, 2004, p. 499), “el règim de Franco significava per a la llengua catalana el començament del període més dur de tota la seva història”. Todavia, o edifício construído até 1936 era tão firme que a literatura catalã viveu uma nova era de ouro, que Lamuela e Murgades (1984, p. 48-49) interpretam como uma fuga da frustração do ideal. Assim, antes da guerra, há a poesia vanguardista de Joan Salvat-Papasseit (1894-1924); antes e depois da guerra há a obra de Carles Riba (1893-1959), não só grande escritor, mas também grande tradutor de clássicos gregos e romanos; a poesia experimental de Josep Vicenç Foix (1893-1987), que pôs a norma fabriana à prova precisamente por ser experimental; a obra de Josep Maria de Sagarra (1894-1961), cultor de todos os gêneros; a prosa extensíssima de Josep Pla (1897-1981); a poesia mordaz de “Pere Quart”, pseudônimo de Joan Oliver (1899-1986); o romance psicológico do maiorquino Llorenç Villalonga (1897-1980) e de Mercè Rodoreda (1908-1903); a poesia civil e intimista de Salvador Espriu (1913-1985); a partir da guerra há a narração breve de Pere Calders (1912-1994), tendente ao realismo mágico; a poesia simbolista e realista de Joan Vinyoli (1914-1984); a prosa realista de Manuel de Pedrolo (1918-1990); a poesia visual de Joan Brossa (1919-1998); a poesia síntese de Gabriel Ferrater (1922-1972); o ensaio do valenciano Joan Fuster (1922-1992); a poesia existencialista do também valenciano Vicent Andrés Estellés (1924-1993). A estes clássicos junta-se uma multidão de escritores de obra mais recente (Cf. TOBELLA; WARWICK; GAROLE-RA, 2005).

Não obstante, esta descrição panorâmica ficaria incompleta se se deixasse de mencionar um movimento musical que por mais de um cantor se relacionou com estes autores: a *Nova Cançó*, inspirado na canção protesto francesa de Georges Brassens (1921-1981), Jacques Brel (1929-1978) ou Léo Ferré (1916-1993). O seu precursor foi o valenciano Raimon (1940-), mas articulou-se pelo grupo dos *Setze Jutges*<sup>1</sup>, cujos membros mais famosos são Guillermina Motta (1942-), Joan Manuel Serrat (1943-), a maiorquina Maria del Mar Bonet (1947-) e Lluís Llach (1948-), além do valenciano Ovidi Montllor (1942-1995), que não fazia parte do grupo. Além das suas próprias composições, recuperaram canções folclóricas e musicaram vários poemas dos clássicos antigos e dos escri-

---

<sup>1</sup> Este nome foi tirado de um trava-língua catalão com os sons [dz], [tʃ] e [dʒ]: *Setze jutges d'un jutjat mengen fetge d'un penjat*, isto é, “Dezesseis juízes de um juizado comem figado de um pendurado”. Há, também, a ambiguidade com o título de juiz em uma época de repressão.

tores contemporâneos, contribuindo com a difusão da literatura em um tempo em que não se ensinava o catalão na escola.

O regime franquista durou até a morte do ditador em novembro de 1975. A Espanha redemocratizou-se, então: em junho de 1977 realizaram-se eleições para Cortes constituintes. Em 11 de setembro<sup>1</sup> do mesmo ano mais de um milhão de catalães manifestaram-se nas ruas de Barcelona para demandar autonomia e no dia 29 reestabeleceu-se a Generalitat reconhecendo-se a legitimidade presidência de Josep Tarradellas no exílio. Em dezembro de 1978 o povo espanhol referendou a constituição, que instituiu uma monarquia parlamentar: desde a morte de Franco assumira a chefia do estado João Carlos I, neto de Afonso XIII.

Apesar de não ser um estado federal, criou-se um mecanismo pelo qual as províncias, sós ou unidas, poderiam constituir uma comunidade autônoma, à qual o governo central cederia competências. A Catalunha, que constituía uma região autônoma durante a Segunda República, aceitou automaticamente a este novo quadro de autonomia. O antigo reino de Maiorca assumiu o nome de Ilhas Baleares e o antigo reino de Valência, o de Comunidade Valenciana. Ademais, o artigo terceiro da constituição estabelece que o castelhano é a língua oficial do estado, mas que as demais línguas espanholas também podem ser oficiais nas comunidades autônomas onde são faladas. Hoje, a língua catalã possui algum grau de reconhecimento em todos os territórios de onde é a língua vernácula:

**Tabela 5**  
**Legislação atual referente ao uso da língua catalã**

Território	Legislação	Conteúdo
Andorra	Constituição do Principado de Andorra, de 14 de março de 1993	Oficializa o catalão
	Lei de ordenação do uso da língua oficial, de 16 de dezembro de 1999	Regulamenta o uso público da língua e a intervenção governamental nele

<sup>1</sup> Cabe lembrar que 11 de setembro é a data da queda de Barcelona depois do cerco de um ano pelas tropas de Filipe V em 1714. O catalanismo começou o costume de fazer neste dia uma oferenda floral junto ao monumento a Rafael Casanova, conselheiro-mor da cidade durante o cerco, de modo que este gesto foi o significado de comemorar o dia da Catalunha, oficial desde 1980 com a designação de *Diada Nacional de Catalunya*.

**ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

Catalunha	Lei Orgânica 6/2006, de 19 de julho, de reforma do Estatuto de Autonomia da Catalunha <sup>1</sup>	Oficializa o catalão e o aranês junto com o castelhano
	Lei 1/1998, de 7 de janeiro, de política linguística	Regulamenta o uso público da língua e a intervenção governamental nele
Comunidade Valenciana	Lei Orgânica 1/2006, de 10 de abril, de reforma do Estatuto de Autonomia da Comunidade Valenciana	Oficializa o catalão, com o nome de valenciano, junto com o castelhano
	Lei 4/1983, de 23 de novembro, de uso e ensino do valenciano	Regulamenta o uso público da língua e a intervenção governamental nele
Ilhas Baleares	Lei Orgânica 1/2007, de 28 de fevereiro, de reforma do Estatuto de Autonomia das Ilhas Baleares	Oficializa o catalão junto com o castelhano
	Lei 3/1986, de 29 de abril, de normalização linguística das Ilhas Baleares	Regulamenta o uso público da língua e a intervenção governamental nele
Alghero	Lei Regional 26/1997, de 15 de outubro, de promoção e valorização da cultura e da língua da Sardenha	Promove o uso público das línguas vernáculas da Sardenha e faculta o seu uso na administração pública
Franja de Aragão	Lei 3/1999, de 10 de março, do patrimônio cultural aragonês	Protege o aragonês e o catalão como partes do patrimônio cultural aragonês
Departamento dos Pireneus Orientais	Carta a favor do catalão (10 de dezembro de 2007)	Reconhece o catalão como língua do departamento e promove o seu uso

**Fonte: Elaboração própria**

Em resumo, o catalão é a única língua oficial no Principado de Andorra; é oficial com o castelhano nas comunidades autônomas espanholas da Catalunha, das Ilhas Baleares e Valenciana; deve ser promovido e pode ser usado pelo governo municipal em Alghero; é protegido nos municípios aragoneses que compõem a Franja; é promovido no departamento francês dos Pireneus Orientais.

À variedade do reconhecimento legal corresponde um não menos desigual estado sociolinguístico, como se pode constatar pelos números da tabela a seguir:

---

<sup>1</sup> Considere-se que o catalão é oficial com o castelhano na Catalunha, na Comunidade Valenciana (com o nome de valenciano) e nas Ilhas Baleares desde as primeiras versões dos seus estatutos de autonomia, respectivamente de 1979, 1982 e 1983.

Tabela 6

Habilidades linguísticas, usos e representações do catalão em porcentagem

	Habilidades linguísticas				Usos					Representações		
	En-ender	Falar	Ler	Escrever	Lar	Fora lar	TV	Rádio	Imprensa	Unidade	+ Uso passado	+ Uso futuro
Andorra	96	78,9	89,7	61,1	38,1	48	39	55	64	85,2	41,4	49,2
Catalunha	97,4	84,7	90,5	62,3	45,3	52	50	56	37	85,7	45,9	40,3
Comunidade Valenciana	81,6	58,4	51,1	27,3	36,5	-	-	-	-	-	-	44,7
Ilhas Baleares	93,1	74,6	79,6	46,5	43,5	44	28	21	12	78,6	37,1	34,3
Alghero	90,1	61,3	46,5	13,6	7,9	15	0,2	0,1	0,2	77,7	13,5	24,1
Franja de Aragão	98,5	88,8	72,9	30,3	70,2	64	33	32	10	84	15,8	14,6
Pireneus Orientais	65,3	37,1	31,4	10,6	0,8	6	0,4	0,4	0,1	68,5	19,9	23,9

Fonte: Adaptado de Querol (2007, p. 184)

Como se terá percebido, o catalão não é falado hoje pela generalidade dos habitantes dos territórios de onde é a língua vernácula. A porcentagem de falantes varia de uma grande maioria na Franja de Aragão, na Catalunha e em Andorra a pouco mais que a metade em Alghero e na Comunidade Valenciana e a uma minoria no departamento dos Pireneus Orientais. Isto se deve, sobretudo, a duas causas: a imigração e a ação do estado.

De fato, desde o fim da Segunda Guerra Mundial todos os territórios de língua catalã receberam uma grande quantidade de imigrantes aloglotas que, como o catalão estava arrincoado à informalidade, não precisaram aprendê-lo. Os catalófonos acomodaram-se à ideia de que eram eles que tinham de usar a língua oficial para comunicar com quem não sabia a sua. De fato, 55,4% da população do departamento dos Pireneus Orientais não nasceu aí, 50,9% da de Andorra, 40,1% da das Ilhas Balea-

res, 34,4% da de Alghero, 31,1% da da Comunidade Valenciana, 28,1% da da Catalunha e 11% da da Franja de Aragão (Cf. QUEROL, 2007, p. 19). Por outro lado, percebe-se que apesar do número alto de imigrantes em Andorra, o fato de que o aparelho estatal é usado a favor da língua proporciona cifras positivas em quase todos os itens da tabela 6, sendo inclusive o território onde os habitantes têm mais perspectiva de que a língua será mais usada no futuro. Por outro lado, em Alghero e no departamento dos Pireneus Orientais, onde a substituição linguística está muito avançada, este aparelho sempre foi usado, sobretudo através da escolarização, para difundir a língua oficial e o nacionalismo de estado, que não tolera senão a própria língua oficial, ao que se soma a difusão escassa do catalanismo. Na Espanha, onde o estado da língua é menos grave, também houve esta força desfavorável a ela, porém a própria história dos nacionalismos alternativos (basco, catalão, galego) demonstra que o nacionalismo espanhol é uma construção imperfeita. Mesmo assim, houve danos, sobretudo no País Valenciano, onde a adesão à *Renaixença* e, por conseguinte, a todo o recobrimento cultural e a criação identitária que ela engendrou, foi bem menos vigorosa do que na Catalunha e nas ilhas (Cf. CASANOVA, 2003, p. 113-201).

A língua catalã conta hoje com um amparo institucional considerável: cooficialidade na maior parte do território; presença, nesta parcela, em todos os níveis do sistema educativo; uma instituição suprarregional de fomento, a Fundació Ramon Llull<sup>1</sup>. Também possui um aparelho midiático razoável: além da mídia andorrana<sup>2</sup>, há sete canais da Televisió de Catalunya<sup>3</sup> que emitem integralmente em catalão, um das Emissions Digitals de Catalunya<sup>4</sup> que emite integralmente em catalão e três que emitem parcialmente, dois da Televisió Valenciana<sup>5</sup> que emitem integralmente em catalão e um parcialmente, dois da Televisió de les Illes Balears<sup>6</sup> que e-

---

<sup>1</sup> O membro mais importante desta fundação é o Institut Ramon Llull, criado em 2002 mediante um consórcio entre a Generalitat de Catalunya e o Governo das Ilhas Baleares, e que está para a língua catalã como o Instituto Camões para a língua portuguesa, o Instituto Cervantes para a língua espanhola, a Società Dante Alighieri para a língua italiana, o British Council para a língua inglesa ou o Goethe-Institut para a língua alemã.

<sup>2</sup> Andorra Televisió, Diari d'Andorra, El Periòdic d'Andorra, Ràdio Nacional d'Andorra.

<sup>3</sup> TV3, El 33, 2/24, Canal Super3, Canal 3XL, Esport3, TV3CAT.

<sup>4</sup> Barça TV, 8TV, RAC 105 TV, Estil 9.

<sup>5</sup> Canal Nou 2, Canal Nou 24, Canal Nou.

<sup>6</sup> IB3 Televisió, IBdos.

mitem integralmente em catalão e mais dezenas de canais locais; seis emissoras de rádio<sup>1</sup> que alcançam as três comunidades autônomas, dez<sup>2</sup> que alcançam o território de toda a comunidade de onde emitem e dezenas de outras emissoras locais; cinco jornais na Catalunha que alcançam todo o território da comunidade e um nas Ilhas Baleares<sup>3</sup>, além de alguns outros locais, e mais outros veículos de comunicação escrita de periodicidade vária.

Contudo, a diglossia não está superada. Segundo Querol (2007, p. 187), a interação linguística na comunidade catalanófono pauta-se por estas normas sociais:

- i. Entre pessoas que consideram que o catalão é a sua língua a interação dá-se quase exclusivamente nesta língua, salvo em Alghero, onde o italiano penetrou mesmo aí;
- ii. Entre pessoas que consideram que o catalão é a sua língua e outras que consideram que a sua é a língua oficial do estado, dá-se majoritariamente nesta outra língua;
- iii. Entre os jovens há uma tendência a passar à língua do interlocutor em Andorra e na Catalunha;
- iv. Há um número elevado de pessoas que passam ao catalão quando tendo começado uma conversa na língua oficial do Estado o interlocutor lhe responde em catalão, pelo que se supõe que poderia haver mais interação em catalão se se mantivesse o seu uso nesta situação.

#### 4. *Padronização da língua catalã*

##### 4.1. **Individuação**

A língua catalã apresenta uma individuação simples, isto é, o *continuum* geoletal que se individuou em face do latim e no seio da família das línguas românicas por uma norma-padrão que coere todos os mem-

---

<sup>1</sup> Catalunya Ràdio, Catalunya Informació, Catalunya Música, iCat FM, Ràdio Flaixbac, Flaix FM.

<sup>2</sup> COM Ràdio, Ràdio 4, RAC 1, Ona FM, Ràdio Estel, RAC 105, Onda Rambla (Catalunha); IB3 Ràdio (Catalunha e Ilhas Baleares); Ràdio Nou, Sí Ràdio (Comunidade Valenciana).

<sup>3</sup> El Periódico de Catalunya, El 9 Esportiu, Ara, La Vanguardia, El Punt Avui, Diari de Balears.



bro de este *continuum*. No entanto, não é uma individuação isenta de problemas.

Como se viu no percurso histórico, a Coroa de Aragão, em cujo território o *continuum* se individualizou, era um Estado que, malgrado o anacronismo, se pode qualificar com justeza de federal, já que cada reino possuía leis e instituições de governo próprias cabendo a soberania ao rei. Por outro lado, está amplamente documentado pela romanística que as línguas românicas se individualizaram em face do latim primeiro com o nome de romance (ou romanço) ou vulgar e somente depois assumiram de vez os nomes que as identificam hoje. Posner (1998, p. 144) detalha:

Por lo general, los nombres de cada una de las lenguas surgieron en la Edad Media, y su origen, también por lo general, es histórico o geográfico. FRANCISCA parece que se utilizó en su origen para el franco germánico; para el francés se empleaba *romanç*; todavía a principios del siglo XII; fue reemplazado posteriormente por *franceis*. En occitano era habitual *romans*; *lemosí* y *provenzal* aparecen rara vez antes del siglo XIII. *Langue d'oc* parece ser un uso del norte, desde finales del XIII, y *occitano* un nombre moderno. En España, *romance* era el nombre habitual antes de la segunda mitad del siglo XIII, momento en el que se empezó a usar *castellano* (por 'zona de castillos'). *Español* (formado sobre HISPANIA) data de finales del siglo XV. En el oeste, *romanço* fue corriente desde el siglo XIV, *portugués*, desde el siglo XVI. *Català* data del siglo XIV; *romanç* era habitual en siglo XIII. En Italia, el vernáculo era denominado *volgare*, aunque el nombre *italiano* se introdujo por primera vez en el siglo XIII. Para el rumano apenas si contamos con datos anteriores al siglo XVI. Parece que el nombre *vlach* no lo utilizaban los propios hablantes, quienes siempre se llamaron a sí mismos romanos. [grifo nosso]

Ora, sendo o romance catalão a língua do principado da Catalunha e dos reinos de Maiorca e Valência, foi natural que quando o termo *romanç* começou a dar lugar aos nomes geográficos, os valencianos tenham chamado valenciano à sua língua. Precisamente, remonta ao ano de 1395 a menção remanescente mais antiga, de frei Antoni Canals, que justificando a sua tradução de Valério Máximo disse que a fez “en nostra vulgada llenga materna valenciana [...], jatsesia que altres l’hagen tret en llenga catalana”. Nadal, que transcreve um excerto do prólogo (1992, p. 99-100), argui que por então ainda não havia sequer uma distinção cabal entre o latim e o romance, de modo que a tradução de um texto latino podia ser feita em um romance alatinado ou mais próximo da língua falada em função dos leitores aos quais se dirigia, mais ou menos cultos. Neste sentido, a língua não é um idioma, uma língua histórica, como se entende hoje, mas um código, o da versão de Canals, “en llenga valenciana”, “al test axí prop”, e o da versão anterior, “en llenga catalana”, em um “estil [...] fort llarg e quax confús” (1992, p. 88-101).

Seja como for, *valenciano* é a denominação da língua que se consagrou no reino de Valência. No entanto, a consciência da unidade conservou-se. O mito do “limusino”, que rompeu a tradição literária, teve outra consequência: serviu de elo quando a Coroa de Aragão se dissipou na monarquia católica, quando não havia mais nem rei nem chancelaria que coerisse o *continuum* dialetal.

O problema é que desde a redemocratização há uma classe no País Valenciano que propugna que o valenciano é uma língua diferente do catalão. Intitulam-se *valencianistas*, mas fora dos seus círculos são conhecidos como *blaveros*<sup>1</sup>. A sua ideologia foi estudada por, dentre outros, Pradilla (2001, p. 201-236). Segundo este autor, o movimento surgiu da reação da pequena burguesia da cidade de Valência, que fora doutrinação pelo franquismo, à democracia, por a julgar uma ameaça ao seu modo de vida. Acomodada a um uso folclórico da língua, encontrou na defesa da unidade etnolinguística do País Valenciano com as demais terras de língua catalã, que Joan Fuster levou a cabo no ensaio *Nosaltres els valencians*, de 1962, a escusa para reagir contra a normalização linguística que o novo quadro constitucional ensejava, desqualificando os seus defensores, sobretudo a universidade, de *catalanista*. Portanto, o pretenso conflito linguístico entre uma “língua catalã” imposta e uma “língua valenciana” genuína esconde, na verdade, o conflito entre uma classe média de extrema direita, acomodada ao nacional-catolicismo, e as possibilidades de mudanças que toda democracia supõe.

Além dos testemunhos de uns e outros, há dois fatos que comprovam esta descrição do movimento. Primeiro, o fato de que a sua defesa da língua e da cultura valencianas se configura como um regionalismo: todo regionalismo é, ao fim e ao cabo, uma forma do nacionalismo de Estado (e o nacionalismo espanhol é, como já se disse, excludente) (Cf. NÚÑEZ, 1995). Depois, o fato de que as duas instituições culturais *blaveras*, Lo Rat Penat e a Real Acadèmia de Cultura Valenciana (RACV), assinaram as *Normes de Castelló* em 1932 (a RACV como Centre de Cultura Valenciana). O mesmo caracteriza as carreiras dos dois chefes intelectuais do movimento, Miquel Adlert e Xavier Casp, que escreviam nas normas de Castelló, editavam nelas e defendiam a unidade da língua.

---

<sup>1</sup> Esta palavra deriva de *blau*, ou seja, “azul”. Trata-se de uma alusão à faixa azul da bandeira da cidade de Valência, que se tornou a bandeira da Comunidade Valenciana e que este grupo adotou como símbolo (PRADILLA, 2001, p. 211).

Novamente, à ideologia de direita juntou-se o desejo de manter o *status quo*, ameaçado pelas mudanças democráticas.

O *blaverisme* poderia ter sido um movimento insignificante, porém a conjuntura política da Comunidade Valenciana, a convivência das forças de direita e a indiferença das de esquerda, permitiu que persistisse. Assim, o Estatuto de Autonomia de 1982, mesmo após a reforma de 2006, estabelece que as línguas oficiais da Comunidade Valenciana são o castelhano e o valenciano sem nenhuma menção à unidade com as demais terras de língua catalã. E não é que a sociedade valenciana não tenha o direito de chamar à sua língua com o nome que é tradicional, ou mesmo o direito de a individuar com um padrão independente. O problema é que até neste ponto o *blaverisme* é bizarro, pois não parte do pressuposto de que o valenciano deriva do romance catalão, mas sim de que é uma continuação do romance moçárabe que se falava no emirado de Valência, o que é absurdo, pois a pesquisa tem apontado que a generalidade da população estava arabizada ao tempo da conquista de Jaime I.

Com o intuito de despolitizar (em sentido estrito) a questão da entidade da língua, a Generalitat Valenciana criou a Acadèmia Valenciana de la Llengua (AVL) em 1998. No preâmbulo da lei esclareceu-se: “El valencià, idioma històric i propi de la Comunitat Valenciana, forma part del sistema lingüístic que els corresponents Estatuts d’autonomia dels territoris hispànics de l’antiga Corona d’Aragó reconeixen com a llengua pròpia”. Como é uma declaração bastante vaga, em 2005 a AVL encerrou a questão com um ditame:

És un fet que a Espanya hi ha dos denominacions igualment legals per a designar esta llengua: la de valencià, establida en l’Estatut d’Autonomia de la Comunitat Valenciana, i la de català, reconeguda en els estatuts d’autonomia de Catalunya i les Illes Balears, i avalada per l’ordenament jurídic espanyol i la jurisprudència. L’existència d’eixes dos denominacions pot crear equívocs sobre la cohesió de l’idioma en alguns contextos, especialment fora de l’àmbit lingüístic compartit. Per esta raó l’AVL considera necessari que els governs autonòmics implicats, en col·laboració amb el Govern espanyol, adopten les mesures pertinents (habilitació de fórmules sincrètiques o similars, per exemple) a fi que, especialment fora d’eixe àmbit lingüístic, s’harmonitze la dualitat onomàstica del nostre idioma amb la projecció d’este com a una entitat cohesionada i no fragmentada. Estes fórmules s’haurien d’anar introduint també en àmbits acadèmics o d’una altra naturalesa. D’esta manera es podria garantir coherentment la legítima presència del gentilici valencià fora de la nostra Comunitat i, alhora, conciliar la realitat filològica amb la realitat legal i sociològica valenciana. (ACADÈMIA VALENCIANA DE LA LLENGUA, 2005, p. 6-7)

Contudo, os círculos *blaveros* continuam a militar no seccionismo usando a ortografia que a RAVC promulgou em 1981 no povoado de El Puig, por isto conhecidas como *Normes del Puig*, que não passa de uma mistura da grafia tradicional anterior à ordenação de Fabra e a própria ortografia fabriana, adotando o castelhanismo para distinguir-se o máximo dela no léxico.

Ademais, não foi apenas no País Valenciano onde a falta de um laço político entre os territórios de língua catalã lesou a coesão geóétnica. Casanova (2003, p. 307-397) relata como a palavra *catalão* se tornou um tabu na Franja de Aragão, cujos habitantes chamam à sua língua vernácula *xapurreau*<sup>1</sup> ou, mais ao norte, *patués*, embora reconheçam que entendem perfeitamente catalães e valencianos. Mas, à diferença de Valência, não há na Franja uma articulação política secessionista (de fato, na Lei do Patrimônio Cultural Aragonês chama-se catalão à língua). A debilidade da consciência geóétnica aí é fruto da ausência de instrumentos de coesão: oficialidade, escolarização, mídia.

#### 4.2. Tipo

A norma-padrão da língua catalã é composicional, isto é, baseia-se em mais de um dialeto. Mostrou-se anteriormente que no Primeiro Congresso Internacional da Língua Catalã em 1906, Joan Maragall, que já era um escritor de renome, defendeu que nenhum dialeto deveria sobrepor-se aos demais na codificação do catalão, e este princípio foi perseguido sempre por Pompeu Fabra (Cf. BADIA, 2004, p. 511-515). Badia (2004, p. 547) transcreve uma resposta de Fabra a um escritor valenciano em 1920 que é esclarecedora:

Nosaltres, catalans, no desitjaríem altra cosa sinó que emprenguéssiu una obra de forta depuració del vostre idioma, encara que no us preocupéssiu gens d'acostar-vos al nostre català; que tractéssiu de descastellanitzar el valencià i redreçar-lo i d'enriquir-lo procurant acostar-lo al valencià dels *vostres* grans escriptors medievals. Així, tot fent una obra purament valencianista, us trobaríeu haver fet una obra catalanista, d'acostament al nostre català: elevant la vostra llengua escrita per damunt dels parlars valencians actuals, recolzant-la en el valencià del segle XV, produiríeu un valencià que no seria pas una llen-

---

<sup>1</sup> Este termo deriva do castelhano *chapurrear* ou *chapurrar*, que o *Diccionario de la lengua española* da Real Academia Española (2001) define como "hablar con dificultad un idioma, pronunciándolo mal y usando en él vocablos y giros exóticos". É, pois, uma denominação pejorativa.

gua altra que la catalana nostra, sinó la modalitat valenciana de la llengua catalana, al costat de la nostra modalitat catalana i de la modalitat balear.

Segundo Veny (2007, p. 23-29) – a sua classificação é aceita amplamente – a variação dialetal da língua catalã apresenta, em um primeiro nível, em dois blocos: o catalão oriental e o catalão ocidental, cuja fronteira corre, de modo geral, entre a bacia do Ebro e as bacias dos demais rios que deságuam no Mediterrâneo. As isoglossas são: ao oriente, neutralizam-se os pares /e/ e /a/ e /o/ e /u/ átonos, de modo que *teulada* “telhada” e *taulada* “mesada” se dizem [təu □□aðə], e *podia* “podia” e *pudia* “fedida” se dizem [pu□điə]; ao ocidente, mantêm-se [teu □□aða], [tau □□aða], [po□đia], [pu□đia]. E também: ao oriente elide-se /i / no segmento /i □/, pelo que *peix* “peixe” se diz [□pe□], enquanto se mantém [□pei □] ao ocidente; ao oriente o plural de palavras como *home* e *jove* é analógico, *homes* e *joves*, enquanto ao ocidente é etimológico, *hòmens* e *jòvens*. O bloco oriental subdivide-se nos dialetos setentrional (dos Pireneus para o norte), central (dos Pireneus para o sul), balear (Ilhas Baleares) e *alguerès* (Alghero); o bloco ocidental subdivide-se nos dialetos norte-ocidental (dos Pireneus ao Ebro) e valenciano (do Ebro para o sul). Como os dialetos setentrional e *alguerès* são minoritários, expõem-se a seguir as diferenças mais relevantes entre o central, o balear, o norte-ocidental e o valenciano<sup>1</sup>:

- i. Central: /e/ fechado tônico do latim vulgar soa aberto (*tres* [t□□s] “três”); não se distinguem /b/ e /v/ (*bé* “bem” e *ve* “ve” soam [be]); elidem-se as consoantes oclusivas após nasal e /t/ após lateral (*vent* [ben] “vento”, *molt* [mo□] “muito”); elide-se /r/ final na maioria dos casos (*clar* [k□a] “claro”, mas *cor* [k□□] “coração”); a lateral dobrada vernácula é palatal (*motlle* [□m□□□ə] “molde”); o artigo definido masculino é *el* e *els*; a oposição entre os demonstrativos e os advérbios correspondentes é binária: *aquest*, *aquell*; *això*, *allò*; *aquí*, *allí*; o feminino dos possessivos *meu*, *teu*, *seu* é *meva*, *teva*, *seva*; preferem-se as formas reforçadas dos clítics às plenas<sup>2</sup>; o morfema da P1 é {-u}

<sup>1</sup> As variantes do dialeto central são, em geral, as mais inovadoras em face do catalão antigo.

<sup>2</sup> Desde o catalão antigo os pronomes *me*, *te*, *se*, *lo*, *nos*, *vos*, *los* podiam ter a vogal elidida tanto em próclise a uma palavra começada com vogal como em ênclise a uma palavra acabada com vogal. Em alguns dialetos a elisão foi reinterpretada como forma plena e passou a usar-se em próclise com um verbo começado com consoante com um /e/ protético ([e] ou [ə]). Disto resultou um sistema de quatro alofones: formas plenas (*me*, *te*, *se*, *lo*, *nos*, *vos*, *los*), formas elididas (*m'*, *t'*, *s'*, *l'*), formas re-

(*canto* [□kantu] “canto”); a vogal temática da C1 é {-e-} em P3 e P4 (*cantem* “cantamos”, *canteu* “cantais”) e no pretérito imperfeito do subjuntivo (*cantés* “cantasse”); o morfema do subjuntivo é {-i} em posição átona (*canti* “cante”); os verbos incoativos conjugam-se com {-□□-} (*serveixo* “sirvo”, *serveixes* “serve”).

- ii. Balear: /e/ fechado tônico do latim vulgar soa neutro na maior parte do território (*tres* [t□əs]); distinguem-se /b/ e /v/ (*bé* [be], *ve* [ve]); não se elidem as consoantes oclusivas após nasal e /t/ após lateral em Maiorca e Menorca (*vent* [vent], *molt* [mo□t]); elide-se sempre /r/ final (*clar* [k□a], *cor* [k□]); a lateral dobrada vernácula é alveolar (*motle* [□m□□□e] “molde”); o artigo definido é *es, es, sa, ses*<sup>1</sup>, mas usam-se *el, els, la, les* em alguns casos; a oposição entre os demonstrativos e os advérbios correspondentes é binária: *aquest, aquell; això, allò; aquí, allí*; o feminino dos possessivos *meu, teu, seu* é *meua, teua, seua* na maior parte do território; preferem-se as formas plenas dos clíticos às reforçadas; o morfema da P1 é zero (*cant*); a vogal temática da C1 é {-a-} em P3 e P4 (*cantam, cantau*) e no pretérito imperfeito do subjuntivo (*cantàs*); o morfema do subjuntivo é {-i} em posição átona (*canti*); os verbos incoativos conjugam-se com {-ask--□□-} (*serveisc, serveixes*).
- iii. Norte-ocidental: /e/ fechado tônico do latim vulgar soa fechado (*tres* [t□es]); não se distinguem /b/ e /v/ (*bé, ve* [be]); elidem-se as consoantes oclusivas após nasal e /t/ após lateral (*vent* [ben], *molt* [mo□]); elide-se /r/ final na maioria dos casos (*clar* [k□a], *cor* [k□□]); a lateral dobrada vernácula é palatal (*motlle* [□m□□□e] “molde”); o artigo definido masculino é *lo, los*; a oposição entre os demonstrativos e os advérbios correspondentes é binária na maior parte do território: *aquest, aquell; això, allò; aquí, allí*; o feminino dos possessivos *meu, teu, seu* é *meua, teu-*

---

duzidas (*m, t, s, l, ns, us, ts*) e formas reforçadas (*em, et, es, el, ens, els*). As formas majoritárias do artigo definido masculino, *el* e *els*, também são formas originariamente reduzidas e posteriormente reforçadas das formas plenas *lo* e *los*.

<sup>1</sup> Estas formas derivam do demonstrativo latino *ipse* “o mesmo”, sendo *es* uma forma originariamente elidida e posteriormente reforçada de *so* e *sos* < *ipsum* e *ipsos*.

*a, seua*; preferem-se as formas plenas dos clíticos às reforçadas ao ocidente; o morfema da P1 é {-o} (*canto*); a vogal temática da C1 é {-e-} em P3 e P4 (*cantem, canteu*) e no pretérito imperfeito do subjuntivo (*cantés*); o morfema do subjuntivo é {-o} em posição átona (*canto*); os verbos incoativos conjugam-se com {-i□-} (*servixo, servixes*).

- iv. Valenciano: /e/ fechado tônico do latim vulgar soa fechado (*tres* [t□es]); distinguem-se /b/ e /v/ ao norte e ao sul (*bé* [be], *ve* [ve]); não se elidem as consoantes oclusivas após nasal e /t/ após lateral no centro e na costa meridional (*vent* [vent], *molt* [mo□t]); não se elide o /r/ final na maior parte do território (*clar* [k□a□], *cor* [k□□]); a lateral dobrada vernácula é alveolar (*motle* [□m□□□e] “molde”); a oposição entre os demonstrativos e os advérbios correspondentes é ternária: *este, eixe, aquell; açò, això, allò; ací, aquí, allí*; o feminino dos possessivos *meu, teu, seu* é *meua, teua, seua*; preferem-se as formas plenas dos clíticos às reforçadas; o morfema da P1 é {-e} na C1 e zero na C2 e C3 (*cante, tem* “temo”, *dorm* “durmo”); a vogal temática da C1 é {-e-} em P3 e P4 (*cantem, canteu*); o morfema do pretérito imperfeito do subjuntivo é {-ra~-re-} (*cantara, temera, dormira*); o morfema do subjuntivo é {-e~-a-} em posição átona (*cante, tema, dorma*); os verbos incoativos conjugam-se com {-i□k~-i□-} (*servixc, servixes*).

Evidentemente, há outras várias particularidades que não cabe expor aqui. O fato relevante é que a ortografia catalã abrange quase todas as variantes fonéticas mencionadas sem a necessidade de estabelecer convenções duplas.

Assim, a escrita das vogais átonas fundamenta-se na fonética dos dialetos ocidentais, que não as neutralizam, a não ser quando há neles vacilações, quando se prefere a etimologia: escreve-se *les* “as”, *cases* “casas”, *cantes* “cantas”, *canten* “cantam”, *cantàvem* “cantávamos”, *cantàriem* “cantaríamos” etc., mas entre [ei □□am] e [ai □□am] ou [□kaz□] e [□kaza] escreve-se *eixam* “enxame” e *casa* < lat. *examen, casa*, mas *mateix* “mesmo”, mesmo que derive do lat. *metipse*, escreve-se com <a>, já que a pronúncia ocidental é [ma□tei □] sem vacilação. De fato, este foi um ponto sensível da proposta fabriana, pois tanto os usuários da grafia medievalizante dos *Jocs Florals* como os da grafia fonetizante da corrente *Català que ara es parla*, a maioria de uns e outros fa-

lantes do dialeto central, costumavam escrever <a>: *casas, cantas, cantan, cantavam, cantarian, cantariam*. Fabra e o grupo de *L'Avenç* eram os *leistes*, alcunha referente à forma plural feminina do artigo definido (Cf. BADIA, 2004, p. 504).



**Figura 5 – Dialectos da língua catalã**  
**Fonte: Gimeno (1992, p. 6)**

Do mesmo modo, escreve-se <b> e <v> segundo os dialetos em que /b/ e /v/ se opõem. Havia quem usasse estas letras conforme a ortografia castelhana, que espelha em geral o étimo latino, de modo que escreviam *caball* por *cavall* “cavalo”, à imitação do cast. *caballo* < lat. *caballus*. O mesmo quanto às variantes elidentes: a ortografia reflete aquelas que não elidem: *peix, vent, molt, clar*.

Por outro lado, nem as variantes resultantes do /e/ fechado do latim vulgar nem as variantes da lateral dobrada vernácula são reduzíveis,



dentro da tradição escrita, a uma convenção única. Fabra, que desde o começo do seu projeto escolhera Barcelona como área gravileta (Cf. LAMUELA; MURGADES, 1984, p. 27), adotou a variante do dialeto central como padrão: *francès* “francês”, com acento grave, denotando o /□/ aberto do dialeto central ([f□ən□səs] na maior parte do dialeto balear e [f□an□ses] nos dialetos ocidentais), e *mottle*, com <ll>, denotando a palatalização também do dialeto central. Não obstante, o esboço da gramática do IEC (p. 367, 383) admite que se escreva também *motle* e *francés* no âmbito valenciano.

A propósito da área gravileta, é na morfossintaxe onde se observa que pesou mais. De fato, estudou-se na seção apropriada que este é o âmbito da padronização onde é mais difícil contemplar a variação. Embora Fabra tenha privilegiado o dialeto central, há sim no seu trabalho concessões a outros dialetos, que, por outro lado, foram ampliadas na proposta atual do IEC.

Assim, Fabra estabeleceu que as únicas formas padrão do artigo masculino são *el* e *els*<sup>1</sup>, porém descreve –e recomenda– uma oposição ternária de demonstrativos: *aquest*, *aqueix* (que é uma forma arcaizante em todo o domínio linguístico), *aquell*; *açò*, *això*, *allò*, e os advérbios correspondentes *ací*, *aquí*, *allí*. Ademais, registra que há também as variantes *est* e *eix* (Cf. FABRA, 1933, p. 57, 100). O esboço de gramática do IEC (p. 141-142) vai mais longe: aceita as formas paragógicas *este* e *eixe*. Quanto aos possessivos, Fabra (1933, p. 56) considerava as formas *meua*, *teua* e *seua* dialetais, enquanto o IEC (p. 143) as trata em pé de igualdade. O mesmo, quanto aos plurais *hòmens* e *jòvens*.

No âmbito dos clíticos, a base é claramente o dialeto central, demonstrável pela preferência das formas reforçadas às plenas, que são julgadas arcaicas e dialetais, mas não se pode dizer que seja uma mera cópia do uso do dialeto central. De fato, Fabra não aceitou, como o IEC continua a não aceitar, a combinação *els hi* para referenciar o objeto indireto plural em vez de *els* (p. ex.: *Els hi diré la veritat* por *Els diré la veritat* “Dir-lhes-ei a verdade”), *en* para referenciar o predicativo (*Diu que són blaus*, *i no en són* por *Diu que són blaus*, *i no ho són* “Diz que são azuis,

---

<sup>1</sup> Neste caso não se trata propriamente de relevar o dialeto central, mas a forma mais estendida. Ademais, é preciso esclarecer que o uso do chamado artigo *salat* (*es*, *es*, *sa*, *ses*), próprio do dialeto balear e recessivo na Costa Brava, não tem tradição literária, nem mesmo pelos escritores ilhéus.

e não o são”), mas registra a forma valenciana *li'l*, ou seja, *lho*, que nos demais dialetos é *l'hi* (Cf. FABRA, 1933, p. 42-48).

Quanto à conjugação, Fabra (1933, p. 69-95) registrou as variantes baleares e valencianas que têm tradição literária, a saber, o morfema zero de P1 e {-e} de P1 na C1, a vogal temática {-a-} em P3 e P4 e no pretérito imperfeito do subjuntivo, o morfema {-e~-a-} do subjuntivo em posição átona e o alomorfe {-sk-} (também em verbos com raiz acabada em {-i □-}, como *créixer* “crescer”) e {-i-} nos verbos incoativos. Também contemplou as formas rizotônicas, p. ex. *queim* e *veim* por *caiem* “caímos” e *veiem* “vemos”, dos dialetos baleares, as variantes *càpia* e *sàpia* por *càpiga* “caiba” e *sàpiga* “saiba” dos dialetos valencianos, as variantes *jaure*, *nàixer* e *traure* dos dialetos ocidentais por *jeure* “jazer”, *nèixer* “nascer” e *treure* “tirar”, as variantes *cabre* e *caldre* por *cabere* e *caler* “ser preciso”. Em contrapartida, o esboço de gramática do IEC (p. 201-246) aceita um leque bem mais largo de variantes dialetais: dos dialetos baleares as variantes *dèsset*, *devuit* e *denou* por *disset* “dezessete”, *divuit* “dezoito” e *dinou* “dezenove”, os participípios *duit*, *frit* e *fuit* por *dut* “levado” ou “trazido”, *fregit* “fritado” e *fugit* “fugido”, as variantes *faç* e *fé* por *faig* “faço” e *fés* “faze”, as variantes *som*, *esser* e *sét* por *sóc* “sou”, *ésser* “ser” e *sigut* “sido”, a ausência do alomorfe {-i-} nas raízes dos verbos *tenir* e *venir*, como em *tenc* e *tendré* por *tinc* “tenho” e *tindrè* “terei”, a variante *ves* por *veies* “visse”; dos dialetos valencianos as variantes *huit*, *dèsset*, *dèhuit*, *dènou* e *huitanta* por *vuit* “oito”, *disset* “dezessete”, *divuit* “dezoito”, *dinou* “dezenove” e *vuitanta* “oitenta”, o alomorfe {-ra~-re-} do pretérito imperfeito do subjuntivo, a ausência de [j] antihiático em verbos de raiz acabada em [w], como *caem* e *veem* por *caiem* “caímos” e *veiem* “vemos” (*caure* e *veure*), a variante *córrec* por *corro* “corro”, a variante *muir* por *moro* “morro”, as variantes *eres*, *fon* e *segut* por *ets* “és”, *fou* “foi” e *sigut* “sido”; de ambos, a conjugação pura de certos verbos que são incoativos nos demais dialetos, como *llig* e *tix* por *lleigeixo* “leio” e *teixeixo* “teço”; do âmbito geral, as formas rizotônicas *doldre*, *tindre*, *valdre* e *vindre* por *doler* “doer”, *tenir* “ter”, *valer* e *venir* “vir”.

A respeito da seleção do léxico, na segunda edição do *Diccionari de la llengua catalana* do IEC (2007), que foi elaborado a partir do *Diccionari general de la llengua catalana* de Fabra (IEC, 1997, p. 47), os

geossinônimos<sup>1</sup> são remetidos à variante do dialeto central, mesmo quando é territorialmente minoritária, por exemplo<sup>2</sup> *\*bellota* (ocidental) → *gla* “bolota”; *blat de l’Índia* (Maiorca e Menorca), *dacsca* (valenciano), *panís* (ocidental) → *blat de moro* “milho”; *ca* (balear) → *gos* “cão”; *eixir* (setentrional, valenciano) → *sortir* “sair”; *espill* (ocidental) → *mirall* “espelho”; *\*hui* (valenciano) → *avui* “hoje”; *granera* (balear, ocidental) → *escombra* “vassoura”; *\*joguèt* (setentrional, valenciano), *\*jugueta* (balear) → *joguina* “brinquedo”; *melic* (setentrional, ocidental) → *llobbrígol* “umbigo”; *moix* (balear) → *gat* “gato”. O mesmo quanto a variantes fonéticas não reduzíveis pela ortografia: *cànter* (ocidental, Menorca) → *càntir* “cântaro”; *\*cementerí* (setentrional, Maiorca e Menorca, ocidental) → *cementiri*; *\*colp* (Eivissa, valenciano) → *cop* “golpe”; *depòsit* → *dipòsit* “depósito” (Barcelona); *\*polp* (setentrional, Eivissa, valenciano) → *pop* “polvo”.

Enfim, apesar da sua natureza composicional, o padrão catalão era monocêntrico até 1998. Até este momento, o Institut d’Estudis Catalans, reconhecido pelo Real Decreto 3.118/1976, de 26 de novembro, foi a única instituição reguladora da norma-padrão da língua catalã: “La Sección Filológica se ocupará del estudio de la lengua catalana en todos sus aspectos, así como del inventario de su léxico y la formulación de sus normas gramaticales”. Entretanto, no ano mencionado a Generalitat Valenciana, mediante a Lei 7/1998, de 16 de setembro, criou a Acadèmia Valenciana de la Llengua, que tem a função de “determinar i elaborar, en el seu cas, la normativa lingüística de l’idioma valencià. Així com, vetlar pel valencià partint de la tradició lexicogràfica, literària, i la realitat lingüística genuïna valenciana, així com, la normativització consolidada, a partir de les denominades Normes de Castelló”. Apesar de convergir com a tarefa que o IEC tem desenvolvido, a criação da AVL representa o estabelecimento de outro centro de padronização do catalão. De fato, a AVL publicou o *Diccionari ortogràfic i de pronunciació del valencià* e a *Gramàtica normativa valenciana* em 2006, mas há pouquíssimas divergências com o esboço *Gramàtica de la llengua catalana* do IEC, como a

<sup>1</sup> Chamamos geossinônimos a palavras de dialetos diferentes que se referem ao mesmo objeto, p. ex. *carapanã* na Amazônia, *muriçoca* no Nordeste e *pernilongo* no Centro-Sul por *mosquito* (HOU-AISS, 2009).

<sup>2</sup> As palavras assinaladas com um asterisco não constam da segunda edição do *Diccionari general de la llengua catalana* (IEC, 1997). A atribuição geográfica é a do *Diccionari català-valencià-balear* (ALCOVER; MOLL, 2002).

aceitação da forma *dos* “dois” com ambos os gêneros, da variante *vore* por *veure* “ver” e da variante *vullc* por *vull* “quero” (Cf. AVL, 2006).

### 4.3. Aplicação dos critérios de padronização

Como se estudou na seção própria, os processos de padronização de línguas compartilham vários elementos que permitem postular que há critérios de padronização. Os critérios de codificação que expusemos são: diassistematicidade, historicidade, regularidade, regularidade evolutiva, coerência estrutural, funcionalidade, autonomia, analogia com outras línguas.

Assim, após o estudo que se fez na seção anterior, não há dúvida de que o critério da diassistematicidade foi amplamente considerado na codificação do catalão, tanto por aqueles que discutiram a questão antes de ela ser levada a cabo como por Fabra e pelo IEC. Mas, como já se disse algumas vezes, a composição não é geral, nem deve sê-lo, se não se quiser estabelecer formas demasiado abstratas. A norma-padrão do catalão abarca, pois, as variações fonéticas mais sensíveis, as variações morfossintáticas e léxicas que têm mais tradição literária ou mais extensão territorial, servindo as variantes do dialeto central de ponto de referência ou área graviletal.

Quanto ao critério da historicidade, é um dos que foram mais bem trabalhados na elaboração do padrão catalão, dado que Fabra se formara no historicismo da corrente dos neogramáticos. E não apenas por isto: o seu intuito era dotar o catalão de uma norma-padrão como se não tivesse havido a decadência do uso literário primeiro e formal depois, ou seja, uma ortografia que contivesse a tradição antiga, mas que também fosse coerente, e uma gramática que representasse uma continuação da língua que os escritores clássicos empregaram, mas que também refletisse a que se usava contemporaneamente. Em um artigo que publicou no jornal *La Vanguardia*, no dia 22 de março de 1892, Fabra expôs qual era a situação da escrita do catalão ao começar o seu projeto:

No tardé en ver que las reglas dadas por Bofarull y Blanch no eran seguidas por todos; en libros y periódicos encontraba una infinidad de palabras escritas de distinta manera que en el diccionario de Labernia. Escribían muchos con *v* *cavall*, *govern*, *provar*, y otras palabras escritas con *b* en dicho diccionario; en cambio, empleaban otros la *b* en voces como *haver*, *parlava*, *escrivint*, *devent*, que Bofarull escribía con *v*; y en ningún otro punto había uniformidad. Escribíase *atribuhir*, *dihem*, *creuhen*, *riuhen*, y *atribuir*, *diem*, *creuen*, *riuen*; *véurer*, *absòdrer*, *pérdrer*, *conéixer*, y *veure*, *absoldre*, *perdre* y *coneixe*;

*maig, puig, desitj, mitj, y matx, putx, desitx, mitx*. No había uniformidad ni en el uso de la *b* y la *v*, ni [en] el de la *r* final, ni en el de *ig, tx* y *tj*. Escribíase *sab* y *sap, quatre* y *cuatre, hivern* e *ivern, ayre* y *aire, endolsir* y *endolcir*. No todos apostrofaban como Bofarull, no todos seguían su sistema de acentuación. Algunos llegaban a usar una letra que no existe en el alfabeto castellano, la ç... Yo seguí por mucho tiempo escribiendo con el sistema de Bofarull, que era el que había aprendido (rutina): no comprendía que hubiera quien escribiese un infinitivo sin *r* final, y con *v*, palabras como *cavall* (español, *caballo*; latín, *caballus*). (*Apud* LAMUELA; MURGADES, 1984, p. 165)

Perante esses impasses, a escolha de Fabra foi sempre respeitar a etimologia, desde que não contrariasse o estado contemporâneo da língua. Ademais, pode-se adiantar que o seu apego à etimologia foi contrabalançado com o critério da regularidade.

Assim, adotou-se <c> e <ç> para escrever o fonema /s/ derivado de *c<sup>e/i</sup>* e *-t<sup>e/i</sup>*- latinos: *cel* < *caelum* “céu”, *braç* < *brachium* “braço”, *plaça* < *platea* “praça”, *força* < *fortia*. Embora o <ç> fosse (como ainda é) um sinal alheio à ortografia castelhana e, por conseguinte, estranho para a maioria dos escreventes, o seu uso evitava que se escrevesse, por exemplo, *vèncer* “vencer” com <c> e *vens* “vence” ou *vensut* “vencido” com <s>. Portanto, de *falx, cis* escreve-se *falç* e de *falsus, fals*.

Igualmente, a escrita do som [t□] em fim de palavra obedece à etimologia ou à coerência: adotou-se <ig> em palavras de origem latina (derivado de *-i-*, *-d<sup>e/i</sup>-*, *-g<sup>e/i</sup>-*) ou quando a flexão ou a derivação o exige por conter a correspondente sonora: *maig* < *maius* “maio”, *puig* < *podium* “montanha”, *fuig* < *fugit* “foge”, *boig* “louco”, feminino *boja*. Em contrapartida, adotou-se <tx> em palavras de outra origem ou por derivar de palavra que já contém este som: *sacabutx* < cast. *sacabucho* “sacabu-xa”; *despatx*, de *despatxar*.

Embora Fabra fosse contra o uso do <h> etimológico, manteve-se: *home* < *homo, inis, prohibir* < *prohibere* “proibir”, inclusive em *hivern* “inverno”. Por outro lado, suprimiu-se o antietimológico, que se costumava usar para assinalar um hiato: *vehí* < *uicinus* “vizinho”, *obehir* < *obedire* “obedecer”, que passaram a escrever-se *veí* e *obeir*. Também se suprimiu a letra <ɾ> por antietimológica em fim de palavra nos infinitivos em {-re}, em que este morfema já é o infinitivo: *perdrer* < *perdere*, *veurer* < *uidere*, que passaram a escrever-se *perdre* e *veure*.

Quanto ao critério da regularidade evolutiva, cumpre ressaltar a postura absolutamente rigorosa de Fabra. Por um lado, como neogramático de formação, ele conhecia muito bem quais formas eram genuinamente catalãs e quais eram devidas à interferência da língua dominante,

com o que poderia ter usado a sua autoridade para impor catalanizações de castelhanismos enraizados. Fabra nunca o fez. Para ele este procedimento deveria ser abonado por testemunhos da literatura ou por persistir em algum dialeto. Em uma das suas *Converses filològiques*, após analisar a legitimidade de se traduzir a palavra castelhana *apoyo* pela forma *apuij* concluiu:

*Apujar per apoiar no és acceptable mentre no es comprovi la seva existència en el català antic o en algun dels parlars actuals. No és, en efecte, lícit d'agafar un mot llatí i sotmetre'l artificiosament a totes les modificacions que hauria experimentat si hagués persistit en la llengua transmes oralment de generació a generació. D'altra banda, apujar oferiria l'inconvenient de confondre's amb apujar compost de pujar (oposat a abaixar).*

Però –diuen alguns dels partidaris del manteniment de *apoiar* (que ja té sobre *apujar* l'avantatge d'èsser un mot existent)– és una cosa permissível, i que s'ha practicat en gran escala, de manllevar un mot llatí catalanitzant-lo lleugerament. Cal, però, tenir en compte que *appodiare* no és un mot del llatí clàssic i que, àdhuc suposant que ho fos, l'omissió de la *-d-* seria una cosa molt discutible, encara que es pogués invocar l'analogia amb *remeiar* (de *remediare*). (apud LAMUELA; MURGADES, 1984, p. 155)

De fato, tanto a forma *apujar*, por falta de testemunho, como *apoiar*, por castelhanismo, foram rejeitadas no catalão padrão: por “apoio” diz-se *suport* e por “apoiar”, *donar suport*.

O critério da coerência estrutural está especialmente patente no polimorfo sistema de clíticos do catalão. Como já se disse, Fabra estabeleceu um sistema cuja base é o dialeto central, mas impôs-lhe uma coerência própria que o torna diferente também do uso do dialeto central. Assim, por um lado, o estabelecimento das formas reforçadas antes de verbos que começam com consoante comportou a rejeição das formas reduzidas em ênclise a palavras que acabam com vogal, como em *No el coneix* “Não o conhece”, cuja escrita vacilava antes entre *No'l coneix*, *No-l coneix* e *No l coneix*; por outro lado, o estabelecimento das formas plenas depois de verbos que acabam com consoante, como em *No vol mirar-lo* “Não quer olhá-lo”, comportou a rejeição das formas reduzidas com o /r/ elidido: *No vol mirà'l*.

O critério da autonomia foi uma verdadeira obsessão de Fabra, que era extremamente intolerante à interferência do castelhano. Como observam Lamuela e Murgades (1984, p. 74), mesmo que a vontade dos escritores fosse recobrar um esplendor antigo, se não havia no presente uma referência unívoca, era natural que se tomasse a referência que já existia, ou seja, a norma-padrão da língua dominante; daí que ao lado dos

arcaísmos do “limusino” os escritores da *Renaiçença* tenham estado abertos também ao castelhanismo. Na verdade, era preciso combater dois tipos de interferência, as da língua falada, de natureza passiva, devidas à mera presença da língua dominante na sua posição de prestígio, e as da língua escrita, de natureza ativa, resultadas do intuito de dotar a língua dominada dos recursos expressivos que lhe faltam. Já antes da promulgação das *Normes Ortogràfiques*, Fabra percebera isto (o testemunho a seguir é de 1911):

El català no n'ha tingut prou amb una desgràcia. Quan reneix com a llengua literària i comença la tasca de descastellanitzar-lo i de polir-lo, un nou flagell li cau a sobre: la incultura filològica i gramatical d'una gran part dels seus conreadors. Pretenem d'alliberar la nostra llengua de les infectuositats que presenta degudes a la influència castellana, i n'hi anem introduint d'altres en nombre extraordinari. Sovint sentírem parlar despectivament del català que ara es parla, de l'*horrible* català que ara es parla; seria bo que comencéssim a fixar-nos en l'*horrible* català que ara s'escriu. [...] doncs bé, no fóra pas gens difícil de demostrar que el català que ara s'escriu és almenys tan castellanitzat com l'*horrible* català que ara es parla: el seu vocabulari és, en efecte, calcat del castellà, la seva construcció és purament castellana, la seva ortografia mateixa està subordinada a la de la llengua oficial. Fins arriben a copiar-ne les equivocacions: aquí tenim, per exemple, el mot *automòbil*, que escrivim malament (*automòvil*) per la senzillra raó que els castellans l'escriuen malament. (ApuD LAMUELA; MURGADESI, 1984, 138-139)

O castelhanismo estava, pois, enraizado em todos os campos da língua, e se o seu alcance é hoje bem menor é porque Fabra procurou exaustivamente expurgá-lo com formas genuínas. Há inclusive uma anedota segundo a qual Fabra ainda não achara uma palavra que substituísse os castelhanismos *misto* e *cerilla* “palito de fósforo” até que conversando com um cidadão de Alghero, este lhe perguntou se não tinha um *llumí*, palavra que foi, então, integrada ao *Diccionari General de la Llengua Catalana* (CASANOVA, 2003, p. 277).

Fabra conseguiu até mesmo enxergar interferências insuspeitas, graças ao seu conhecimento profundo da língua, como é o caso da acentuação gráfica. Na fonologia castelhana um /i/ e um /u/ seguidos de outra vogal convertem-se normalmente em /j/ e /w/, de modo que palavras como *historia* e *continua* não levam acento gráfico porque são paroxítonas acabadas em vogal, /is.□to.□ja/ e /kon.□ti.nwa/, e são as oxítonas acabadas em vogal que se acentuam. Nas grafias pré-fabrianas costumava-se, precisamente, seguir as regras de acentuação gráfica do castelhanismo, mas o caso é que na fonologia catalã não se dá esse fenômeno, de modo que a estrutura silábica de *història* e *contínua* é /is.□t□.□i.a/ e /kon.□ti.nu.a/, isto é, palavras proparoxítonas, que, como tais, têm de le-

var acento gráfico. Outro exemplo é o de orações relativas encabeçadas por preposição, como *Estou certo de que virão*. Fabra percebeu que os escritores contemporâneos costumavam colocar a preposição, *Estic segur de què vindran*, e julgou que podia ser um uso legítimo em catalão, mas como tanto na língua antiga como na falada o normal era cortar a preposição, *Estic segur que vindran*, cumpria recomendar esta forma por suspeita de o uso da preposição se dever à imitação da sintaxe castelhana: *Estoy seguro de que vendrán* (LAMUELA; MURGADES, 1984, p. 137-147).

Quanto ao critério da analogia com outras línguas, o mesmo catalanista Fabra que procurou forjar uma norma-padrão contrastante com a da língua dominante foi o romanista que não se deixou tentar por um diferencialismo gratuito, mas buscou soluções solidárias com as normas-padrão das demais línguas românicas. Isto está muito claro na ortografia das consoantes oclusivas em fim de sílaba. Em todo o diassistema catalão, e desde os testemunhos escritos mais antigos, em fim de sílaba final, permitem-se tão somente consoantes surdas, de modo que as raízes verbais de *saber* e *poder* tomam as formas *sap* e *pot* na P3 do presente do indicativo; o mesmo acontece a palavras que, independente de ter origem popular ou erudita, latina, grega ou outra, perderam a vogal final: *verb* [b□□p] “verbo”, *hidròfob* [i□ð□□fup] “hidrófobo”, *sord* [so□t] “surdo”, *àcid* [□asit] “ácido”, *llarg* [□a□k] “longo”, *diàleg* [di□a□ək] “diálogo”. Em contrapartida, em fim de sílaba medial, a oclusiva assimila-se à consoante seguinte quanto à sonoridade: *capgirar* [kab□i□□a] “rodar”, *dubte* [□duptə] “dúvida”. Como se terá percebido, na ortografia fabriana, escreve-se conforme a etimologia, mas o caso é que até então não houvera consenso na tradição escrita: às vezes escrevia-se *sab* e *pod*, mas *verp* e *vert*, e, ainda mais diferente, *llarch* e *diàlech*, já que <ch> era a representação tradicional do som [k] em posição final. Escrever *verp*, *hidròfop*, *sort*, *àcit*, *llarch*, *diàlech* afastava sensivelmente o catalão escrito das demais línguas românicas: port. *verbo*, *hidrófobo*, *surdo*, *ácido*, *largo*, *diálogo*; cast. *verbo*, *hidrófobo*, *sordo*, *ácido*, *largo*, *diálogo*; fr. *verbe*, *hydrophobe*, *sourd*, *acide*, *large*, *dialogue*; it. *verbo*, *idrofobo*, *sordo*, *acido*, *largo*, *dialogo*. O mesmo quanto ao uso do <y>: Fabra costumava aduzir o exemplo da palavra *heroic* “heroico”, que escrita conforme a tradição medieval, *heroych*, divergia notavelmente das demais formas românicas: cast. *heroico*, fr. *héroi que*, it. *eroico* (LAMUELA; MURGADES, 1984, p. 91, 98). Nestes casos, a aplicação dos critérios de regularidade evolutiva e da coerência estrutural contribuiu com a coesão com o resto da família lingüística.



Enfim, a respeito do critério da funcionalidade, o seu cumprimento na elaboração da norma-padrão do catalão resulta mais da coerência diacrônica e sincrônica que se alcançou pelos demais critérios do que de uma vontade expressa de cumprir os subcritérios de difusão, inteligibilidade, simplicidade e aceitabilidade. De fato, a elaboração da norma-padrão do catalão cumpriu até mesmo as condições sociais da padronização: coerência com os precedentes imediatos e coerência com as escolhas iniciais. Ora, qualquer um que ler um texto em catalão, escrito no século XIX ou na Idade Média com a grafia original, estabelecerá uma coesão com a norma-padrão atual, tanto quanto se se tratasse de textos escritos em português, isto é, perceber-se-ão diferenças sensíveis, mas também elementos comuns, constantes (no caso do catalão, os dígrafos <ny> e <ll> para representar respectivamente a nasal e a lateral palatais, os dígrafos <tj> e <tz> para representar respectivamente as africadas sonoras alveopalatal e alveolar etc.), que coerem os textos dentro de uma só tradição escrita.

## 5. *Considerações finais*

No quadro legal vigente da União Europeia (UE), para uma língua tornar-se oficial sua é preciso que o estado membro o peça ao Conselho da União Europeia, que modifica, então, a Resolução 1/1958, que estabelece o regime linguístico da Comunidade Econômica Europeia. Até hoje, os estados membros têm-se restringido a solicitar apenas a oficialidade para a sua língua oficial, ainda que na maioria se fale mais de uma língua, em alguns casos mesmo com reconhecimento oficial<sup>1</sup>. Assim, quando a Espanha ingressou na UE em 1986, oficializou-se apenas o castelhano, a sua única língua oficial<sup>2</sup>. Hoje, a UE possui 23 línguas oficiais<sup>3</sup>,

---

<sup>1</sup> Há uma exceção: Luxemburgo, membro fundador da Comunidade Econômica Europeia em 1957, nunca solicitou a oficialização do luxemburguês, língua oficial sua desde 1984. A Irlanda, membro desde 1973 e cujas línguas oficiais são o gaélico irlandês e o inglês, solicitou a oficialização da primeira em 2005, vigente desde 2007.

<sup>2</sup> Perceba-se a sutileza do artigo 3 da Constituição espanhola de 1978: a única língua oficial da Espanha é o castelhano; o basco, catalão (com o nome de valenciano na Comunidade Valenciana) e o galego são línguas oficiais na Espanha.

<sup>3</sup> Alemão, búlgaro, checo, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estoniano, finlandês, francês, grego, húngaro, irlandês, inglês, italiano, letão, lituano, maltês, neerlandês, polonês, português, romeno e sueco.

mas dá-se o caso de que várias têm menos falantes que o catalão, como se pode observar na **Tabela 7** a seguir:

**Tabela 7**  
**Línguas oficiais da União Europeia com menos falantes que o catalão**

Língua	Número de falantes (milhões)
catalão	9,1
búlgaro	6,6
eslovaco	5,5
dinamarquês	5,4
finlandês	5
lituano	3,5
esloveno	1,8
gaélico irlandês	1,8
letão	1,5
estoniano	1,1
maltês	0,39

**Fonte:**

[http://www10.gencat.cat/casa\\_llengues/AppJava/ca/diversitat/diversitat/llengues\\_europa.jsp](http://www10.gencat.cat/casa_llengues/AppJava/ca/diversitat/diversitat/llengues_europa.jsp)

Esta distorção foi desfeita parcialmente em 1990, quando o Parlamento Europeu promulgou a Resolução A-169, de 11 de dezembro, que permitiu, a pedido dos parlamentos da Catalunha e das Ilhas Baleares, aos cidadãos catalanófonos dirigirem-se na sua língua aos escritórios da Comissão Europeia nestas comunidades autônomas, a publicação em catalão de informações concernentes às instituições das Comunidades Europeias, a tradução para o catalão dos seus tratados e textos fundamentais e a inclusão do catalão nos programas de ensino-aprendizagem das línguas europeias. Este uso foi ampliado em 2005 pelas Conclusões do Conselho de 13 de junho, em cujo bojo a Espanha assinou acordos administrativos com as instituições da UE que permitem aos cidadãos espanhóis falantes de línguas oficiais diferentes do castelhano dirigirem-se-lhes nestas línguas. Na verdade, a situação esdrúxula da língua catalã na UE reflete uma história muito singela, surpreendente em alguns pontos.

Viu-se que o catalão se individualizou em face do latim no mesmo estado sociopolítico das demais línguas românicas, isto é, desde o Império Romano seguiu-se escrevendo em uma norma-padrão que era a continuação da língua que os grandes escritores dos séculos I a.C. e I d.C. tinham empregado, ou seja, o latim clássico, enquanto a fala continuou a mudar até a própria comunidade romper, no século IX, com a norma literária, considerando desde então que o que falava era outra língua, o romance. Trata-se do artigo 17 dos cânones do Concílio de Tours, de 813, que

chama *rustica romana lingua* à língua falada, na qual os clérigos deviam pregar.

Não obstante, os falantes dos romances (ou vulgares) demoraram mais cinco séculos a conceder a mesma dignidade do latim à sua língua e a distinguir os seus falares com a condição de línguas diferentes. Neste caso, trata-se da onda de codificação que teve lugar no fim do século XIV e durante o XVI, quando se escreveram os primeiros tratados de ortografia, gramática e em defesa de certas línguas românicas. Todavia, se no momento da “emergência” o que distingue, do ponto de vista social, uns romances e outros é a data, em uns casos mais adiantada e em outros mais serôdia, no momento da normatização havia romances que tinham acumulado um patrimônio literário considerável e se tinham assentado em um centro de poder, e outros que, ofuscados por estes, permaneceram, como ainda permanecem, à margem, mergulhando em outra diglossia, ocupando o papel que fora do latim essa outra língua românica que alcançava a codificação. Do primeiro caso, podem-se citar o português, o castelhano (mais tarde também espanhol), o francês, o toscano (mais tarde italiano). Do segundo, o leonês, sob o espanhol; o occitano, sob o francês; o vêneto, sob o italiano. A singeleza da história do catalão começa por aqui.

Por um lado, a sua comunidade rejeitou, em princípio, o cultivo da poesia culta nele, usando o occitano, vizinho e quase gêmeo, mas desenvolveu uma prosa que sobressai perante outras coevas em língua vulgar porque veiculou, inclusive, a especulação filosófica (obra de Raimundo Lúlio), terreno privado da língua culta, o latim. Quando a poética trovadoresca se abriu ao *Dolce Stil Novo* italiano, trocou o occitano pela língua vernácula e engendrou um poeta influente no humanismo ibérico: Ausiàs March.

Por outro lado, às vésperas da onda de gramatização, a comunidade catalanófona rompeu a tradição literária ao rechaçar a poética trovadoresca sob a escusa de que estava escrita em uma língua antiga, o “limusino”. Cabe lembrar que o *continuum* geoletal catalão não correspondia a um só ente territorial, mas a reinos autônomos, federados sob um mesmo monarca: a Coroa de Aragão. A normatização poderia, então, ter-se feito a partir do centro de poder que constituía a corte, como ocorrera, a propósito, na prosa, cujos cultores dispunham do modelo de língua da Chancelaria Real, outro fator favorável que possuía a língua catalã para a sua gramatização. Contudo, no século XVI não havia mais centro de poder que coerisse o *continuum*, já que ele estava fora, em Castela, devido à u-

nião da Coroa de Aragão com esta outra, centro que atraía a comunidade catalanófono a si e à língua que emanava: o castelhano, que logo se tornaria a expressão de uma literatura pujante. Consequência de tudo isto é que ficou à margem da onda de gramatização e foi sujeitando-se a uma diglossia com o castelhano que veio consolidar-se em 1707-1716, quando Filipe V, que venceu a Guerra de Sucessão e instaurou a dinastia de Bourbon, aboliu as instituições dos reinos da antiga Coroa de Aragão, inclusive o uso oficial do catalão.

Portanto, o catalão acabou a Idade Média com plenas condições de se tornar uma das grandes línguas românicas, mas perdeu tudo ao longo da Idade Moderna, de modo que ao começar a Idade Contemporânea se achava na condição social de um dialeto. Mas, nesse momento a comunidade catalanófono, que mantinha bem viva a lembrança do esplendor medieval, não só recobrou o cultivo literário da sua língua, a *Renai-xença*, como também, a partir disto, construiu uma identidade nacional alternativa à espanhola, promovida pelo nacionalismo estatal. Foi precisamente no momento em que o nacionalismo catalão, ou catalanismo, alcançou o poder em 1907, restaurando administrativamente a Catalunha em 1914, dividida em quatro províncias desde 1833, na forma da mancomunidade, os catalães, sob a liderança de Enric Prat de la Riba, o “siso ordenador”, aproveitaram o ensejo e deram outra guinada à história da sua língua. Prat não fundou nenhuma academia nova (já havia a Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona, ligada à ideologia tradicionalista dos *Jocs Florals*), mas uma instituição de pesquisa, à qual entregou a autoridade de normatizar a língua catalã: o Institut d’Estudis Catalans (IEC), cuja Seção Filológica foi criada em 1911. Na execução da tarefa, cujo primeiro produto foram as *Normes Ortogràfiques* de 1913, impôs-se outro sisso ordenador: Pompeu Fabra, que publicou, a serviço do IEC, a gramática normativa (*Gramàtica Catalana*) e o dicionário normativo (*Diccionari General de la Llengua Catalana*) respectivamente em 1918 e 1932.

Quando toda a construção política do catalanismo desmoronou em 1939, início da ditadura do general Francisco Franco, a obra de Fabra era tão firme que acabou consolidando-se pelas penas de todos aqueles que se opuseram à conjuntura cultivando literariamente a língua catalã. O segredo do seu sucesso não foi apenas o seu rigor filológico, que se expôs no capítulo anterior, mas também, e julgamos decisivamente, na sua atitude perante a padronização, o que opõe a padronização do catalão à do galego, que ocorreu no mesmo quadro histórico, político e social que é a

Espanha. Enquanto a comunidade galegófona legitimou a diglossia ao padronizar o galego como se vinha escrevendo, isto é, com base na norma-padrão do castelhano, a comunidade catalanófona, pelo trabalho de Fabra, procurou padronizar o catalão como se não tivesse havido a Decadência, como se não estivesse sujeito ao castelhano. O catalão deveria ser tão diferente e tão independente deste como qualquer uma das demais grandes línguas românicas. O próprio Fabra resumiu toda a tarefa que se tinha por fazer no discurso que pronunciou quando assumiu a presidência do Ateneu Barcelonès em 1932:

[...] examinar un per un tots els mots, les significacions de cada mot, totes les construccions i frases fetes de la llengua actual, a fi de descobrir-ne tots els castellanismes i incorreccions; estudiar pregonament la llengua antiga i els parlars hodierns, que ens havien de fornir els mitjans de remeiar-los; mirar de rrelligar la llengua actual amb la llengua antiga, no oblidant mai, però, que “no tractàvem de ressuscitar una llengua medieval, sinó de formar la llengua moderna que fóra sortida de la nostra llengua antiga sense els llargs segles de decadència literària i de supeditació a una llengua forastera”. (*Apud SOLÀ*, 2006, p. 23)

Cumprе reconhecer que para tanto a comunidade catalanófona possuía algo que não tinha a galegófona: o conhecimento difuso do tesouro literário medieval. Cabe lembrar que a primeira edição do *Cancioneiro da Vaticana* é de 1875, por Enrico Molteni, e do *Cancioneiro da Ajuda* é de 1904, por Carolina Michaëlis. Elogiando a publicação de uma coleção de clássicos medievais catalães, Fabra declarou:

[...] És sobretot al recobrament de mots, de girs i d'expressions del català medieval, que el català d'avui deu la seva superioritat incontestable sobre el parlar encongít i provincià que era el català en iniciar-se la renaixença literària. La coneixença del català antic ens ha permès de retrobar una gran part del nostre lèxic que havíem perdut durant els llargs segles de decadència literària, i sobretot ens ha fornít els mitjans de redreçar la nostra sintaxi permetent-nos de reemplaçar per construccions catalanes les innombrables construccions que la nostra llengua havia anat manlllevant a la llengua espanyola. [...] (*Apud LAMUELA; MURGADES*, 1984, p. 132)

Contudo, a padronização da língua catalã não está hoje isenta de percalços. Como se estudou na seção apropriada, a padronização de uma língua tem duas dimensões: a codificação, que é o estabelecimento de uma ortografia e de uma morfossintaxe e um léxico normativos, e a completação, que é a adequação do léxico e do estilo às necessidades comunicativas atuais da comunidade. A obra de Fabra é um fundamento firme da codificação, mas a elaboração estilística depende do uso efetivo da norma-padrão proposta pelos profissionais que lidam com ela, como escritores, atores, educadores, pesquisadores, jornalistas, comunicadores

etc., de modo que, do uso de cada um, o padrão vá tornando-se flexível e, por conseguinte, vá ganhando matizes que o liguem à língua coloquial, fazendo-o soar natural. No entanto, na opinião de Pla (2010, p. 41-86), a padronização do catalão apresenta alguns problemas neste campo, como a insuficiência da atuação do IEC, a sacralização da obra de Fabra e a diglossia.

De fato, o primeiro dicionário normativo que o IEC publicou desde o *Diccionari General de la Llengua Catalana* de Fabra, de 1932, foi o *Diccionari de la Llengua Catalana* de 1995. Nem mesmo a ditadura franquista, que acabou em 1975, explica a demora a substituir o que o próprio Fabra considerava um calhamaço. Há uma segunda edição, bastante melhorada, de 2007. Além disto, para todos os efeitos, a gramática normativa continua a ser a de Fabra de 1918, já que os materiais que o IEC publicou no seu sítio na Internet não passam de um esboço, ao qual falta, a propósito, a seção da sintaxe.

Não obstante, se o termo de comparação de Pla é a poderosa Real Academia Española (RAE), que publica a *Ortografía de la Lengua Española* desde 1741 (a última edição é de 2010), a *Gramática de la Lengua Española* desde 1771 (a última edição, acrescido *Nueva* ao título, é de 2009) e o *Diccionario de la Lengua Española* desde 1780 (a última edição é de 2001), certamente o IEC parecerá inoperante, mas se o compararmos com uma Academia das Ciências de Lisboa (ACL) ou uma Academia Brasileira de Letras (ABL), que partilham a autoridade normativa sobre a língua portuguesa, e nunca publicaram nenhuma gramática e nem dicionário normativo, o IEC parecerá bastante atuante. Perante esta ausência, nós, lusófonos, soubemos valorizar iniciativas pessoais concedendo-lhes a autoridade normativa, como a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de Carlos Henrique da Rocha Lima, de 1957; a *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, de 1961; a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra, de 1985; o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda, de 1975; e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* de Antônio Houaiss, de 2011, para citar obras de estudiosos brasileiros que continuam a ser editadas.

Quanto à sacralização da obra de Fabra, durante os 36 anos do regime franquista ela foi a única referência para escrever em catalão. Compreende-se, pois, que a sua proposta tenha ganhado esse caráter. Na interpretação de Pla (2010, p. 83), Fabra tornou-se o mestre de uns discípulos que o engessaram, tanto que se negou a normatividade à sua gramáti-

ca póstuma de 1956, ou, noutras palavras, vedou-se a revisão. Para Pla (2010, p. 64-65), isto é reflexo, em última instância, daquele idealismo que não concebe a nação como uma construção de uma comunidade, mas algo que foi forjado no começo da história e já está acabado. Acabada estaria, igualmente, a norma-padrão forjada por Fabra.

Entretanto, a nosso juízo, o elemento que atravanca decisivamente a completação da padronização da língua catalã é a anormalidade do seu estado social. Quando um lusófono brasileiro vacila entre a naturalidade de uma próclise de um clítico e a artificialidade de uma ênclise, move-se, em última análise, na tensão entre duas variantes da língua portuguesa, igualmente genuínas. Quando um catalanófono barcelonês vacila entre a correção artificial e a incorreção natural, muitas vezes esta incorreção não é catalão genuíno, mas interferência do castelhano, portanto intolerável à luz da ideologia da norma fabriana. Resumindo o desafio dos corretores da mídia catalã em catalão, Pla (2010, p. 19) nota:

Però el seu principal problema és un altre: és dir en català, amb la mateixa gràcia, en el mateix registre i amb la mateixa precisió, tot allò que es pot dir en castellà. La seva feina, ho vulgui admetre o no, és traduir del català o directament del castellà el que escriuen uns redactors o guionistes que beuen el mestissatge del carer i d'un argot que s'alimenta en part de marginalitat i subversió (quan el català és classe benestant i oficialitat, i actua a la defensiva davant la creativitat del parlant).

A conclusão é óbvia. Se a padronização de uma língua, como esclarece Castellanos (2000, p. 25), não é um fenômeno de laboratório, mas um fato social que se completa quando o conjunto dos usuários o legitimam, então, o acabamento da padronização da língua catalã (por este acabamento entenda-se o alcance da normalidade sociolinguística) não depende de outra coisa senão de os catalanófonos usarem tanto a sua língua como qualquer outro povo que não é obrigado a usar outra língua senão a sua própria. Tratar dos empecilhos é outra pesquisa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADÈMIA VALENCIANA DE LA LLENGUA. *Acord de l'Acadèmia Valenciana de la Llengua (AVL), adoptat en la reunió plenària del 9 de febrer del 2005, pel qual s'aprova el dictamen sobre els principis i criteris per a la defensa de la denominació i entitat del valencià*. València: 2005.

\_\_\_\_\_. *Gramàtica normativa valenciana*. València: 2006.

ALCOVER, Antoni Maria; MOLL, Francesc de Borja. *Diccionari català-valencià-balear*. 2. ed. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2002.

ALONSO GARCÍA, David. *Breve historia de los Austrias*. Madri: Nowtilus, 2009.

ALVAR, Carlos; MAINER, José-Carlos; NAVARRO, Rosa. *Breve historia de la literatura española*. Madri: Alianza, 2005.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

AVENOSA, Gemma. La lengua y la escritura: catalán y aragonés en sus primeros textos. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel (Org.). *Na nosa lyngoage galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2007.

BADIA I MARGARIT, Antoni Maria. *Moments clau de la història de la llengua catalana*. València: Universitat de València, 2004.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

BUADES, Josep Maria. *Entre mares: Uma interpretação da história contemporânea da península Ibérica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2009. (Da crise do absolutismo à instauração das repúblicas, v. 1)

BUESCU, Ana Isabel. Aspectos do bilinguismo português-castelhano na época moderna. *Hispania*, n. 216, p. 13-38, 2004.

CASTELLANOS, Carles. *Llengua, dialectes i estandardització*. Barcelona: Octaedro, 2000.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CERQUEGLINI, Bernard. Louis Meigret i Théodore de Bèze: els dos paradigmes de l'ortografia francesa. In: FELIU, Francesc; JUHER, Cristina (Org.). *La invenció de les llengües nacionals*. Barcelona: Quaderns Crema, 1999.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, Lisboa, n. 22, p. 81-116, 1971.



COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

\_\_\_\_\_. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 3. ed. Madri: Gredos, 1973.

FABRA, Pompeu. *Gramàtica catalana*. 7. ed. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1933.

GENERALITAT DE CATALUNYA. Departament de la Vicepresidència. Secretaria de Política Lingüística. *El català, llengua d'Europa*. Barcelona: 2009.

GIMENO, Montserrat (Org.). *Mapes per a l'estudi de la llengua catalana*. 2. ed. Barcelona: Eumo, 1992.

HOUAISS, Antônio (Dir.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUIÇÕES de ensino têm até 2012 para se adaptar às novas regras da língua portuguesa. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1.º jan. 2009. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u484910.shtml>>

Acesso em: julho de 2011.

INSTITUT D'ESTUDIS CATALANS. *Diccionari de la llengua catalana*. 2. ed. Barcelona: 2007.

\_\_\_\_\_. Diferències del DIEC respecte del DGLC quant a la representació de les entrades i la nomenclatura. In: \_\_\_\_\_. *Documents normatius 1962-1996: amb les novetats del diccionari*. Barcelona: 1997.

\_\_\_\_\_. *Gramàtica de la llengua catalana*. Esboço disponível em: <<http://www.iecat.net/institucio/seccions/filologica/gramatica/>>. Consulta em agosto e setembro de 2011.

KLOSS, Heinz. *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen seit 1800*. 2. ed. Düsseldorf, Schwann, 1978.

LAMUELA, Xavier. Criteris de codificació i compleció lingüístiques. *Els Marges*, Barcelona, n. 53, p. 15-30, 1995.

LAMUELA, Xavier; MURGADES, Josep. *Teoria de la llengua literària segons Fabra*. Barcelona: Quaderns Crema, 1984.

LINHARES, Miguel Afonso. En torno a la Generación del 98: Sensibilidades culturales hacia la identidad. In: Congresso Brasileiro de Professores

res de Espanhol, 13, 2009, João Pessoa. *Anais*. Campina Grande: Realize, 2009, p. 469-479.

LÓPEZ DEL CASTILLO, Lluís. *El català, llengua romànica*. 2. ed. Barcelona: 62, 2000.

MARTINS, Ana Maria. O primeiro século do português escrito. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel (Org.). *Na nosa lyngoage galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2007.

MEMORIA en defensa de los intereses morales y materiales de Cataluña presentada directamente á S. M. el Rey, en virtud de acuerdo tomado en la reunión celebrada en la Lonja de Barcelona, el día 11 de enero del año de 1885. Barcelona: Imprenta Barcelonesa, 1885.

NADAL, Josep Maria. El concepte d'història de la llengua. In: MARTÍ, Sadurní; FELIU, Francesc (Org.). *Problemes i mètodes de la història de la llengua*. Barcelona: Quaderns Crema, 1995.

\_\_\_\_\_. *Llengua escrita i llengua nacional*. Barcelona: Quaderns Crema, 1992.

\_\_\_\_\_. Normativa i història de la llengua. In: FELIU, Francesc; JUHER, Cristina (org.). *La invenció de les llengües nacionals*. Barcelona: Quaderns Crema, 1999.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé María. Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente. *Análise Social*, v. XXX, n. 131-132, p. 489-536, 1995.

PAIVA, Dulce de Faria. Século XV e meados do século XVI. In: SPINA, Segismundo (Org.). *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê, 2008.

PARÉ, Pep; MARTÍN, Enric. *Antologia de poesia catalana*. Barcelona: 62, 2005.

PLA NUALART, Albert. *Això del català: podem fer-ho més fàcil?* Barcelona: Columna, 2010.

POSNER, Rebeca. *Las lenguas romances*. Madri: Cátedra, 1998.

PRADILLA, Miquel-Àngel. Qüestions lingüísticoidentitàries a l'entorn del blaverisme. In: MOLLÀ, Toni (Org.). *Ideologia i conflicte lingüístic*. Alzira: Bromera, 2001.

PRAT DE LA RIBA, Enric. *La nacionalitat catalana*. Barcelona: L'Anuari de la Exportació, 1906.

QUEROL, Ernest (org.). *Llengua i societat als territoris de parla catalana a l'inici del segle XXI: L'Alguer, Andorra, Catalunya, Catalunya Nord, la Franja, Illes Balears i Comunitat Valenciana*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2007.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Asociación de Academias de la Lengua Española. *Diccionario de la lengua española*. 22. ed. Madri: 2001.

RUBIÓ I ORS, Joaquim. *Lo Gayté del Llobregat: Poesias de Don Joaquim Rubió y Ors*. Barcelona: Josep Rubió, 1841.

SÁNCHEZ VIDAL, Pablo. *O debate normativo da lingua galega (1980-2000)*. [S.l.]: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2010.

SANTAMARINA, Antón. Norma e estándar. In: MONTEAGUDO, Henrique (Org.). *Estudios de sociolingüística galega: sobre a norma do galego culto*. Vigo: Galaxia, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOLÀ, Joan. *Pompeu Fabra i Poch, semblança bibliogràfica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2006.

SPINA, Segismundo. *A lírica trovadoresca*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. Segunda metade do século XVI e século XVII. In: \_\_\_\_\_. *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê, 2008.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. Análisis del testamento de Isabel la Católica. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madri, n. 13, p. 83-89, 1992.

TOBELLA, Toni; WARWICK, David; GAROLERA, Narcís. *Clásicos literarios catalanes*. Barcelona: Institut Ramon Llull, 2005.

VEJA o que muda na língua portuguesa com a reforma ortográfica. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 31 dez. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u484893.shtml>>. Acesso em: julho de 2011.

VENY, Joan. *Petit altes lingüístic del domini català*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2007, v. 1.

VOLTES BOU, Pedro. Felipe V y los fueros de la Corona de Aragón. *Revista de Estudios Políticos*, n. 84, p. 97-120, 1955.

## APÊNDICE

### Correspondência entre a ortografia e a fonética do dialeto central

#### 1. Vogais

letra	posição	som (AFI)	exemplo	tradução
<i>i</i> ( <i>í, ï</i> )	qualquer	[i]	<i>pic</i> [pik]	bicada
<i>e</i> ( <i>é</i> )	tônica	[e]	<i>bé</i> [be]	bem
<i>e</i> ( <i>è</i> )		[ɛ]	<i>bè</i> [bɛ]	cordeiro
<i>a</i> ( <i>â</i> )		[a]	<i>pa</i> [pa]	pão
<i>o</i> ( <i>ò</i> )		[ɔ]	<i>os</i> [ɔs]	osso
<i>o</i> ( <i>ó</i> )		[o]	<i>ós</i> [os]	urso
<i>u</i> ( <i>ú, ù</i> )	qualquer	[u]	<i>puc</i> [puk]	posso
<i>e</i>	átoma	[ə]	<i>teulada</i> [təu əlaðə]	telhada
<i>a</i>		[a]	<i>taulada</i> [təu əlaðə]	mesada
<i>o</i>		[u]	<i>podia</i> [puədiə]	podia

#### 2. Consoantes

letra	posição	som (AFI)	exemplo	tradução
<i>p</i>	não marcada	[p]	<i>pany</i> [paɲ]	fechadura
<i>b</i>		[b]	<i>bany</i> [baɲ]	banho
<i>t</i>		[t]	<i>teu</i> [teu]	teu
<i>d</i>		[d]	<i>déu</i> [deu]	deus
<i>c<sup>a,o,u</sup></i>		[k]	<i>cas</i> [kas]	caso
<i>qu<sup>e,i</sup></i>		[k]	<i>cas</i> [kas]	caso
<i>g<sup>a,o,u</sup></i>		[g]	<i>gas</i> [gas]	gás
<i>gu<sup>e,i</sup></i>		[kw]	<i>(el) qual</i> [kwa]	(o) qual
<i>qu<sup>a</sup> qu<sup>o,i</sup></i>		[kw]	<i>qual</i> [kwa]	vau
<i>gu<sup>a</sup> gu<sup>o,i</sup></i>		[w]	<i>qual</i> [kwa]	vau
<i>b</i>	entre vogais ou vogal e [ɛ]	[β]	<i>roba</i> [rɔβə]	roupa
<i>d</i>		[ð]	<i>roda</i> [rɔðə]	roda
<i>g</i>		[g]	<i>roga</i> [rɔgə]	roga
<i>b</i>	fim de palavra ou antes de consoante surda	[p]	<i>tub</i> [tup] <i>subscrit</i> [supsɔkɔit]	tubo subscrito
<i>d</i>		[t]	<i>àcid</i> [ɔasit] <i>adscrit</i> [ɔtsɔkɔit]	ácido adscrito
<i>g</i>		[k]	<i>llarg</i> [lɔak]	longo
<i>p</i>	fim de palavra após nasal e <i>t</i> após [ɲ]	mudo	<i>camp</i> [kam]	campo
<i>b</i>			<i>tomb</i> [tom]	volta
<i>t</i>			<i>cant</i> [kan]	canto
<i>c</i>			<i>molt</i> [mo]	muito
<i>g</i>			<i>banc</i> [ban] <i>sang</i> [san]	banco sangue
<i>m</i>	começo de sílaba	[m]	<i>cama</i> [kama]	perna

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

			<i>ham</i> [am]	anzol
<i>n</i>	ou fim de palavra	[n]	<i>cana</i> [□kanə] <i>han</i> [an]	cana hão
<i>ny</i>		[□]	<i>canya</i> [□ka□ə] <i>any</i> [a□]	cana ano
<i>m</i> <i>n</i>	fim de sílaba medial	[m, □, n, □, ŋ]	<i>imperi</i> [im□p□□i] <i>simfônico</i> [si□□f□nik] <i>intern</i> [in□t□□n] <i>injust</i> [i□□□ust] <i>ingrat</i> [iŋ□□□at]	império sinfônico interno injusto ingrato
<i>f</i>	qualquer	[f]	<i>fi</i> [fi]	fim
<i>v</i>		[b]	<i>vi</i> [bi]	vinho
<i>c<sup>e,i</sup>, ç<sup>a,o,u</sup></i> <i>s</i> <i>ss</i>		[s]	<i>cel</i> [s□□] <i>caça</i> [□kasə] <i>soc</i> [s□k] <i>cassa</i> [□kasə]	céu caça toco cassa
<i>s</i> <i>z</i>		[z]	<i>zel</i> [z□□] <i>casa</i> [□kazə]	zelo casa
<i>x</i> <i>ix</i>	qualquer (ig em fim de palavra)	[□]	<i>xoc</i> [□□k] <i>caixa</i> [□ka□ə]	choque caixa
<i>g<sup>e,i</sup>, j<sup>a,o,u</sup></i>		[□]	<i>joc</i> [□□k]	jogo
<i>tz</i>		[dz]	<i>doze</i> [□dodzə]	doze
<i>tx ig</i>		[t□]	<i>cotxe</i> [□kot□ə] <i>desig</i> [də□zit□]	carro desejo
<i>tg<sup>e,i</sup>, tj<sup>a,o,u</sup></i>		[d□]	<i>desitges</i> [də□zid□əs] <i>desitja</i> [də□zid□ə]	desejas deseja
<i>x</i>	cultismos	[ks]	<i>pròxim</i> [□p□□ksim]	próximo
		[□z]	<i>èxit</i> [□□□zit]	êxito
<i>r</i>	medial	[□]	<i>cera</i> [□s□□ə] <i>certa</i> [□s□□tə] <i>brau</i> [b□au ]	cera certa bravo
	final	[□] ou mudo	<i>cantar</i> [kən□ta] <i>clar</i> [k□a] <i>mar</i> [ma□]	cantar claro coração
<i>r</i> <i>rr</i>	<i>r</i> inicial e <i>rr</i> entre vogais	[r]	<i>ras</i> [ras] <i>serra</i> [□s□rə]	raso serra
<i>l</i>	qualquer	[□]	<i>las</i> [□as] <i>celta</i> [□s□□tə] <i>blau</i> [b□au ] <i>mal</i> [ma□]	lasso celta azul mal
<i>l-l</i>		[□□]	<i>cel-la</i> [□s□□□ə]	cela
<i>ll</i>		[□]	<i>llaç</i> [□as] <i>cella</i> [□s□□□ə] <i>mall</i> [ma□]	laço sobrancelha marreta
<i>ill</i>		[□□]	<i>vellar</i> [bə□□□a]	velar